



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

Ata da Sessão Plenária Ordinária 1.428, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, realizada em 9, 10 e 11 de março de 2016, na Sede do Confea, em Brasília.

1 Às nove horas e vinte minutos de nove de março de dois mil e dezesseis, na sede deste
2 Conselho Federal, reuniu-se o Plenário do Confea em sua Sessão Ordinária nº 1.428,
3 convocada na forma do que dispõe o inciso VI do Art. 55 do Regimento do Confea. A Sessão foi
4 aberta pelo Presidente do Confea **JOSÉ TADEU DA SILVA**. Presentes os senhores Conselheiros
5 Federais **AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO,**
6 **CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI**
7 **MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES**
8 **ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA,**
9 **MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO**
10 **LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e**
11 **WILIAM ALVES BARBOSA**. O Mestre de Cerimônias do Confea Adahiuton Milton Belloti
12 convidou para fazer parte da Mesa Diretora do Plenário o Coordenador do Colégio de
13 Presidentes Engenheiro Eletricista Modesto Ferreira dos Santos Filho, o Coordenador do Colégio
14 de Entidades Nacionais – CDEN Engenheiro Mecânico Jorge Nei Brito, o Diretor Presidente da
15 Mútua Engenheiro Civil Paulo Roberto Queiroz Guimarães e o Coordenador Nacional das
16 Coordenadorias de Câmaras Especializadas de Agronomia – CCEAGRO Engenheiro Agrônomo
17 José de Souza Reis Filho. **I - VERIFICAÇÃO DO "QUORUM"** – Em havendo quórum o
18 Presidente do Confea José Tadeu da Silva, declarou como aberto os trabalhos da Sessão
19 Plenária Ordinária nº 1.428. **II – EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL (Decisão PL-1751/99)**.
20 O Mestre de Cerimônias Adahiuton Milton Belloti, convidou a todos para ouvir o Hino Nacional
21 Brasileiro. **REGISTRO:** O Presidente passou a palavra ao Deputado Federal pelo PSDB-SP João
22 Paulo Tavares Papa, que fez uma apresentação sobre as 20 Recomendações para a
23 Universalização do Saneamento Básico no País. **O inteiro teor dos pronunciamentos bem**
24 **como as intervenções feitas pelo plenário, fazem parte desta ata, na forma do anexo**
25 **I. Às treze horas de nove de março de dois mil e dezesseis, o Presidente do Confea**
26 **José Tadeu da Silva interrompeu a Sessão para almoço. Às dezessete horas e trinta**
27 **minutos o Presidente do Confea José Tadeu da Silva reiniciou a Sessão. III) LEITURA,**
28 **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 1.420,**
29 **REALIZADA DE 27 A 29 DE MAIO DE 2015.** O Presidente do Confea disponibilizou alguns
30 minutos para que os Conselheiros se manifestassem. Não havendo nenhuma manifestação,
31 colocou em votação a Ata da Sessão Plenária Ordinária 1.420, realizada de 27 a 29 de maio de
32 2015. Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO
33 FERREIRA BERNARDES, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
34 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA,
35 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARIO VARELA AMORIM, PAULO LAERCIO VIEIRA e PAULO
36 ROBERTO LUCAS VIANA. Abstiveram de votar os senhores Conselheiros Federais ALESSANDRO
37 JOSE MACEDO MACHADO, FRANCISCO SOARES DA SILVA, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO
38 SOUTO PALMA e WILIAM ALVES BARBOSA. **IV - EXPEDIENTE: a) CORRESPONDÊNCIAS**
39 **RECEBIDAS. b) CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS.** O Presidente do Confea José Tadeu da
40 Silva informou que a relação dos destaques das correspondências recebidas e expedidas está
41 disponibilizada no domínio eletrônico. Os conselheiros federais que desejarem alguma cópia
42 poderão solicitá-la à Assistência Técnico-Administrativa ao Plenário e às Comissões, por meio
43 de formulário próprio. **V – APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES PELA**

44 **DIRETORIA EXECUTIVA DA MÚTUA:** Diretor-Presidente da Mútua de Assistência aos
45 Profissionais Paulo Roberto Queiroz Guimarães, efetuou apresentação mediante arquivo
46 disponibilizado aos conselheiros federais no domínio eletrônico, item "Para Conhecimento". **VI**
47 **- COMUNICAÇÕES: a) DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente do Confea José Tadeu da Silva
48 informou que se encontra a disposição no domínio eletrônico o Informe da Presidência
49 referente ao período de 27 de janeiro a 5 de março de 2016, no item "Comunicações", bem
50 como os informes da 1ª Reunião Ordinária do CAA, realizada em 8 de março de 2016.
51 Informou ainda que as decisões do Conselho Diretor – CD que decidiram por dar conhecimento
52 ao plenário do Confea estão disponíveis no domínio eletrônico no item "Para conhecimento". **d)**
53 **DAS COMISSÕES: d.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL**
54 **(CEAP):** O Coordenador da comissão Osmar Barros Júnior mediante arquivo disponibilizado no
55 domínio eletrônico, item "Comunicações", fez o seguinte pronunciamento: Boa noite, Sr.
56 presidente. Boa noite, integrantes da mesa, senhores conselheiros, colaboradores do Confea,
57 internautas. O informe 1 da CEAP, apesar de estar disponibilizado nos informes, ele é composto
58 de 9 páginas, é óbvio que eu serei bem breve, ele trata de algumas estatísticas e eu acho que
59 a primeira dela que é interessante, pois trata do número de processos analisados pela nossa
60 comissão e nesse mês de fevereiro, e gostaria de observar que foram 72 processos analisados,
61 sendo que a grande maioria deles diz respeito a registros de profissionais estrangeiros e a
62 CEAP dá a palavra final sobre o registro e dentro dessa linha a título de curiosidade os
63 diplomados por Crea são 12 Creas que mandaram processos para o Confea, sendo que o
64 estado de São Paulo mandou mais processos. No próximo quadro por nacionalidade foram 11
65 nacionalidades, sendo nacionalidade portuguesa que preponderou, e no próximo quadro por
66 título foram também 11 títulos diferentes, sendo preponderante a engenharia civil e, por fim,
67 país de origem foram também 11 países com a preponderância de Portugal. O próximo quadro
68 que eu queria fazer um registro que eu acho que é interessante, diz respeito a número de
69 processos analisados de registro de engenheiros nos últimos três anos, em 2013 foram 74
70 processos; em 2014 foram 101; em 2015 foram 148 e só nesse mês de fevereiro nós já
71 analisamos 34 e já temos pautados, prontos para deliberação mais 12 para a próxima reunião,
72 ou seja, esse ano com certeza nós vamos bater recorde de processos de estrangeiros a serem
73 analisados aqui pelo Confea, então é um registro interessante que eu gostaria de fazer.
74 Voltando ao começo dos meus informes, gostaria de observar também a participação dos
75 membros da CEAP em algumas reuniões externas: No dia 27 de janeiro de 2016 – Reunião
76 entre o conselheiro Daniel Salati e o conselheiro do CNE Luiz Roberto Liza Curi; Assuntos
77 tratados: atualização de diretrizes curriculares nacionais e EAD. Dia 25 de fevereiro de 2016
78 às 14h30min reunião informal realizada com coordenadores das CEAPs Regionais que estavam
79 presentes no Encontro de Líderes Representantes do Sistema Confea/Crea. Por parte da CEAP
80 do Confea, participaram os conselheiros Enid Brandão Carneiro Drumond e Fernando Antonio
81 Souza Bemerguy. Estavam presentes, por parte das CEAPs Regionais, os representantes dos
82 seguintes Creas: Crea-AC, Crea-AM, Crea-DF, Crea-MG, Crea-MS, Crea-PB, Crea-PI, Crea-PR,
83 Crea-RJ, Crea-RR, Crea-RS, Crea-SC e Crea-SP. Foram discutidos os seguintes assuntos:
84 Exposição sobre o Colégio de Instituições de Ensino por parte da conselheira Enid sobre
85 Educação a Distância; Processos de diplomados no exterior estatísticas, carga horária;
86 Atualização da resolução da Tabela de Títulos convergência de títulos; Relacionamento com o
87 MEC; Situação atual da atualização da Resolução nº 1.010, de 2005; Formatação de reunião
88 com os coordenadores de CEAPs em 2016. Por fim, a conselheira Enid informou que a CEAP do
89 Confea enviaria um questionário sobre os principais pontos que as CEAPs Regionais gostariam
90 de discutir com fins de tabular e se montar uma pauta para o encontro. Eram esses os
91 principais informes da CEAP. Muito obrigado. **d.2) COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS**
92 **E PROCEDIMENTOS (CONP):** O Coordenador da comissão Mário Varela Amorim mediante
93 arquivo disponibilizado no domínio eletrônico, item "Comunicações", fez o seguinte
94 pronunciamento: Cumprimentamos o presidente Tadeu; cumprimentamos o presidente Paulo
95 Guimarães da Mútua; Cumprimentamos o coordenador do Colégio de Presidentes, presidente
96 Modesto, do Crea/RN; Cumprimentamos o professor Jorge Nei, coordenador do CDEN;
97 Cumprimentamos o colega Jose Reis, coordenador nacional das Câmaras de Agronomia;
98 Cumprimentamos os colegas conselheiros federais, as lideranças presentes do Sistema,
99 internautas e servidores do Confea. A CONP em 2016, ela está composta pelos conselheiros
100 federais: Jolindo, coordenador adjunto da CONP; conselheiro Albério e o conselheiro Marcos

101 Motta. É assistida pela engenheira Ana Luisa, assistente do Confea. INFORME 001/2016 –
102 CONP: No período, os integrantes da CONP reuniram-se ordinariamente nos dias 16, 17 e 18
103 de fevereiro de 2016, em Brasília-DF: Foram analisados 2 (dois) processos relativos à registro
104 de entidade de classe: Associação dos Engenheiros, Engenheiros Agrônomos e Arquitetos de
105 Naviraí e Região – ASSENAR; e Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas – seção Rio de
106 Janeiro. Foram analisados 6 (seis) processos relativos a propostas de normativos, dentre os
107 quais se destacam: Ato Normativo do Crea-RS que dispõe sobre a adoção do livro de ordem de
108 obras e serviços nas obras de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e das
109 demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea (PC CF-2694/2014); Alteração do
110 Regimento do Crea-PR (PC CF-3336/2003); e Ato normativo do Crea-PE que dispõe sobre a
111 concessão de descontos no valor da anuidade profissional referente ao exercício 2016 e dá
112 outras providências (PC CF-0212/2016). Foram analisados 4 (quatro) processos relativos à
113 verificação de regularidade da composição plenária dos Regionais: Crea-MG, exercícios de 2013
114 e 2015, e Crea-SE e Crea-RN, exercício de 2015. Também foram discutidos itens relativos a
115 assuntos diversos, entre os quais destacamos: Reinstalação da Comissão Temática Governança
116 Legislativa - CTGL; Proposta nº 70/2015 do Colégio de Presidentes – criação de grupo de
117 trabalho para estudo e definição da sistemática aplicada para a representação das categorias,
118 modalidades profissionais e respectivas jurisdições para composição do Plenário do Confea;
119 Estudo técnico sobre normativos obsoletos, PC CF- 0412/2014, que resultou em estudo para
120 alteração da página “legislação” do site do Confea; e Alteração do local de realização da 2ª
121 reunião ordinária da CONP, de Vitória-ES para Brasília-DF. A comissão ainda deliberou sobre o
122 calendário e as diretrizes para o processo de composição do Plenário dos Creas para o exercício
123 de 2017. Finalmente, registramos que os membros da CONP e os membros da CCSS reuniram-
124 se para discutir a proposta de resolução substitutiva às Resoluções nº 1.052 e 1.053, ambas de
125 2015. A Próxima reunião da CONP: A 2ª Reunião Ordinária da CONP será realizada nos dias 30
126 e 31 de março e 1º de abril de 2016, em Brasília-DF. Brasília-DF, 9 de março de 2016. Era o
127 que tínhamos, Sr. presidente. Obrigado. **d.3) COMISSÃO DE CONTROLE E**
128 **SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA (CCSS):** O Coordenador Adjunto da comissão Francisco
129 Soares da Silva fez o seguinte pronunciamento: Sr. presidente, senhores membros da mesa,
130 senhores conselheiros, senhores servidores do Confea, a CCSS vem apresentar o seguinte
131 informe, ela realizou a reunião de instalação no dia 28 de janeiro, ocasião em que elegeu o
132 conselheiro Francisco Soares da Silva como coordenador adjunto, e estabeleceu o seu plano de
133 trabalho e seu calendário de reuniões para o exercício de 2016. Foi realizada a primeira reunião
134 ordinária da CCSS no período de 15 a 17 de fevereiro na sede do Confea, na ocasião foram
135 analisados 12 itens que resultaram em 9 deliberações e 3 encaminhamentos por despacho
136 dessa comissão. Participou também junto com a CONP o estudo da proposta de resolução para
137 substituir as resoluções 1.052 e 1.053/2015. Era só isso. muito obrigado. **d.4) COMISSÃO DE**
138 **ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA (CAIS):** O Coordenador Adjunto da comissão
139 Wiliam Alves Barbosa fez o seguinte pronunciamento: Boa noite, Sr. presidente, senhores
140 conselheiros, ilustres convidados. O coordenador da CAIS, o conselheiro federal Raul, ele veio
141 para a reunião da CAIS ontem, mas devido a um problema de saúde ele teve que se ausentar e
142 na ausência dele, eu como adjunto vou fazer algumas considerações sobre a CAIS. A CAIS não
143 conseguiu realizar a sua primeira reunião ordinária por problema de saúde de alguns
144 conselheiros que na última hora tiveram que cancelar a vinda a Brasília, mas nós realizamos
145 uma primeira reunião extraordinária por ocasião do encontro de lideranças, e tratamos
146 especificamente das questões as SOEA e do CNP, onde foram aprovados todas as propostas e
147 convênios do Crea/PR para a realização desses eventos, logo após isso a Plenária
148 extraordinária do Confea que pode aprovar esses convênios e já foram devidamente assinados
149 e o presidente Joel está tocando normalmente a questão da SOEA e do CNP. Realizamos ontem
150 aqui no Confea uma outra reunião, a segunda reunião extraordinária da CAIS onde discutimos
151 basicamente os assuntos referentes a SOEA e o CNP, como a definição dos eixos temáticos
152 para o CNP e mais alguns detalhes também referentes a isso. foi uma reunião extraordinária
153 convocada especialmente para tratar do CNP e SOEA de maneira que ela se ateve a esses
154 assuntos devido a sua convocação extraordinária. De fato que é isso. o coordenador Raul tinha
155 um relato muito mais aprofundado para passar, mas em síntese é isso que a CAIS fez nesse
156 período. **d.5) COMISSÃO DE ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CEEP):** O Coordenador
157 da comissão Paulo Roberto Lucas Viana mediante arquivo disponibilizado no domínio eletrônico,

158 item "Comunicações", fez o seguinte pronunciamento: Boa noite, senhor presidente. Boa noite
159 senhores conselheiros. A CEEP teve a sua 1ª Reunião Ordinária da CEEP ocorreu nos dias 17,
160 18 e 19 de fevereiro de 2016, no Confea, em Brasília/DF. Presenças: Eng. Mec. Paulo Roberto
161 Lucas Viana – Coordenador; Geol. Pablo Souto Palma – Coord. Adjunto, Eng. Agr. Célio Moura
162 Ferreira, Eng. Elétrica. Carlos Batista das Neves. Nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2016 ocorreu
163 a Reunião de Nivelamento dos Instrutores que participarão do Treinamento Regional de
164 Membros das Comissões de Ética dos Creas, no Confea, em Brasília/DF. Os instrutores,
165 formados por Conselheiros Regionais que participaram ou participam das Comissões de Ética
166 dos seus Creas, mais alguns assessores técnicos e jurídicos de Comissões de Ética de
167 Regionais, alinharam conhecimentos e metodologia a serem repassados no Treinamento
168 Regional, para poder ajudar aos membros das Comissões de Ética mostrando os ritos
169 processuais necessários ao bom entendimento e acompanhamento dos procedimentos de
170 denúncias de falta ética nos Regionais. No período de 24 a 26 de fevereiro de 2016 ocorreu as
171 primeiras reuniões ordinárias das Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas e
172 Comissões de Ética dos Creas, juntamente com o 5º Encontro de Líderes do Sistema
173 Confea/Crea, no Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB, em Brasília/DF. No
174 dia 24 de fevereiro de 2016 de 2016, as 18 horas, no Centro Internacional de Convenções do
175 Brasil – CICB, ocorreu a 1ª Reunião Regimental da CEEP com os Coordenadores Nacionais das
176 Câmaras Especializadas e Comissões de Ética dos Creas, eleitos para o exercício de 2016
177 (juntamente com seus Adjuntos), atendendo ao disposto no art. 36 do Regimento das
178 Coordenadorias - Anexo II da Resolução nº 1012, de 10 de dezembro de 2005. Foram
179 repassadas informações sobre os procedimentos para a realização das Reuniões Ordinárias,
180 Workshops, elaboração de propostas, atendimento ao Regimento das Coordenadorias, entre
181 outros assuntos, além de indicarem o representante das Coordenadorias Nacionais para
182 participar da Comissão Organizadora Nacional da Semana Oficial da Engenharia e da
183 Agronomia e do Congresso Nacional de Profissionais – CONSOEA/CNP, e representante das
184 Coordenadorias para participar da Comissão de Comunicação e Marketing – CCM; A CEEP está
185 realizando a sua 1ª Reunião Extraordinária durante a Sessão Plenária nº 1.428 (9, 10 e 11 de
186 março de 2016), no Confea em Brasília/DF. No período de 21 a 23 de março de 2016 ocorrerá
187 a 2ª Reunião Ordinária da CEEP, no Confea, em Brasília/DF. Ressalta-se que a reunião
188 ocorreria no Crea-AC, porém foi transferida para Brasília/DF, por motivos logísticos. No final do
189 mês de Março, no mês de Abril e Maio, ocorrerão os Treinamentos Regionais de Membros das
190 Comissões de Ética dos Creas, no Confea, em Brasília/DF. A Decisão Plenária PL-0111/2016
191 aprovou a realização dos Treinamentos Regionais de Membros das Comissões de Ética dos
192 Creas, nas cinco regiões do Brasil, tendo como objetivo preparar os Conselheiros Regionais
193 quanto ao fluxo do processo ético no Sistema Confea/Crea, legislação básica (Resoluções nº
194 1.002, nº 1.004 e Decisão Normativa nº 74, e outras) com apresentação de palestras, modelos
195 de processos. Os eventos correrão nas seguintes datas e locais: NORTE = dias 28 e 29 de
196 março de 2016 no Crea-PA, em Belém/ PA; NORDESTE = dias 31 de março e 1º de abril de
197 2016 no Crea-CE, em Fortaleza/ CE; SUDESTE = dias 11 e 12 de abril de 2016, no Crea-SP,
198 em São Paulo/SP; e CENTRO OESTE = dias 25 e 26 de abril de 2016 no Crea-GO, em
199 Goiânia/GO; SUL = dias 2 e 3 de maio de 2016 no Crea-SC, em Florianópolis/SC. Os
200 Treinamentos Regionais contará com custeio de passagens e diárias, de aproximadamente 212
201 (duzentos e doze) Conselheiros Regionais das Comissões de Ética; os Conselheiros Federais da
202 CEEP; mais 27 (vinte e sete) Assessores Jurídicos, 27 (vinte e sete) Assessores das Comissões
203 de Ética (divididos nas 5 regiões), e ainda com 2 (dois) Assessores da PROJ do Confea e 2
204 (dois) Assessores do Confea. É isso, Sr. presidente. **d.6) COMISSÃO DO MÉRITO (CM)** O
205 Chanceler da comissão Mário Varela Amorim mediante arquivo disponibilizado no domínio
206 eletrônico, item "Comunicações", fez o seguinte pronunciamento: Nossos cumprimentos ao Sr.
207 presidente que preside esse Plenário, aos conselheiros federais. A Comissão do Mérito de 2016,
208 ela é integrada pelos conselheiros: Célio Moura, como chanceler adjunto, pelo conselheiro
209 Albério, pelo conselheiro Paulo Laércio; pelo conselheiro Lucio Ivar, e por este conselheiro que
210 vos fala. A Comissão do Mérito – CME, realizou sua primeira reunião ordinária nos dias 03 e 04
211 de março de 2016, em Brasília, na qual, além dos membros da Comissão, também
212 participaram membros da equipe da GCO, quais sejam: Adahilton Milton Belotti, Maria Helena
213 de Carvalho, João Anastácio Dias Neto, Sílvia Maria Nunes Girardi. Na ocasião, foram tratados
214 vários assuntos diretamente relacionados à participação dos homenageados na 73ª SOEA,

entre os quais destacamos alguns itens deliberados. Nessa reunião, foram feitas várias sugestões objetivando dar mais ênfase aos eventos dos homenageados. Afinal, esta é uma homenagem para a vida, para o humano e, não há que se economizar em fidalgia, gentileza, cordialidade e glamour, tornando cada momento realmente inesquecível, porém, levando em conta a necessidade de redução do tempo. Diante da Decisão nº PL-0121/2016, que aprovou excepcionalmente em 2016, a data de 29 de abril para o encaminhamento ao Confea das indicações para Medalha do Mérito e para a inscrição no Livro do Mérito do Sistema Confea/Crea, a Comissão do Mérito, em 02 de fevereiro de 2016, por meio dos Ofícios 223 e 224, solicitou aos Creas e Entidades o envio de indicações. Até o final da próxima semana os ofícios serão reiterados. Os ofícios também foram encaminhados as Gerências Regionais, para gestão junto as suas respectivas regiões, no sentido de agilizarem o envio das indicações. Nos dias 07 e 08 de abril de 2016, a Comissão estará reunida em Foz do Iguaçu, ocasião em que irá proceder a visita aos hotéis indicados pela CON73ªSOEA e espaço para realização do evento dos homenageados, assim como ao centro de eventos. São esses os informes da Comissão do Mérito. Muito obrigado, senhor presidente e senhores conselheiros.

e) DAS REPRESENTAÇÕES:

e.1) COMISSÃO TEMÁTICA INDICADORES DE GESTÃO E GOVERNANÇA: O Conselheiro Federal Marcos Motta Ferreira fez o seguinte informe: Senhor presidente, senhores conselheiros, apenas informar que a comissão temática indicadores de gestão, ela está com o primeiro relatório concluído e a comissão está com os indicadores apurados nessa primeira fase com a participação de 14 Creas já dimensionados, tabulados com uma régua comparativa já definida e nós gostaríamos se possível estar apresentando esses indicadores para o Plenário.

e.2) COLÉGIO DE PRESIDENTES (CP): O Coordenador do Colégio de Presidentes Modesto Ferreira dos Santos Filho fez o seguinte pronunciamento: senhor presidente Tadeu, caros conselheiros, quero primeiro agradecer a recepção de voltar a essa casa que eu ajudei a construir quando eu estava no lugar dos senhores aí. Nós fomos eleitos pelos nossos pares, presidentes de Crea e a mensagem que eu trago é que o CP, a ideia que nós temos é de construir, somar aqui, ajudar e a gente conseguir passar pelo momento tão difícil que estamos passando, não só o Brasil, mas o Sistema Confea/Crea, então a ideia de nossa vinda aqui é de ajuda, de somar, e espero contar sempre com a colaboração dos conselheiros e da presidência. Obrigado.

e.3) COLÉGIO DE ENTIDADES NACIONAIS (CDEN): Coordenador do Colégio de Entidades Jorge Nei Brito fez o seguinte pronunciamento: Eu inicio a minha fala, cumprimentando o presidente Tadeu, cumprimentando Paulo Guimarães, nosso diretor presidente da Mútua, o Modesto Santos, presidente do Colégio de Presidentes; ao Jose de Sousa Reis Filho, coordenador nacional das Câmaras de Agronomia, todos os conselheiros federais aqui presentes, todas as demais lideranças, inclusive as lideranças do Crea/Jr., os funcionários do Confea, não poderia deixar de cumprimentar especialmente os meus colegas do CDEN, aos internautas que também acompanham essa Plenária e mesmo o dia internacional da mulher ter sido ontem, faço aqui uma saudação especial a todas as mulheres. Presidente, gostaria de informar que a eleição para coordenação e coordenação adjunta do CDEN aconteceu em perfeita harmonia, inclusive os colegas entenderam que a recondução minha e do Ângelo Petto era opção interessante e foi muito tranquilo. Informo também que o plano de trabalho do CDEN para esse ano como a evolução de nossos trabalhos, do nosso companheirismo dessa união foi feita a co-participação da colaboração de todos os cinco comitês do CDEN e isso é muito importante, isso nós fizemos no ano passado, mas com a chegada de novos nós colocamos novamente e, assim, tivemos um plano bastante consistente que já foi encaminhado para a CAIS. Na CAIS nesse ano a gente quer fazer uma parceria ainda maior e estamos aguardando uma resposta da CAIS que diz respeito a inclusão no nosso regimento do calendário de reuniões e, assim, possamos deixar de solicitar reuniões extraordinárias. Todos devem convir conosco que no CDEN é difícil demais nós conseguirmos fazer um trabalho só com duas reuniões ordinárias, sendo uma em pleno encontro de líderes, onde tem eleição e a outra em plena SOEA, então são muitas atividades paralelas e acaba prejudicando nosso trabalho. Nesse ano nós e mesmo estando no regimento, nós já fizemos avaliação das datas, distribuímos duas reuniões extraordinárias no primeiro semestre, duas no segundo, de forma tal que essas reuniões possam ser solicitadas com a devida antecedência e, assim, a CAIS pode fazer avaliação dentro do seu calendário de reuniões ordinárias e só para que vocês possam ter uma ideia que está mais próximo, nós estamos pautando a nossa reunião, a primeira extraordinária para os dias 25, 26 e 27 de abril,

272 porque dá tempo de a CAIS apreciar e vocês conselheiros federais a gente pede um carinho
273 especial com relação a esse pedido possam então estar aprovando essa solicitação na Plenária
274 de abril que seria nos dias 6, 7 e 8 e, assim, teremos um tempo do que manda a resolução
275 fazer a convocação de todos os presidentes. Queria deixar aqui um agradecimento especial a
276 Claudia, assessora da CAIS que com a sua experiência obviamente, a gente sabe que o
277 coordenador é o Raul, espero que o Raul se recupere rapidinho e já estou conhecendo os novos
278 membros da CAIS e a gente fica feliz por estar conhecendo os novos membros da CAIS e triste
279 por outro lado porque estão saindo amigos nossos também da CAIS, mas é assim a dinâmica,
280 então nós estamos querendo fazer tudo isso com antecedência devida para que a gente possa
281 trazer conforme o nosso planejamento que já está encaminhado para a CAIS. Durante a
282 reunião ordinária do CDEN nós, e logicamente nessa primeira reunião a gente recebe a visita,
283 participam lá as entidades percussoras e também representantes, coordenadores da
284 (inaudível), agradeço a presença deles. Várias outras lideranças estiveram nos visitando, pela
285 CAIS, o conselheiro William e foi uma grande surpresa rever o meu grande amigo, fomos
286 coordenadores e coordenador adjunto da coordenadoria nacional de Câmara especializada
287 industrial, depois o William foi coordenador, então foi muito bacana, mas eu nem vou nomear
288 os outros para eu não pecar aqui, mas fica o agradecimento a todos. Para finalizar, eu chamo
289 atenção e o conselheiro Mario Amorim já até tocou nesse assunto aqui, nós fomos procurados
290 por vários coordenadores do (inaudível) preocupadíssimos, inclusive presidentes de classes
291 nacionais, preocupadíssimos com a situação atual de não haver o repasse do percentual de ART
292 para as entidades de classe. Algumas entidades de classe já estão no sufoco, porque
293 infelizmente elas dependem ainda disso, logicamente que algumas conseguiram evoluir um
294 pouco mais, mas na maioria existe essa dependência muito forte, então fica aqui esse apelo
295 para que a gente consiga realmente. O Mario, e inclusive nós orientamos todos esses colegas
296 porque foi antes da palestra do Jose Gilberto, que é o nosso superintendente de integração do
297 Sistema, nós aconselhamos a todos, reforçamos o convite para assistir e ver como que é essa
298 nova dinâmica, sabemos que tem um grupo trabalhando, senão me engano a CCSS está
299 trabalhando e depois vai ser colocada aqui pela CONP. Sabemos também e o próprio
300 conselheiro Mario colocou que até o dia 30 de março há um compromisso de trazer isso na
301 nova formatação e a gente está aí muito esperançoso que essa nova legislação realmente
302 desate os nós que estão prejudicando fortemente as entidades de classe, e para finalizar queria
303 dizer e nós sabemos que o país está passando por suas dificuldades, o nosso Sistema também
304 está passando por muitas dificuldades e a gente tem que resolver esses problemas que estão aí
305 pendentes, mas o CDEN como órgão consultivo do Confea, do Sistema Confea/Crea/Mútua, nós
306 estamos a disposição para ajudar nas questões que assim o presidente entender que possamos
307 ajudar, seja nossos membros participando de GT, levando também alguns assuntos que
308 queiram que o CDEN ouça, então estamos a disposição e gostaríamos de convidar a todos
309 vocês para que possam prestigiar na nossa próxima reunião. Presidente, essa é a fala do
310 CDEN. Agradeço e um abraço para todos. **e.4) COORDENADORIAS DE CÂMARAS**
311 **ESPECIALIZADAS DOS CREAS:** José de Souza Reis Filho representante das Coordenadorias
312 de Câmaras Especializadas de Agronomia – CCEAGRO fez o seguinte pronunciamento: Boa
313 tarde. Saúdo a mesa na pessoa do presidente Jose Tadeu. Saúdo o restante do Plenário na
314 pessoa do Paulo Viana, meu colega de Goiás. Primeiro falar da minha satisfação, pois é a
315 primeira vez que eu adentro a esse Plenário e é com muita satisfação que faço isso, e dizer que
316 a Câmara especializada de agronomia se reuniu durante o 5º encontro de líderes e deliberou
317 praticamente uma pauta regimental. Inicialmente foi lido e aprovado o relatório de 2015,
318 ressaltando o reconhecimento ao trabalho que foi feito em 2015 pela câmara, em seguida, foi feita
319 a eleição onde eu Jose Reis fui eleito coordenador e o companheiro Jose Rinaldo Falcão
320 coordenador adjunto e passamos então para as propostas de trabalho, onde os eixos principais
321 ficaram: Ensino; Fiscalização; Atribuição Profissional e um outro eixo que a gente decidiu fazer
322 nesse ano é a de parlamentar, nós já começamos fazendo no ano passado, foi um trabalho
323 muito profícuo e a gente vai continuar fazendo esse ano, em seguida, nós definimos o
324 calendário de reuniões, a segunda reunião no Rio de Janeiro, de 27 a 29 de abril com os temas
325 centrais "Ensino e Atribuições Profissionais". A terceira reunião ordinária em Campo Grande
326 como tema central "Fiscalização" e, também deliberamos para fazer uma proposta da
327 realização do workshop que será em 1 e 2 de agosto em Palmas com o tema "Agronomia,
328 garantia de uma agricultura sustentável no Brasil". por último a proposta encaminhada pelo

329 coordenador do Rio de Janeiro de uma missão a Roma no congresso de meteorologia, todas
330 essas propostas virão para o Plenário do Confea e se aprovadas serão executadas pela
331 CCEAGRO e o Confea naquilo que lhe couber. Muito obrigado. **Às dezenove horas e quinze**
332 **minutos de nove de março de dois mil e dezesseis, o Presidente do Confea José Tadeu**
333 **da Silva interrompeu os trabalhos da Sessão Plenária Ordinária nº 1.428. Às nove**
334 **horas de dez de março de dois mil e dezesseis, o Presidente Confea José Tadeu da**
335 **Silva reiniciou a Sessão Plenária Ordinária nº 1.428. VI – COMUNICAÇÕES: e) DAS**
336 **REPRESENTAÇÕES: e.1) COMISSÃO TEMÁTICA INDICADORES DE GESTÃO:**
337 **CONTINUAÇÃO:** O Conselheiro Federal Marcos Motta Ferreira dando prosseguimento ao
338 informe sobre a Comissão Temática Indicadores de Gestão e Governança, fez uma
339 apresentação sobre o trabalho realizado pela Comissão. **O inteiro teor dos**
340 **pronunciamentos bem como as intervenções feitas pelo plenário, fazem parte desta**
341 **ata, na forma do anexo II. f) DOS CONSELHEIROS FEDERAIS: f.1) Conselheiro Federal**
342 **Pablo Souto Palma** mediante arquivo eletrônico, disponibilizado no item "Comunicações", fez
343 o seguinte pronunciamento: Bom dia, presidente, conselheiros. No dia 15 de fevereiro eu estive
344 na reunião do Crea Sul e de lá os presidentes assinaram esse manifesto que eu coloquei nas
345 comunicações, para os senhores estarem cientes. Ele trata basicamente do que a nossa
346 reunião de ontem debateu no início dela, que é sobre a nossa dificuldade com a taxação da
347 ART. Como eu pautei esse assunto antes de termos feito a reunião, eu só manifesto esse
348 informe para que os senhores tenham ciência desse manifesto, ele traz um pouco do que foi
349 historiado na nossa reunião de ontem. Acho que a discussão que eu gostaria de ter com
350 relação a isso, ela já foi sanada ontem. Só manifesto novamente a minha felicidade com a
351 discussão desse assunto, anterior a minha proposição aqui, e a minha dificuldade em entender
352 por que esse assunto demorou tanto tempo para ser discutido, uma vez que a gente discute
353 esse assunto, basicamente vindo do Rio Grande do Sul, há mais de 5 anos. Infelizmente
354 demorou para ser debatido por nós, mas felizmente ontem a gente começou a ter um esboço
355 de uma Resolução para isso, espero fielmente, assim como os presidentes do Crea Sul, que o
356 esboço feito pelo presidente Tadeu ontem tenha um reflexo positivo e antes de qualquer outra
357 discussão sobre gestão de sistema, governança, a gente resolva esse problema
358 especificamente, porque dele depende todo o arcabouço do sistema Confea/Crea e Mútua.
359 Obrigado pela palavra e se os senhores quiserem acessar, está nas comunicações para todos
360 os conselheiros. Obrigado. **f.2) Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto** fez o
361 seguinte pronunciamento: Bom dia a todos e todas. Eu queria fazer alguns informes rápidos
362 sobre a minha atuação enquanto conselheiro federal nos diversos fóruns de discussão que eu
363 estou envolvido. Começando pela Comissão Temática de Harmonização Interconselhos. Agora
364 em fevereiro, nós tivemos a reunião de instalação, essa Comissão é composta por mim, pelo
365 conselheiro federal Paulo Roberto, o engenheiro João Colares, o engenheiro eletricitista Alfredo
366 Diniz, pelo presidente do Crea BA Marco Amigo, que não pode participar por questões de
367 saúde, e o presidente do Confea José Tadeu, também participou lá. Pelo CAU, o CAU esteve
368 presente, a reunião se desenvolveu de forma conjunta, participou o conselheiro federal e ex
369 vice presidente do Confea, o Geraldine, a presidente do CAU MG, Vera Maria, o conselheiro
370 federal do CAU, Renato Nunes, o presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, Jeferson
371 Salazar, e o arquiteto e ex presidente do Crea CE, Luciano Guimarães, além do próprio
372 presidente do CAU BR, o Aroldo Pinheiro. Foi definido o calendário para 8 reuniões em 2016,
373 onde 4 delas serão utilizadas para tratativas de assuntos relacionados com o CAU BR e as
374 demais para harmonização de assuntos entre outros conselhos. Durante o Encontro de
375 Lideranças foi demandado para as 9 coordenadorias nacionais, que elas enviem para a
376 Comissão Temática os temas a serem harmonizados com os demais Conselhos, porque na
377 verdade a Comissão Temática precisa saber da necessidade de harmonização de cada
378 modalidade do nosso sistema. Foi decidido também que todos os encaminhamentos dessa
379 Comissão Temática, eles serão votados por unanimidade e esse assunto só seguirá para a
380 próxima etapa após ser votado por unanimidade. Foi definida a pauta dos temas que serão
381 tratados conjuntamente entre o Confea e o CAU. Aí nós temos assuntos como EAD, vai ser
382 tratado de forma conjunta com o CAU, posicionamento contrário a RDC, disciplinamento do que
383 são serviços comuns para contratação através de pregão. A inclusão do Código de Ética como
384 sendo um item anti ético promover a participação em contratações públicas e privadas através
385 de pregão, com ofertas de lances sucessivos, onde conhece o preço do concorrente. Ampliação

386 do poder de regulamentação dos Conselhos Profissionais junto ao sistema educacional, para
387 barrar um pouco a mercantilização e criação de cursos de graduação. Estabelecimento de
388 critérios de fiscalização do exercício entre o Confea e o CAU, é um item que tem dado muito
389 problema e esses assuntos tendem a se judicializar, porque a nossa fiscalização e do CAU tem
390 atuado e não existe uma uniformização sobre isso, então será discutido lá. Uma atuação
391 conjunta das duas assessorias parlamentares, dos assuntos que são comuns, por exemplo, a
392 regulamentação de Conselhos Profissionais, carreira de estado, criminalização do exercício
393 ilegal da profissão, entre outros. Então, a atuação das assessorias parlamentares passariam a
394 ser feitas para alguns assuntos identificados, como sendo de atuação conjunta. Por fim, após
395 ter encaminhado isso ou em paralelo, a gente vai começar a discussão da questão de
396 repartição de atribuições, que realmente é um item divergente entre os dois Conselhos. A
397 próxima reunião ocorrerá no dia 15 e 16, na sede do CAU, então será uma reunião no Confea
398 (intervenção feita fora do microfone). A de março, no CAU Brasília, semana que vem já será no
399 CAU BR. Bom, alguns informes também sobre a questão da CEF, a minha atuação na CEF. Tem
400 um fato ocorrido, que é a indicação do assistente da CEF, nós da CEF fizemos uma indicação,
401 como manda, na reunião de instalação, do funcionário João Carvalho e houve, em 15 de
402 fevereiro de 2016, uma portaria do presidente Tadeu destituindo o assistente indicado pela CEF
403 e nomeando outro assistente, indicado por ele, o que na nossa interpretação afronta o artigo
404 15 da Resolução 25, que é explícito que a indicação, por ser um cargo de confiança, é da CEF,
405 diferente das outras Comissões Permanentes, que essa indicação do assessor vai ao Conselho
406 Diretor, no caso da CEF isso não ocorre, é indicação da própria CEF. Então, a CEF comunicou a
407 presidência da nulidade da Portaria, porém acatando a indicação do próprio presidente José
408 Tadeu, no mesmo dia fez outra deliberação aceitando o assistente indicado pela Portaria do
409 presidente José Tadeu. Na minha interpretação, isso caracteriza em uma interferência da
410 presidência em assuntos internos da CEF e que me gerou um descontentamento sobre essa
411 situação. Ainda na CEF, foram identificados 9 processos de 2014 sem nenhum tipo de
412 tramitação, são processos que nem abertos foram, está a nível de protocolo. Então, nós temos
413 protocolos, não vou ler, mas tem do Cláudio Calheiros contra Henrique Ludovice, tem do
414 Raimundo José Aranha contra Cleudson Campos, tem do Pasqual Satalino contra Francisco
415 Curimori, tem do Nélio Alzir Afonso contra o ex conselheiro federal João dos Anjos, tem do
416 Carlos Roberto Calheiros contra Marco Luciano Camoieira, tem do Antonio Lucena contra
417 Evandro Alencar, de Alexandre Santos contra Cardim. E nós realmente ficamos estarecidos,
418 como processos de 2014 transitaram por toda a CEF de 2015 e nem o processo foi aberto?
419 Então, eu solicitei que todos esses processos fossem encaminhados para a PROJ, primeiro a
420 abertura do processo, porque está a nível de protocolo, e que gerasse a análise jurídica e que
421 fosse submetido. Também solicitei que houvesse a abertura de um processo de apuração de
422 responsabilidade para apurar um possível dissídio pelo fato que foi identificado por mim na
423 CEF. Ainda na CEF, por fim, os membros da CEF, eu protocolei uma exposição de motivos de
424 solicitação à CEF para que a CEF deliberasse uma audiência junto com o Procurador do
425 Ministério Público Federal para tratar de assuntos conexos, ou seja, nós da CEF estamos
426 apurando uma possível irregularidade na eleição do Crea SP de 2014 e o Ministério Público
427 Federal de São Paulo está apurando possíveis irregularidades na eleição do Crea SP de 2014,
428 como nós fecharíamos a nossa análise se existe um processo em paralelo no Ministério Público,
429 que tem uma força de investigação muito maior que a nossa, sem ter ido lá? Então, a CEF
430 acatou, por unanimidade, essa delegação, para ir nessa audiência com o Procurador do
431 Ministério Público de São Paulo. Essa audiência foi solicitada para o dia 16 de março e,
432 infelizmente, houve algum descaminho aqui do processo, porque a deliberação da CEF foi no
433 sentido de que o assistente da CEF solicitasse a audiência e o que a SIS fez foi encaminhar o
434 processo para a PROJ, dizendo que se tratava de assunto jurídico, na verdade não se trata de
435 assunto jurídico, a CEF solicitou uma audiência com o Procurador do Ministério Público Federal.
436 Eu ainda estou sem solicitar as minhas passagens da semana que vem, porque não sei se virei
437 a Brasília, para a reunião da CEF, ou se irei para São Paulo. Então, faço esse comunicado e
438 estou no aguardo da decisão e se realmente for descumprida a decisão da CEF, eu irei tomar as
439 providências cabíveis. Relativo a ABNT, ela tem, hoje, 3 normas sendo revisadas, que é a de
440 projeto arquitetônico e projeto complementar, representação gráfica, já na fase final de
441 aprovação dessas normas, já seguirá em junho para consulta pública. Faço um apelo para a
442 CAIS, que recomponha da forma que achar melhor essa delegação, agora, alerta de que

443 segundo informativos, que eu fornecia a todos os conselheiros da CAIS, quem não tiver 30%
444 de presença, segundo o regimento da ABNT, e que há outra interpretação que não é 30%, é
445 70%, mas o que eu identifiquei no regimento é que é 30%, não terá direito a voto. Nós já
446 percorremos as reuniões de fevereiro e de março sem os representantes, então, de fato, se
447 forem recompostos e reencaminhados novos membros, esses membros não poderão ter direito
448 a voto, segundo o regimento da ABNT. Eu queria dizer que se estiver tendo conotação de
449 qualquer represália política com relação a isso, não faz o menor sentido, porque eu fui
450 nomeado pela ABNT, secretário da ABNT, assumi o compromisso e irei, fiz o calendário da
451 ABNT e todas as reuniões da ABNT, nesse ano, são um dia depois de algum compromisso meu
452 aqui neste plenário ou no Confea, então eu já voltarei para São Paulo, como hoje irei. Quem
453 está sofrendo esses prejuízos são os próprios profissionais, porque estão vendo as reuniões
454 ocorrerem apenas com a presença dos arquitetos. Por fim, queria fazer uma solicitação pela
455 recomposição da Comissão Temática Novos Engenheiros, que eu soube que houve uma
456 discussão sobre a legalidade ou não dos futuros profissionais em participar e eu solicitei o
457 parecer jurídico da 1060, que foi a Resolução que alterou a 1015, nesse parecer jurídico não há
458 qualquer ilegalidade sobre a participação de futuros profissionais no sistema como convidados
459 para contribuir. Isto posto, não poderia ser diferente, porque também na própria 1003, que vai
460 voltar ao plenário, também consta, então é totalmente infundada essa tese de ilegalidade da
461 participação, até porque fizemos isso na 1003, que regulamenta os regionais e fizemos na
462 1060, que criou a Comissão Temática. Esses são meus comentários, muito obrigado. **f.3)**

463 **Conselheiro Federal Jolindo Rennó Costa** fez o seguinte pronunciamento: Senhor
464 presidente, primeiro eu gostaria de reforçar as palavras do nosso coordenador da CONP, no dia
465 de ontem, com relação as normativas 1052 e 1053. Essas duas normativas que tratam de
466 repasse de verbas, ART para as instituições de ensino e entidades de classe, todos os
467 conselheiros sabem perfeitamente do problema que aconteceu e também da própria decisão
468 que o plenário tomou, no sentido de postergar as nossas decisões, da suspensão até o meio do
469 ano, dessas resoluções. Ocorre que internamente nós tivemos um compromisso de que estaria,
470 nessa plenária já estaria em condições de estarmos apresentando uma nova Resolução,
471 faltando apenas a questão do manual, que seria elaborado, mas o compromisso era que nessa
472 plenária essa Resolução já estaria presente para a gente deliberar. Evidentemente, em se
473 tratando de uma lei nova, que essa nova resolução está baseada, alguns problemas surgiram,
474 mas eu queria destacar os problemas que todos os estados estão tendo, as entidades de classe
475 estão tendo, instituições de ensino estão tendo, no sentido de resolver esse imbróglio, que está
476 causando muito transtorno. Lógico que tudo que temos que fazer aqui tem que ser dentro da
477 legalidade, da melhor forma possível, mas eu gostaria de pedir encarecidamente para os
478 órgãos que estão envolvidos nessa nova Resolução, que fizessem com a maior rapidez
479 pertinente, devido a urgência desse assunto, inclusive a preocupação com a maior
480 funcionalidade dessas instituições, no trabalho que elas tem que fazer, com relação as
481 divulgações das próprias atividades dos Creas, da valorização profissional, da arrecadação de
482 ART, entidades essas que, na verdade, são o esteio das nossas entidades, do nosso sistema.
483 Então, a gente tem que tratar dentro da legalidade, mas com bastante carinho. Isso a gente vê
484 o seguinte: em fazendo esforço conjunto, ver se conseguimos na próxima plenária já estar com
485 toda a situação de forma adequada para que ocorram os procedimentos naturais dos Conselhos
486 Regionais. Então, peço encarecidamente essa posição, é uma posição que está desde o final de
487 agosto, quando recebemos a primeira solicitação do TCU, estamos desde aquele período até
488 agora sem buscar, sem resolver essa situação. Daí as críticas sempre aparecem, de que nosso
489 sistema, o Confea é muito moroso para resolver os problemas. Queremos crer que a casa vai
490 tomar as providências necessárias para agilizar e que na próxima plenária estejamos com a
491 solução desse assunto tão importante. Outro assunto que eu quero fazer coro a exposição feita
492 pelo conselheiro Leonides, que nos causa preocupação, com relação a representatividade da
493 ABNT. A gente bem sabe que o Confea também contribui financeiramente com a ABNT e que
494 também nós temos uma participação dentro da ABNT, discutindo os problemas técnicos
495 oriundos e que venham a trazer soluções para os nossos problemas técnicos de uma maneira
496 geral. A gente bem sabe o quanto foi polêmico o início dessas discussões da ABNT, que
497 estavam sendo discutidas até questões mais políticas dentro do termo técnico, questões de
498 atribuições de profissionais, coisas que não tem sentido é você colocar atribuição de
499 profissional dentro de norma técnica. Inicialmente tinha esse questionamento com a

500 participação do CAU, que o Confea se fez presente, e vários Creas também se fizeram
501 presentes, mas lembrando que as regras da ABNT são regras que depois de uma discussão
502 técnica tem que ser votadas e tem que ter uma participação ativa, dentro dessa associação,
503 para que se possa ter a participação do Confea, isso se traduz em uma colocação que foi feita
504 na ABNT, que teria que ter a participação, a pessoa que está representando o órgão, de 70%
505 das reuniões. Essas reuniões técnicas, essa que está em discussão, que está mais adiantada,
506 que trata das questões gráficas, das questões de elaboração de projetos de edificações é um
507 assunto bem inerente, envolve também nesse assunto parte da engenharia elétrica, mas está
508 bem substanciada com relação a engenharia civil. Nesse sentido, nós temos na nossa
509 representação lá, eu gostaria que, dentro da circunstância em que já foi aprovado nesse
510 plenário, que permanecesse a presença dos conselheiros que já estão lá, a própria
511 representação nossa que já está lá, para que não haja descontinuidade das atividades que são
512 feitas. A ABNT, para um tema tão importante como esse, na fase inicial houve muita variação
513 das participações, cada vez que entravam representantes de entidades, novas representações,
514 você tinha que retornar ao processo, voltar a uma discussão e, na verdade, não dava o
515 andamento necessário. Chegou a um determinado ponto que os trabalhos começaram a
516 deslançar, em virtude da participação contínua daqueles que estavam presentes em todas as
517 reuniões. Então, eu gostaria de deixar clara essa minha posição, porque eu participei de várias
518 reuniões, e em função das nossas atividades aqui no plenário não deu para eu estar mais
519 presente, mas meu suplente tem participado ativamente dessas discussões. Fica muito latente,
520 na reunião na qual está aquele grupo de pessoas que estão dentro da sua profissão,
521 desenvolvendo seu trabalho e fazendo uma representação necessária, quando você altera o
522 grupo, realmente traz dificuldades e principalmente se forem profissionais de outras
523 modalidades que não as modalidades que estão sendo discutidas. Seria essa a minha
524 colocação. Muito obrigado. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: a) AD**
525 **REFERENDUM: 1) PC CF-0238/2016. Interessado: Confea. Assunto: Aprova a indicação do**
526 **ex-Conselheiro Federal Eng. Agr. João Francisco dos Anjos em substituição ao Eng. Agr.**
527 **Oswaldo Danhoni, como titular na Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de**
528 **Certificação de Unidades Armazenadoras. Portaria AD-Nº 087, de 26 de fevereiro de 2016.**
529 **O Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto solicitou vista do processo. Vista concedida.**
530 **2) Processo: CF-0635/2016. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Aprova a**
531 **prorrogação do prazo para entrega da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Confea,**
532 **dos Creas e da Mútua, referente ao exercício de 2015. Portaria AD-Nº 044, de 1º de**
533 **fevereiro de 2016. Referendada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais**
534 **AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS**
535 **ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI**
536 **MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA**
537 **FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO**
538 **LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM**
539 **ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Federal LEONIDES ALVES DA**
540 **SILVA NETO. 3) Processo: CF-0343/2016. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Aprova**
541 **a distribuição dos recursos orçamentários do Prodesu, no exercício 2016, para os Regionais.**
542 **Portaria AD-nº 051, de 2 de fevereiro de 2016. Referendada. Votaram favoravelmente os**
543 **senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO**
544 **MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA**
545 **FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, PAULO**
546 **LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se**
547 **de votar os senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA**
548 **SILVA NETO, OSMAR BARROS JUNIOR e PABLO SOUTO PALMA. 4) Processo: CF-2453/2015.**
549 **Interessado: Crea-MT. Assunto: Aprova o aditivo de prazo ao convênio nº 071/2015 entre o**
550 **Confea e o Crea-MT, para 31 de dezembro de 2016. Portaria AD-Nº 052, de 2 de fevereiro**
551 **de 2016. Referendada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO**
552 **FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO,**
553 **CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI**
554 **MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA,**
555 **PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.**
556 **Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES**

557 ALVES DA SILVA NETO e OSMAR BARROS JUNIOR. **5)** Processo: CF-2051/2015. Interessado:
558 Crea-SE. Assunto: Aprova o aditivo para redução do valor do convênio nº 053/2015 entre o
559 Confea e o Crea-SE. **Portaria AD-Nº 053, de 2 de fevereiro de 2016.** Referendada.
560 Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
561 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS
562 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
563 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
564 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os
565 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e
566 OSMAR BARROS JUNIOR. **6)** Processo: CF-1886/2015. Interessado: Crea-AM. Assunto: Aprova
567 o aditivo de prazo ao convênio nº 056/2015 entre o Confea e o Crea-AM, para 30 de junho de
568 2016. **Portaria AD-Nº 074, de 18 de fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram
569 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
570 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS
571 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
572 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
573 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os
574 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e
575 OSMAR BARROS JUNIOR. **7)** Processo: CF-2717/2015. Interessado: Crea-SE. Assunto: Aprova
576 o aditivo de prazo ao convênio nº 070/2015 entre o Confea e o Crea-SE, para 28 de maio de
577 2016. **Portaria AD-Nº 065, de 15 de fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram
578 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
579 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS
580 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
581 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
582 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os
583 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e
584 OSMAR BARROS JUNIOR. **8)** Protocolo: CF-0884/2016. Interessado: Confea. Assunto: Aprova a
585 adesão à causa da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB destinada ao estabelecimento das
586 bases de manifestação contrária ao aumento da carga tributária. **Portaria AD-Nº 082, de 24**
587 **de fevereiro de 2016.** Referendada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros
588 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO
589 CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO
590 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES
591 ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
592 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
593 WILIAM ALVES BARBOSA. **REGISTRO:** Em face da ausência momentânea do Presidente do
594 Confea José Tadeu da Silva, Vice-Presidente Antonio Carlos Alberio assumiu a condução dos
595 trabalhos. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: c) PEDIDO DE**
596 **RECONSIDERAÇÃO: 1)** Processo: CF-1484/2014. Interessado: Poços Artesianos Água Branca
597 Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1063/2015, do Confea que manteve o
598 Auto de Infração Nº 2012016105, lavrado pelo Crea-RS, por infração à alínea “e” do art. 6º da
599 Lei nº 5.194, de 1966, contra a pessoa jurídica Poços Artesianos Água Branca Ltda. **Relator:**
600 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
601 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
602 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
603 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
604 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
605 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
606 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)**
607 Processo: CF-2361/2014. Interessado: Armazéns Gerais Planalto Ltda. Assunto: Pedido de
608 reconsideração da Decisão PL-0138/2015, do Confea, que manteve o Auto de Notificação nº
609 2011000236, lavrado pelo Crea-MG em 04 de fevereiro de 2011, por infração ao art. 59 da Lei
610 nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Mário Varela**
611 **Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de
612 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
613 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA

614 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
615 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
616 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
617 ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-2348/2013. Interessado:
618 Lopafer Indústria e Comércio de Metais Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-
619 0498/2015, do Confea, que não conheceu o presente pedido de reconsideração interposto pela
620 pessoa jurídica LOPAFER Indústria e Comércio de Metais Ltda, por não apresentar novos fatos e
621 argumentos que justifiquem invalidar ou modificar a Decisão PL-0159/2014. **Relator:**
622 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
623 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
624 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
625 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
626 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
627 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
628 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **4)**
629 Processo: CF-1435/2014. Interessado: Genino Pedrosa - ME. Assunto: Pedido de
630 reconsideração da Decisão PL-0592/2015, do confea, que manteve o Auto de Infração nº
631 2010001764, lavrado pelo Crea-MG em 8 de setembro de 2010 por infração ao art. 59 da Lei
632 nº 5.194, de 1966, contra a empresa Genino Pedrosa - ME e dá outras providências. **Relator:**
633 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
634 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
635 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
636 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
637 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
638 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
639 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **5)**
640 Processo: CF-2365/2014. Interessado: Junqueira Transportes, Serviços e Comércio Ltda.
641 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1075/2015, do Confea, que manteve o Auto
642 de Infração nº 2013000704, do Crea-MG, referente à pessoa jurídica denominada Junqueira
643 Transportes Serviços e Comércio Ltda e dá outras providências. **Relator: Conselheiro**
644 **Federal Francisco Soares da Silva.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
645 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
646 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
647 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
648 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
649 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
650 PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **6)**
651 Processo: CF-2874/2014. Interessado: Plastichapa - Artefatos de Fibras de Vidro Ltda.
652 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1081/2015, do Confea, que manteve o Auto
653 de Infração nº 2010020962, lavrado pelo Crea-RS, contra a pessoa jurídica Plastichapa Artigos
654 de Fibras de Vidro Ltda., por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
655 **Relator: Conselheiro Federal Jolindo Rennó Costa.** Aprovado por unanimidade, o relatório
656 e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros
657 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS
658 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
659 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,
660 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
661 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
662 **7)** Processo: CF-2455/2014. Interessado: Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza
663 Girando o Sol Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1077/2015, do Confea,
664 que manteve o Auto de Infração nº 2012014491, do Crea-RS, referente à pessoa jurídica
665 denominada Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Girando o Sol Ltda. **Relator:**
666 **Conselheiro Federal Jolindo Rennó Costa.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
667 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
668 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
669 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
670 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS

671 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
672 PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **8)**
673 Processo: CF-0475/2015. Interessado: Crea-BA. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão
674 PL-2367/2015, do Confea, que aprovou a Composição do Plenário do Crea-BA para o exercício
675 de 2016, e dá outras providências. **Relator: Conselheiro Federal Paulo Laércio Vieira.** O
676 Conselheiro Federal Alessandro José Macedo Machado solicitou vista do processo. Vista
677 concedida. **9)** Processo: CF-0775/2015. Interessado: Tecnólogo em Construção
678 Civil/Edificações Dennys Paulo de Oliveira Azevedo. Assunto: Pedido de reconsideração da
679 Decisão PL-1132/2015, do Confea, que anulou a a Notificação/Auto de Infração nº
680 0012VVM2013BR, lavrada em 2 de abril de 2013 pelo Crea-GO por infração ao art. 82 da Lei
681 nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, combinado com a Lei nº 4.950-A, de 1966, contra a
682 Agência Goiana de Habitação S.A. **Relator: Conselheiro Federal Paulo Laércio Vieira.**
683 Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração.
684 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
685 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
686 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,
687 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
688 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
689 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **10)** Processo:
690 CF-3018/2014. Interessado: Fábio A. B. Miguel Monte Aprazível – EPP. Assunto: Pedido de
691 reconsideração da Decisão PL-1288/2015, do Confea que manteve Mantém o Auto de Infração-
692 AI nº 157/2012, lavrado pelo Crea-SP, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, contra
693 a pessoa jurídica, FÁBIO A. B. MIGUEL MONTE APRAZÍVEL-EPP. **Relator: Conselheiro Federal**
694 **Célio Moura Ferreira.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido
695 de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
696 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
697 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
698 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,
699 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO
700 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **11)** Processo: CF-
701 1099/2014. Interessado: A. Buhler S/A Curtume. Assunto: Pedido de reconsideração da
702 Decisão PL-1470/2014, do Confea, que manteve o Auto de Infração nº 2008002296, lavrado
703 em 16 de outubro de 2008, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de
704 1966, contra a pessoa jurídica A. Buhler S/A Curtume. **Relator: Conselheiro Federal**
705 **Alessandro José Macedo Machado.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
706 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
707 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
708 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
709 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
710 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
711 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
712 WILIAM ALVES BARBOSA. **12)** Processo: CF-2145/2015. Interessado: BRF Brasil Foods S/A.
713 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0614/2015, do Confea, que manteve o Auto
714 de Infração e Notificação nº 2012/8-303318-001, lavrado pelo Crea-PR em 16 de julho de
715 2012, infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods
716 S/A. **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o
717 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
718 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
719 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
720 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
721 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
722 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
723 ALVES BARBOSA. **13)** Processo: CF-2633/2014. Interessado: BRF Brasil Foods S/A. Assunto:
724 Pedido de reconsideração da Decisão PL-0616/2015, do Confea, que manteve o Auto de
725 Infração e Notificação nº 2012/8-303321-001, lavrado pelo Crea-PR em 16 de julho de 2012,
726 infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods S/A.
727 **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o

728 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
729 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
730 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
731 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
732 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
733 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
734 ALVES BARBOSA. **14)** Processo: CF-2634/2014. Interessado: BRF Brasil Foods S/A. Assunto:
735 Pedido de reconsideração da Decisão PL-0615/2015, do Confea, que manteve o Auto de
736 Infração e Notificação nº 2012/8-303320-001, lavrado em 16 de julho de 2012, pelo Crea-PR,
737 por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977 contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods
738 S/A. **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o
739 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
740 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
741 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
742 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
743 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
744 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
745 ALVES BARBOSA. **Às doze horas de dez de março de dois mil e dezesseis, o Vice-**
746 **Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio interrompeu a Sessão para almoço. Às**
747 **quatorze horas e quarenta e cinco minutos o Vice-Presidente do Confea Antonio**
748 **Carlos Alberio reiniciou a Sessão. VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE**
749 **PROCESSOS: c) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: CONTINUAÇÃO: 15)** Protocolo: PC
750 0497/2015. Interessado: Crea-TO. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-
751 2492/2015, referente à composição do plenário do Crea-TO para o exercício de 2016. **Relator:**
752 **Conselheiro Federal Daniel Antonio Salati Marcondes.** Aprovado por unanimidade, o
753 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
754 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
755 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
756 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
757 SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
758 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
759 ROBERTO LUCAS VIANA e RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA. **16)** Processo: CF-1392/2014.
760 Interessado: Galvanotécnica Anduri Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-
761 0589/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração nº 2012051680, do Crea-RS, por
762 descumprimento do art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Daniel**
763 **Antonio Salati Marcondes.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em
764 pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
765 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
766 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
767 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
768 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
769 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA
770 PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **17)** Processo: CF-0542/2014. Interessado: Crea-RO.
771 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-2364/2015 que não acolheu o pedido de
772 reconsideração da Decisão Plenária nº 1429/2014, visto que não foi atendido o critério de
773 admissibilidade que se refere à apresentação de novos fatos e argumentos pela parte
774 interessada. **Relator: Conselheiro Federal Daniel Antonio Salati Marcondes.** Aprovado
775 por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os
776 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
777 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
778 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
779 SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
780 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
781 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **18)**
782 Processo: CF-2017/2014. Interessado: Expresso Cardoso Ltda. Assunto: Pedido de
783 reconsideração da Decisão PL-0599/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração nº
784 2013000335, lavrado pelo Crea-MG, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, contra a

785 empresa Expresso Cardoso Ltda. **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva**
786 **Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de
787 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
788 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
789 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO
790 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
791 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **19)** Processo: CF-0240/2015.
792 Interessado: MMGB Engenharia e Arquitetura Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da
793 Decisão PL-1535/2015, do Confea, que manteve a decisão do Plenário do Crea-MG, PL/MG nº
794 367/2014, de 6 de novembro de 2014, contra a empresa MMGB Engenharia e Arquitetura Ltda.
795 **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o
796 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
797 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
798 MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
799 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS
800 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA
801 e WILIAM ALVES BARBOSA. **20)** Processo: CF-1057/2015. Interessado: Concretize Serviços de
802 Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração da Decisão PL-1108/2015, que manteve
803 o Auto de Infração nº 20147/8-040493-001, lavrado pelo Crea-PR, por reincidência em infração
804 ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro Federal**
805 **Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado
806 em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
807 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
808 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,
809 LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR
810 BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **21)** Processo: CF-
811 1058/2015. Interessado: Concretize Serviços de Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de
812 reconsideração da Decisão PL-1109/2015, que manteve o Auto de Infração 2014/8-052222-
813 001, lavrado pelo Crea-PR, reincidência em infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de
814 dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado
815 por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os
816 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
817 MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
818 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS
819 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA
820 e WILIAM ALVES BARBOSA. **22)** Processo: CF-1059/2015. Interessado: Concretize Serviços de
821 Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1110/2015, do Confea,
822 que manteve o Auto de Infração 2014/8-052223-001, lavrado pelo Crea-PR, por reincidência
823 em infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro**
824 **Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
825 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
826 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO
827 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES
828 ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
829 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES
830 BARBOSA. **23)** Processo: CF-1757/2014. Interessado: Paulo Roberto Amaral Assunção.
831 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1971/2015, do Confea, que anulou o Auto de
832 Infração 2013/8-127870-001, lavrado pelo Crea-PR, contra a pessoa física Paulo Roberto
833 Amaral Assunção, por infração ao art 1º da Lei nº 6.496, de 1977, quando deveria ter sido
834 lavrado contra o proprietário da obra por exercício ilegal da profissão, capitulado na alínea "a"
835 do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, conforme orientado no inciso II do art 4º da Decisão
836 Normativa nº 74, de 2004 e dá outras providências. **Relator: Conselheiro Federal Lucio**
837 **Ivar do Sul.** O Conselheiro Federal Alessandro José Macedo Machado solicitou vista do
838 processo. Vista concedida. **24)** Processo CF-1382/2014. Interessado: Ouro Verde Papeis e
839 Embalagens Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1492/2014, que conheceu
840 o recurso interposto pela interessada, mantendo-se o Auto de Infração nº 2012014362, lavrado
841 pelo Crea-RS, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, contra a

842 pessoa jurídica Ouro Verde Papeis e Embalagens Ltda. **Relator: Conselheiro Federal Lúcio**
843 **Antonio Ivar do Sul.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido
844 de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
845 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
846 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,
847 LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR
848 BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES
849 BARBOSA. **25)** Processo: CF-2440/2014. Interessado: Daniel Rocha de Carvalho. Assunto:
850 Pedido de reconsideração da Decisão PL-0556/2015, que manteve o Auto de Infração e
851 Notificação nº 0154NIM2012AA, lavrado pelo Crea-DF, por infração à alínea "a" do art. 6º da
852 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Lúcio Antônio**
853 **Ivar do Sul.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de
854 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
855 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
856 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO
857 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
858 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **26)** Processo: CF-1626/2014.
859 Interessado: Incinera Tratamento de Resíduos Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da
860 Decisão PL-0570/2015, do Confea, que manteve a Notificação/Auto de Infração nº
861 1520MPS2012EH, do Crea-GO contra a pessoa jurídica Incinera Tratamento de Resíduos Ltda.
862 **Relator: Conselheiro Federal Marcos Motta Ferreira.** Aprovado por unanimidade, o
863 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
864 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
865 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
866 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
867 SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
868 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
869 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **27)**
870 Processo: CF-1181/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de
871 reconsideração da Decisão PL-1561/2015, que manteve o Auto de Infração nº 2014/8-004627-
872 001, lavrado pelo Crea-PR em 17 de março de 2014. **Relator: Conselheiro Federal Osmar**
873 **Barros Júnior.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de
874 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
875 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
876 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
877 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO
878 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
879 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
880 **28)** Processo: CF-1182/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de
881 reconsideração à Decisão PL-1562/2015, que manteve o Auto de Infração nº 2013/8-227341-
882 001, lavrado pelo Crea-PR em 10 de março de 2014. **Relator: Conselheiro Federal Osmar**
883 **Barros Júnior.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de
884 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
885 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
886 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
887 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO
888 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
889 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
890 **29)** Processo: CF-1768/2014. Interessado: P&R Loteadora e Incorporadora Ltda. Assunto:
891 Pedido de reconsideração da Decisão PL-1285/2015, que manteve o Auto de Infração nº
892 2012/8-348514-001, lavrado pelo Crea-PR, por infração ao art. 59 da Lei 5.194, de 1966.
893 **Relator: Conselheiro Federal Afonso Ferreira Bernardes.** Aprovado por unanimidade, o
894 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores
895 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
896 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
897 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
898 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,

899 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
900 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **INVERSÃO DE PAUTA: EXTRAPAUTA: c)**
901 **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: 1)** Processo: CF-2503/2013. Interessado: Indústria de
902 Brinquedos Junges. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1107/2014, do Confea,
903 que manteve a aplicação do Auto de Infração N° 2011/008944, lavrado pelo Crea-RS contra a
904 pessoa jurídica INDÚSTRIA DE BRINQUEDOS JUNGES LTDA, por infração ao Art. 59, da Lei n°
905 5.194 de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Afonso Ferreira Bernardes.** Aprovado por
906 unanimidade, o relatório e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os
907 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
908 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
909 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
910 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
911 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
912 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE**
913 **PROCESSOS: a) AD REFERENDUM: CONTINUAÇÃO: 1)** PC CF-0238/2016. Interessado:
914 Confea. Assunto: Aprova a indicação do ex-Conselheiro Federal Eng. Agr. João Francisco dos
915 Anjos em substituição ao Eng. Agr. Osvaldo Danhoni, como titular na Comissão Técnica
916 Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. **Portaria AD-N°**
917 **087, de 26 de fevereiro de 2016.** Face o Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto
918 ter devolvido o processo sem apresentação do relatório e voto fundamentado, a Portaria AD
919 087, de 2016, foi colocada em apreciação e votação, a qual foi referendada. Votaram
920 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
921 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
922 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
923 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
924 AMORIM, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA
925 PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros
926 Federais OSMAR BARROS JUNIOR e PABLO SOUTO PALMA. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 –**
927 **RELATO DE PROCESSOS: e) DAS COMISSÕES: e.1) CEAP – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E**
928 **ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL: 1)** Processo: CF-3241/2015. Interessado: Mafalda Sofia
929 Domingues dos Santos. Assunto: Registro de profissional diplomada no exterior, Engenheira
930 Civil. **Deliberação: 014/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
931 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
932 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
933 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
934 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
935 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
936 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)** Processo: CF-2539/2015. Interessado: Luís
937 José Donas Boto Vaz Pato. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro
938 Civil. **Deliberação: 015/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
939 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
940 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
941 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
942 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
943 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
944 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-3140/2015. Interessado: José
945 Miguel Sousa Brazão. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil.
946 **Deliberação: 016/2016-CEAP.** Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros
947 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
948 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES
949 DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
950 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL
951 OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor
952 Conselheiro Federal ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO. **4)** Processo: CF-3243/2015.
953 Interessado: Luis Miguel da Silva Guedes. Assunto: Registro de profissional diplomado no
954 exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação: 017/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade.
955 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO

956 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
957 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,
958 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
959 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
960 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **5)** Processo: CF-
961 3240/2015. Interessado: Pedro Gaspar Gonçalves Borges Martins. Assunto: Registro de
962 profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação: 018/2016-CEAP.**
963 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
964 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
965 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
966 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,
967 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO
968 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES
969 BARBOSA. **6)** Processo: CF-2531/2015. Interessado: Marina Isabel Carvalho Rodrigues.
970 Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação:**
971 **020/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
972 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
973 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
974 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
975 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
976 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
977 WILIAM ALVES BARBOSA. **7)** Processo: CF-2563/2015. Interessado: Nelson Fernandes de Sá.
978 Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação:**
979 **021/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
980 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
981 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
982 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
983 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
984 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
985 WILIAM ALVES BARBOSA. **8)** Processo: CF-2678/2015. Interessado: Daniel Rui Morais Cabido.
986 Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação:**
987 **022/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
988 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
989 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
990 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
991 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
992 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
993 WILIAM ALVES BARBOSA. **9)** Processo: CF-2856/201. Interessado: Ricardo Filipe Vicente
994 Antunes da Cunha Galinha. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro
995 Civil. **Deliberação: 023/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
996 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
997 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
998 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
999 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1000 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1001 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **10)** Processo: CF-2843/2015. Interessado:
1002 Cesar Augusto Salhua Moreno. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior,
1003 Engenheiro Naval. **Deliberação: 024/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os
1004 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1005 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1006 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1007 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1008 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1009 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **11)** Processo: CF-1811/2015. Interessado:
1010 Emanuel Irineu Fernandes de Abreu. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior,
1011 Engenheiro Civil. **Deliberação: 027/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os
1012 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO

1013 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1014 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1015 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1016 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1017 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **12)** Processo: CF-2034/2015. Interessado:
1018 Pablo Sebastian Zanon. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro
1019 Mecânico. **Deliberação: 028/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1020 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1021 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1022 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1023 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1024 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1025 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **13)** Processo: CF-2534/2015. Interessado:
1026 Clarivaldo Amaral Garcia. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Técnico em
1027 Refrigeração e Ar Condicionado. **Deliberação: 029/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade.
1028 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1029 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1030 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,
1031 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
1032 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
1033 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **14)** Processo:
1034 CF-3289/2015. Interessado: Carolina Solano Solano Pereira. Assunto: Registro de profissional
1035 diplomada no exterior, Engenheira de Produção. **Deliberação: 030/2016-CEAP.** Aprovada
1036 por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1037 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1038 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1039 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,
1040 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO
1041 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES
1042 BARBOSA. **15)** Processo: CF-2693/2015. Interessado: Henrique Manuel Mendes Gomes Ribeiro
1043 de Almeida. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil.
1044 **Deliberação: 032/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1045 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1046 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1047 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1048 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1049 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1050 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **16)** Processo: CF-2961/2015. Interessado:
1051 Paolo Franchetti. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil.
1052 **Deliberação: 033/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1053 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1054 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1055 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1056 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1057 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1058 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **17)** Processo: CF-0189/2016. Interessado:
1059 Alberto Aquino Juárez. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro
1060 Mecânico. **Deliberação: 035/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1061 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1062 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1063 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1064 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1065 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1066 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **18)** Processo: CF-1849/2012. Interessado:
1067 Gwendal Yann Laurent Bellocq. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior,
1068 Engenheiro Agrônomo. **Deliberação: 036/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes
1069 os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE

1070 MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1071 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,
1072 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
1073 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
1074 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **19)** Processo:
1075 CF-3159/2015. Interessado: Antonio Erick Cabrera Cunha. Assunto: Registro de profissional
1076 diplomado no exterior, Engenheiro de Produção. **Deliberação: 037/2016-CEAP.** Aprovada
1077 por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1078 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1079 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1080 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,
1081 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO
1082 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES
1083 BARBOSA. **20)** Processo: CF-0251/2016. Interessado: Pablo Rodríguez Pérez. Assunto:
1084 Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Mecânico. **Deliberação:**
1085 **038/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1086 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
1087 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1088 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
1089 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
1090 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
1091 WILIAM ALVES BARBOSA. **21)** Processo: CF-3136/2015. Interessado: Limberg Estremadoiro
1092 Suárez. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro de Produção.
1093 **Deliberação: 039/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1094 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1095 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1096 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1097 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1098 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1099 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **22)** Processo: CF-3139/2015. Interessado:
1100 Juliana Cadamuro Martins. Assunto: Registro de profissional diplomada no exterior, Engenheira
1101 Civil. **Deliberação: 041/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1102 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1103 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1104 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA
1105 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1106 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1107 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **23)** Processo: CF-0257/2016. Interessado:
1108 Luiz Carlos dos Santos. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior. **Deliberação:**
1109 **045/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1110 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
1111 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1112 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
1113 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
1114 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
1115 WILIAM ALVES BARBOSA. **24)** Processo: CF-2849/2015. Interessado: Jorge Manuel Marques
1116 dos Santos. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Geólogo. **Deliberação:**
1117 **019/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Votaram favoravelmente os senhores
1118 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1119 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA,
1120 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
1121 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
1122 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de
1123 votar o senhor Conselheiro Federal ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO. **25)** Processo: CF-
1124 1424/2011. Interessado: Guillermo Jesus Aday Burgos. Assunto: Registro de profissional
1125 diplomado no exterior, Engenheiro de Controle e Automação. **Deliberação: 025/2016-CEAP.**
1126 O Conselheiro Federal Wiliam Alves Barbosa solicitou vista do processo. Vista concedida. **26)**

1127 Processo: CF-1475/2014. Interessado: Marco Antônio Selma Agudo. Assunto: Registro de
1128 Profissional Diplomado no Exterior, Geólogo. **Deliberação: 026/2016-CEAP.** Aprovada por
1129 unanimidade. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1130 BERNARDES, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO
1131 SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS
1132 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,
1133 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
1134 WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Federal ALESSANDRO
1135 JOSE MACEDO MACHADO. **27)** Processo: CF-2855/2015. Interessado: Nicolas Pierre Marie Le
1136 Rest. Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Mecânico.
1137 **Deliberação: 031/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1138 Conselheiros Federais ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES,
1139 CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA,
1140 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
1141 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
1142 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **28)** Processo:
1143 CF-3420/2015. Interessado: Pedro Miguel Furna Serafim. Assunto: Registro de profissional
1144 diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação: 034/2016-CEAP.** Aprovada por
1145 unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais ALESSANDRO JOSE MACEDO
1146 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1147 MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA
1148 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1149 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
1150 ALVES BARBOSA. **29)** Processo: CF-0190/2016. Interessado: Cristian de Carli. Assunto:
1151 Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Eletricista - Eletrônica.
1152 **Deliberação: 040/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1153 Conselheiros Federais ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES,
1154 CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA,
1155 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,
1156 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO
1157 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **30)** Processo:
1158 CF-3395/2015. Interessado: Jhoan Sadith Paredes Panitz. Assunto: Registro de profissional
1159 diplomado no exterior, Geólogo. **Deliberação: 042/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade.
1160 Presentes os senhores Conselheiros Federais ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS
1161 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1162 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,
1163 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO
1164 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES
1165 BARBOSA. **31)** Processo: CF-0205/2015. Interessado: Simão Folques Vicente de Paulo.
1166 Assunto: Registro de profissional diplomado no exterior, Engenheiro Civil. **Deliberação:**
1167 **044/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1168 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1169 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES
1170 DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1171 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL
1172 OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **32)** Protocolo: CF-4244/2015.
1173 Interessado: Marinha do Brasil - Diretoria de Portos e Costas. Assunto: Consulta sobre
1174 competências e atividades profissionais do técnico industrial de nível médio ou de 2º Grau.
1175 **Deliberação: 060/2016-CEAP.** Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros
1176 Federais CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO
1177 COSTA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA e PAULO
1178 LAERCIO VIEIRA. Votaram contrariamente os senhores Conselheiros Federais ALESSANDRO
1179 JOSE MACEDO MACHADO, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1180 Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
1181 CARLOS BATISTA DAS NEVES e MARCOS MOTTA FERREIRA. **33)** Processo: CF-0965/2015.
1182 Interessado: Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Assunto: Inserção do título de
1183 Engenharia Agroindustrial - Agroquímica na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema

1184 Confea/Crea. **Deliberação: 062/2016-CEAP.** Aprovada por unanimidade. Votaram
1185 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO
1186 SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, OSMAR BARROS
1187 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os
1188 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1189 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, MARIO VARELA AMORIM, PAULO LAERCIO VIEIRA e
1190 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS:**
1191 **e) DAS COMISSÕES: e.2) CONP – COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, NORMAS E**
1192 **PROCEDIMENTOS: 1)** Processo: CF-0568/2016. Interessado: CONP. Assunto: Reinstalação da
1193 Comissão Temática Governança Legislativa – CTGL, no exercício de 2016. **Deliberação:**
1194 **005/2016-CONP.** Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais
1195 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA
1196 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO
1197 RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1198 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de
1199 votar o senhor Conselheiro Federal PAULO ROBERTO LUCAS VIANA. **2)** Protocolo: CF-
1200 0224/2016. Interessado: Colégio de Presidentes-CP. Assunto: Proposta CP Nº 70/2015 –
1201 criação de Grupo de Trabalho para estudo e definição da sistemática aplicada para a
1202 representação das categorias, modalidades profissionais e respectivas jurisdições para
1203 composição do Plenário do Confea. **Deliberação: 007/2016-CONP.** Aprovada por
1204 unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
1205 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1206 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
1207 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1208 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-
1209 2318/2003. Interessado: Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas - Seção Rio de
1210 Janeiro (ABEE). Assunto: Registro de entidade de classe. **Deliberação: 010/2016-CONP.**
1211 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1212 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1213 MOURA FERREIRA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1214 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
1215 ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **11)** Processo: CF-2694/2014.
1216 Interessado: Crea-RS. Assunto: Ato Normativo que dispõe sobre a adoção do livro de ordem de
1217 obras e serviços nas obras de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e das
1218 demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. **Deliberação: 011/2016-CONP.**
1219 Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1220 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1221 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1222 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1223 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor
1224 Conselheiro Federal CARLOS BATISTA DAS NEVES. **12)** Processo: CF-3336/2003. Interessado:
1225 Crea-PR. Assunto: Regimento do Crea-PR. **Deliberação: 013/2016-CONP.** Aprovada por
1226 unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
1227 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1228 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
1229 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1230 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **13)** Processo:
1231 CF-0212/2016. Interessado: Crea-PE. Assunto: Projeto de ato normativo do Crea-PE que
1232 dispõe sobre a concessão de descontos no valor da anuidade profissional referente ao exercício
1233 2016 e dá outras providências. **Deliberação: 015/2016-CONP.** Aprovada por unanimidade.
1234 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1235 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1236 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1237 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1238 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **14)** Processo: CF-0462/2012.
1239 Interessado: Crea-MG. Assunto: Composição do Plenário do Crea-MG para o exercício de 2013
1240 (verificação de regularidade). **Deliberação: 016/2016 – CONP.** Aprovada por unanimidade.

1241 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1242 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1243 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1244 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1245 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **15)** Processo: CF-0544/2014.
1246 Interessado: Crea-SE. Assunto: Composição do Plenário do Crea-SE para o exercício de 2015
1247 (verificação de regularidade). **Deliberação: 017/2016 – CONP.** Aprovada por unanimidade.
1248 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1249 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1250 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1251 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1252 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **16)** Processo: CF-0533/2014.
1253 Interessado: Crea-MG. Assunto: Composição do Plenário do Crea-MG para o exercício de 2015
1254 (verificação de regularidade). **Deliberação: 018/2016 – CONP.** Aprovada por unanimidade.
1255 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1256 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1257 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1258 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1259 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **17)** Processo: CF-0540/2014.
1260 Interessado: Crea-RN. Assunto: Composição do Plenário do Crea-RN para o exercício de 2015
1261 (verificação de regularidade). **Deliberação: 019/2016 – CONP.** Aprovada por unanimidade.
1262 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1263 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1264 ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1265 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1266 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **18)** Processo: CF-0567/2016.
1267 Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Renovação do Plenário dos Creas para o exercício
1268 de 2017 (Cronograma / Diretrizes). **Deliberação: 020/2016 – CONP.** Aprovada por
1269 unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
1270 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1271 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA
1272 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1273 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **Às dezenove**
1274 **horas de dez de março de dois mil e dezesseis, o Presidente do Confea José Tadeu da**
1275 **Silva interrompeu os trabalhos da Sessão Plenária Ordinária nº 1.428. Às oito horas e**
1276 **trinta e nove minutos de onze de março de dois mil e dezesseis o Presidente Confea**
1277 **José Tadeu da Silva reiniciou a Sessão Plenária Ordinária nº 1.428. VII – ORDEM DO**
1278 **DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: e) DAS COMISSÕES: e.3) CCSS – COMISSÃO DE**
1279 **CONTROLE E SUSTENTABILIDADE DO SITEMA: 1)** Processo: CF-1172/2014. Interessado:
1280 Crea-RN. Assunto: Prestação de contas do Prodesu – Programa de Desenvolvimento e
1281 Aperfeiçoamento das Atividades Finalísticas - II-B. **Deliberação: 008/2016 – CCSS.**
1282 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1283 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS
1284 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1285 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1286 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
1287 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA
1288 PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)** Processo: CF-0731/2014. Interessado: Crea-MS.
1289 Assunto: Prestação de contas do Prodesu – Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento
1290 da Fiscalização – II-A. **Deliberação: 009/2016 – CCSS.** Aprovada por unanimidade.
1291 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1292 JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1293 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1294 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1295 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1296 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1297 **3)** Processo: CF-1121/2014. Interessado: Crea-MS. Assunto: Prestação de contas do Prodesu –

1298 Programa de Estruturação Física de Sedes e Inspetorias para Aquisição de Mobiliário – III-C.
1299 **Deliberação: 010/2016 – CCSS.** Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores
1300 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1301 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1302 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1303 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1304 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e
1305 WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Federal PAULO ROBERTO
1306 LUCAS VIANA. **4)** Processo: CF-3311/2015. Interessado: Crea-RO. Assunto: Descumprimento
1307 da Decisão Plenária nº PL-0269/2014. **Deliberação: 011/2016 – CCSS.** Aprovada. Votaram
1308 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,
1309 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS
1310 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1311 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO VARELA
1312 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL
1313 OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor
1314 Conselheiro Federal PAULO ROBERTO LUCAS VIANA. **5)** Protocolo: CF 2565/2015. Interessado:
1315 Colégio de Presidentes. Assunto: Alteração da Resolução nº 82/2009 da Mútua. **Deliberação:**
1316 **012/2016 – CCSS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1317 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS
1318 ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1319 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR
1320 DO SUL, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1321 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
1322 ALVES BARBOSA. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: e) DAS**
1323 **COMISSÕES: e.4) CAIS – COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA:**
1324 **1)** Protocolo: CF-1705/2014. Interessado: Associação de Engenheiros e Arquitetos de Paulínia -
1325 AEAP. Assunto: Arquivamento: Auxílio financeiro para participação na Feira Casa e Con 2014.
1326 **Deliberação: 0354/2015-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1327 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1328 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1329 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1330 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1331 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
1332 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)**
1333 Protocolo: CF-1711/2014. Interessado: FIEAC – Federação das Indústrias do Estado do Acre
1334 Assunto: Arquivamento: Auxílio financeiro para realização do “Prêmios Prof. Samuel Benchimol
1335 e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente”. **Deliberação: 0355/2015-CAIS.**
1336 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1337 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS
1338 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1339 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1340 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
1341 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA
1342 PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Protocolo: CF-4455/2014. Interessado: Colégio de
1343 Presidentes. Assunto: Arquivamento: Grupo de Trabalho referente aos técnicos de nível médio.
1344 **Deliberação: 0353/2015-CAIS.** Retirado de Pauta. **4)** Protocolo: CF-4661/2014.
1345 Interessado: Federação Nacional dos Tecnólogos. Assunto: Arquivamento: Exercício profissional
1346 dos tecnólogos da engenharia e agronomia. **Deliberação: 0356/2015-CAIS.** Retirado de
1347 Pauta. **5)** Protocolo: CF-3038/2015. Interessado: Federação Nacional dos Tecnólogos. Assunto:
1348 Arquivamento: Grupo de Trabalho referente aos Tecnólogos. **Deliberação: 0357/2015-CAIS.**
1349 Retirado de Pauta. **6)** Protocolo: CF-4680/2015. Interessado: Associação dos Tecnólogos no
1350 Estado do Espírito Santo. Assunto: Arquivamento: Grupo de Trabalho referente aos Tecnólogos.
1351 **Deliberação: 0358/2015-CAIS.** Retirado de Pauta. **7)** Protocolo: CF-1253/2015.
1352 Interessado: Associação Nacional dos Tecnólogos. Assunto: Arquivamento: Grupo de Trabalho
1353 referente aos Tecnólogos. **Deliberação: 0362/2015-CAIS.** Retirado de Pauta. **8)** Protocolo:
1354 CF-4271/2014. Interessado: ABETI. Assunto: Arquivamento: Grupo de Trabalho – GT

1355 Alteração Legislativa. **Deliberação: 0352/2015-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes
1356 os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE
1357 MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1358 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1359 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1360 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1361 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1362 **9)** Protocolo: CF-5040/2014. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Arquivamento:
1363 Representante do Confea na Comissão Organizadora Nacional da 2ª Conferência Nacional de
1364 Proteção e Defesa Civil. **Deliberação: 0359/2015-CAIS.** Aprovada. Votaram favoravelmente
1365 os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ANTONIO CARLOS
1366 ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1367 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR
1368 DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1369 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO
1370 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro
1371 Federal ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO. **10)** Protocolo: CF-1865/2014. Interessado:
1372 Crea-PE. Assunto: Arquivamento: Solicitação de apoio para participação da Eng^a Química
1373 Fátima Maria Miranda Brayner no VII Fórum Urbano Mundial, de 07 a 11 de abril, na cidade de
1374 Medellín - Colômbia. **Deliberação: 0360/2015-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes
1375 os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE
1376 MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO
1377 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1378 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1379 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,
1380 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1381 **11)** Protocolo: CF-6095/2014. Interessado: Colégio de Entidades Nacionais - CDEN. Assunto:
1382 Arquivamento: Propõe que o Confea crie uma comissão permanente de ciência, tecnologia e
1383 inovação. **Deliberação: 0361/2015-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1384 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1385 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1386 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1387 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1388 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO
1389 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1390 **REGISTRO:** Em face da ausência momentânea do Presidente do Confea José Tadeu da Silva,
1391 Vice-Presidente Antonio Carlos Alberio assumiu a condução dos trabalhos. **VII – ORDEM DO**
1392 **DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: e) DAS COMISSÕES: e.4) CEEP – COMISSÃO DE**
1393 **ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 1)** Protocolo: CF-0187/2015. Interessado:
1394 Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Agronomia – CCEAGRO. Assunto: Situação
1395 conflitante com o Conselho de Medicina Veterinária - Proposta nº 047/2014 – CCEAGRO.
1396 **Deliberação: 0025/2016-CEEP.** Retirado de Pauta. **2)** Protocolo: CF-0188/2015.
1397 Interessado: Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Agronomia – CCEAGRO. Assunto:
1398 Situação conflitante com o Conselho Federal de Química – CFQ - Proposta nº 048/2015 –
1399 CCEAGRO. **Deliberação: 0026/2016-CEEP.** Retirado de Pauta. **3)** Processo: CF-1347/2014.
1400 Interessado: Renato Alexandre Macile Ferreira. Assunto: Interrupção de Registro como
1401 Engenheiro Agrônomo junto ao Sistema Confea/Crea - Crea-DF. **Deliberação: 0045/2016-**
1402 **CEEP.** Retirado de Pauta. **4)** Processo: CF-1575/2013. Interessado: Leão Engenharia Ltda.
1403 Assunto: Cancelamento por prescrição quinquenal - Crea-PR. **Deliberação: 1.430/2014-**
1404 **CEEP.** Retirado de Pauta. **5)** Processo: CF-2496/2013. Interessado: Luis Magno Seguil
1405 Camargo. Assunto: Cancelamento por prescrição quinquenal - Crea-RS. **Deliberação:**
1406 **1.433/2014-CEEP.** Retirado de Pauta. **Às treze horas e dez minutos de onze de março**
1407 **de dois mil e dezesseis, o Vice-Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio**
1408 **interrompeu a Sessão para almoço. Às quatorze horas e trinta e seis minutos o Vice-**
1409 **Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio reiniciou a Sessão. VII – ORDEM DO DIA:**
1410 **VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: b) PEDIDO DE VISTA: 1)** Processo: CF-0158/2013 (PT
1411 CF-2536/2015). Interessado: CREA-SP. Assunto: Pedido de Reconsideração da Decisão PL-

1412 0808/2013, que aprovou as conclusões do GT Harmonização Confea/Cau, de modo que os
1413 arquitetos especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho em nível de pós graduação
1414 devem estar registrados apenas no CAU. **Relator de Reconsideração: Ana Constantina**
1415 **Oliveira Sarmiento de Azevedo – Relator de Vista: Jolindo Rennó Costa.** O Conselheiro
1416 Federal Marcos Motta Ferreira solicitou vistas do processo. Vista concedida. **REGISTRO:** O
1417 Presidente do Confea José Tadeu da Silva, reassumiu a condução dos trabalhos. **VII – ORDEM**
1418 **DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: c) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:**
1419 **CONTINUAÇÃO: 30)** Processo: CF-0637/2014. Interessado: Comércio de Areia Prata Ltda.
1420 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1452/2014, do Confea, que manteve o Auto
1421 de Infração nº 2013000162, lavrado pelo Crea-MG por infração ao art. 59 da Lei 5.194, de
1422 1966, contra a pessoa jurídica Comércio de Areia Prata Ltda. **Relator: Conselheiro Federal**
1423 **Raul Otavio da Silva Pereira.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado
1424 em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1425 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS
1426 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1427 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1428 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
1429 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1430 **31)** Processo: CF-2506/2013. Interessado: Mats Beneficiamento de Couro Ltda. Assunto:
1431 Pedido de reconsideração da Decisão PL-1110/2014, do Confea, que manteve o Auto de
1432 Infração nº 2007003791, do Crea-RS, lavrado por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966,
1433 contra a pessoa jurídica MATS BENEFICIAMENTO DE COURO LTDA. **Relator: Conselheiro**
1434 **Federal Raul Otávio da Silva Pereira.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
1435 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1436 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS
1437 ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI
1438 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR
1439 DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,
1440 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM
1441 ALVES BARBOSA. **VII.2 – EXTRAPAUTA: a) AD REFERENDUM: 1)** Processo: CF 3310/2015.
1442 Interessado: Confea. Assunto: Suspende os efeitos da Decisão Plenária 1748/2015.
1443 **Deliberação: Portaria AD nº 090, de 2 de março de 2016.** O Conselheiro Federal Pablo
1444 Souto Palma solicitou vista do processo. Vista concedida. **2)** Processo: CF-2452/2015.
1445 Interessado: Confea. Assunto: Aprova a composição do GT Combate, Prevenção e Repressão à
1446 Corrupção nas Engenharias e Agronomia para o exercício de 2016. **Deliberação: Portaria AD-**
1447 **Nº 083, de 25 de fevereiro de 2016.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1448 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1449 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA
1450 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1451 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1452 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM
1453 ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-2671/2009. Interessado: José Ferreira Mendes. Assunto:
1454 Aprova o registro do profissional diplomado no exterior, Senhor José Ferreira Mendes.
1455 **Deliberação: Portaria AD-Nº 088, de 1º de março de 2016.** Aprovada por unanimidade.
1456 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO
1457 JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL
1458 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,
1459 LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR
1460 BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.
1461 **VII.2 – EXTRAPAUTA: e) DAS COMISSÕES: e.1) CEEP – COMISSÃO DE ÉTICA E**
1462 **EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 1) PROCESSO DE CARATER RESERVADO. VII – ORDEM DO**
1463 **DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: c) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:**
1464 **CONTINUAÇÃO: 32) PROCESSO DE CARATER RESERVADO. EXTRAPAUTA: c) PEDIDO**
1465 **DE RECONSIDERAÇÃO: CONTINUAÇÃO: 2)** Processo: CF-1505/2015. Interessado:
1466 Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1581, de 1º de
1467 setembro de 2015, que manteve o Auto de Infração nº 2014/8-014241-001, lavrado pelo Crea-
1468 PR em 10 de abril de 2014, por infração ao art. 1º da Lei 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

1469 **Relator: Conselheiro Federal Osmar Barros Junior.** Aprovado por unanimidade, o relatório
1470 e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os senhores Conselheiros
1471 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO
1472 CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1473 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1474 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e
1475 WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-1514/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A.
1476 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1583/2015, que manteve o Auto de Infração
1477 nº 2013/8-220852-001, lavrado pelo Crea-PR em 09 de janeiro de 2014, por infração ao art.
1478 1º da Lei 6.496, de 7 de dezembro de 1977, contra a pessoa jurídica Supermix Concreto S/A.
1479 **Relator: Conselheiro Federal Osmar Barros Junior.** Aprovado por unanimidade, o relatório
1480 e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os senhores Conselheiros
1481 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO
1482 CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1483 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1484 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e
1485 WILIAM ALVES BARBOSA. **4)** Processo: CF-1516/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A.
1486 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1585/2015, que manteve o Auto de Infração
1487 nº 2014/8-009119-001, lavrado pelo Crea-PR em 23 de maio de 2014, por infração ao art. 1º
1488 da Lei 6.496, de 7 de dezembro de 1977, contra a pessoa jurídica Supermix Concreto S/A.
1489 **Relator: Conselheiro Federal Osmar Barros Junior.** Aprovado por unanimidade, o relatório
1490 e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os senhores Conselheiros
1491 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO
1492 CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,
1493 JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO
1494 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e
1495 WILIAM ALVES BARBOSA. **5)** Processo: CF-1518/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A.
1496 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1587/2015, do Confea, que manteve o o
1497 Auto de Infração nº 2014/8-003714-001, lavrado pelo Crea-PR em 26 de fevereiro de 2014,
1498 por infração ao art. 1º da Lei 6.496, de 7 de dezembro de 1977, contra a pessoa jurídica
1499 Supermix Concreto S/A. **Relator: Conselheiro Federal Osmar Barros Junior.** Aprovado por
1500 unanimidade, o relatório e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os
1501 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1502 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1503 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA
1504 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1505 LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **6)** Processo: CF-1523/2015. Interessado:
1506 Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1590/2015, que
1507 manteve o Auto de Infração nº 2014/8-022158-001, lavrado pelo Crea-PR em 20 de maio de
1508 2014, por infração ao art. 1º da Lei 6.496, de 7 de dezembro de 1977, contra a pessoa jurídica
1509 Supermix Concreto S/A. **Relator: Conselheiro Federal Osmar Barros Junior.** Aprovado por
1510 unanimidade, o relatório e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os
1511 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1512 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1513 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA
1514 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1515 LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **7)** Processo: CF-0609/2014. Interessado: Agro
1516 Latina Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0168/2015, do Confea, que
1517 manteve o Auto de Infração nº 2008005395, lavrado pelo Crea-RS, por infração ao art. 59 da
1518 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, contra a pessoa jurídica Agro Latina Ltda. **Relator:**
1519 **Conselheiro Federal Pablo Souto Palma.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto
1520 fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1521 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS
1522 ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, LUCIO
1523 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1524 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **VII.2 –**
1525 **EXTRAPAUTA: a) AD REFERENDUM: CONTINUAÇÃO: 4)** Processo: CF 3310/2015.

1526 Interessado: Confea. Assunto: Suspende os efeitos da Decisão Plenária 1748/2015. **Portaria**
1527 **AD nº 090, de 2 de março de 2016.** O Conselheiro Federal Pablo Souto Palma devolveu o
1528 processo sem apresentar relatório e voto fundamentado, face concordar com o teor da portaria,
1529 no entanto solicitou que fosse acrescentado um considerando na decisão plenária que
1530 referendou a portaria, o que foi acatado pelo Presidente e pelo Plenário, sendo a portaria
1531 aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA
1532 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1533 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1534 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO
1535 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **As discussões e manifestações**
1536 **feitas em Plenário referentes à matéria constarão desta ata, na forma do anexo III.**
1537 **VII.2 – EXTRAPAUTA: e) DAS COMISSÕES: e.2) CAIS – COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO**
1538 **INSTITUCIONAL DO SISTEMA: 1)** Protocolo: Dossiê CF-4802/2014 e PT CF-1185/2015.
1539 Interessado: Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – CONFAEAB. Assunto:
1540 Solicitação de Reconhecimento da CONFAEAB como entidade precursora do sistema
1541 Confea/Crea. **Deliberação 032/2016-CAIS.** Retirada de pauta. **2)** Processo: CF-0518/2016.
1542 Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Eixos Temáticos para 9º Congresso Nacional de
1543 Profissionais – CNP. **Deliberação: 033/2016-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os
1544 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO
1545 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO
1546 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA
1547 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO
1548 LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-0518/2016. Interessado:
1549 Sistema Confea/Crea. Assunto: Recomendações aos Creas para realização dos Congressos
1550 Estaduais de Profissionais – CEPs e critérios de aporte financeiro aos Creas. **Deliberação:**
1551 **034/2016-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais
1552 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS
1553 ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1554 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1555 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM
1556 ALVES BARBOSA. **4)** Processo: CF-3135/2015. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto:
1557 Participação de Convidados do Confea na 73ª SOEA. **Deliberação: 036/2016-CAIS.**
1558 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS
1559 ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1560 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1561 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **5)**
1562 Processo: CF-0518/2016. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Cronograma Geral dos
1563 Eventos do 9º CNP, em 2016. **Deliberação: 037/2016-CAIS.** Aprovada por unanimidade.
1564 Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO
1565 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO
1566 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1567 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **6)** Processo: CF-0518/2016.
1568 Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Relação de fases e etapas do 9º CNP.
1569 **Deliberação: 038/2016-CAIS.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1570 Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1571 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1572 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO
1573 LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **VII.2 – EXTRAPAUTA: e) DAS COMISSÕES:**
1574 **e.3) CEF – COMISSÃO ELEITORAL FEDERAL: 1)** Processo: CF-0346/2015. Interessado:
1575 Comissão Eleitoral Federal – CEF. Assunto: Calendário das Eleições para Conselheiros Federais
1576 Representantes dos Grupos Profissionais – Exercício 2016. **Deliberação: 008/2016-CEF.**
1577 Aprovada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS
1578 ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1579 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, OSMAR BARROS
1580 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor
1581 Conselheiro Federal MARIO VARELA AMORIM. **VII.2 – EXTRAPAUTA: e) DAS COMISSÕES:**
1582 **e.4) CME – COMISSÃO DO MÉRITO: 1)** Processo: CF-0247/2016. Interessado: Comissão do

1583 Mérito. Assunto: Concessão de passagens aéreas e pagamento de ajuda de custo aos
1584 homenageados com a Medalha do Mérito, aos representantes dos homenageados com a
1585 inscrição no Livro do Mérito e acompanhantes, na 73ª SOEA. **Deliberação: 007/2015-cme.**
1586 Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS
1587 ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO
1588 RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA
1589 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)**
1590 Processo: CF-0247/2016. Interessado: Comissão do Mérito – CME. Assunto: Realização de
1591 cerimônia relativa às celebrações da Medalha do Mérito e do Livro do Mérito para 300
1592 convidados, durante a 73ª SOEA. **Deliberação: 009/2016-CME.** Aprovada por unanimidade.
1593 Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO
1594 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO
1595 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1596 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **VII.2 – EXTRAPAUTA: e) DAS**
1597 **COMISSÕES: e.1) CEEP – COMISSÃO DE ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL:**
1598 **CONTINUAÇÃO: 2)** Processos: CF-0697/2016, CF-0638/2016, CF-0631/2016, CF-0752/2016,
1599 CF-0724/2016, CF-0717/2016, CF-0668/2016. Interessado: Coordenadorias Nacionais de
1600 Câmaras Especializadas e das Comissões de Ética dos Creas. Assunto: Calendário de reuniões
1601 ordinárias das Coordenadorias de Câmaras Especializadas e das Comissões de Ética dos Creas
1602 para o exercício de 2016. **Deliberação: 0700/2016-CEEP.** Aprovada por unanimidade.
1603 Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO
1604 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO
1605 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1606 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)** Protocolos: CF-0698/2016,
1607 CF-0640/2016, CF-0633/2016, CF-0753/2016, CF-0725/2016, CF-0718/2016, CF-0669/2016.
1608 Interessado: Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas dos Creas. Assunto:
1609 Workshops das Coordenadorias de Câmaras Especializadas dos Creas para o exercício de 201.
1610 **Deliberação: 0701/2016-CEEP.** Aprovada por unanimidade. Presentes os senhores
1611 Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,
1612 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL,
1613 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO
1614 LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **f) ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL: 1)**
1615 Processo: CF-2984/2015. Interessado: Confea. Assunto: Denúncias de fatos supostamente
1616 ocorridos no Crea-MA. **Relator: Proposta do Presidente.** Aprovada por unanimidade.
1617 Presentes os senhores Conselheiros Federais ANTONIO CARLOS ALBERIO, DANIEL ANTONIO
1618 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO
1619 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS
1620 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **REGISTRO:** Os Conselheiros
1621 Federais Carlos Batista Neves, Celio Moura Ferreira, Leonides Alves da Silva Neto, Lucio
1622 Antonio Ivar do Sul, Paulo Roberto Lucas Viana e Raul Otavio Silva Pereira justificaram suas
1623 ausências nas votações. **As matérias encaminhadas para conhecimento do Plenário**
1624 **foram disponibilizadas no Domínio Eletrônico, no item “PARA CONHECIMENTO”.** Nada
1625 mais havendo a tratar, o Presidente do Confea José Tadeu da Silva **declarou encerrada a**
1626 **Sessão Plenária Ordinária nº 1.428 às vinte e uma horas de onze de março de dois**
1627 **mil e dezesseis.** Para constar, eu, **CLÉCIA MARIA DE ABRANTES MOREIRA,** Assistente da
1628 Mesa Diretora do Plenário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada
1629 por mim em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para
1630 que produza os efeitos legais.....

Eng. Civ. José Tadeu da Silva
Presidente

Clécia Maria de Abrantes Moreira
Assistente do Plenário

ANEXO DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 1.427, REALIZADA DE 27 A 29 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO I	2
ANEXO II	17
ANEXO III	28
ANEXO IV	34
ANEXO V	35
ANEXO VI	36
ANEXO VII	37
ANEXO VIII	38
ANEXO IX	39
ANEXO X	40
ANEXO XI	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

ANEXO I – APRESENTAÇÃO SOBRE AS 20 RECOMENDAÇÕES PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS - DEPUTADO FEDERAL PELO PSDB-SP JOÃO PAULO TAVARES PAPA.

JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal) – Obrigado, presidente. Bom dia a todos. É um prazer, é uma honra grande para mim como engenheiro participar de um encontro tão importante quanto esse aqui no Confea. É a primeira vez que eu visito esse prédio, é a primeira vez que eu participo de uma reunião nesse Plenário de onde saem as principais e mais importantes decisões para a engenharia nacional, decisões essas que envolvem a vida de milhares de engenheiros em todos os estados da Federação, todas as cidades entre os quais eu me incluo. Eu queria aqui cumprimentar o presidente Jose Tadeu, agradecer pelo convite, cumprimentar os membros da mesa, o engenheiro Modesto Ferreira, o engenheiro Jorge Nei Britto, o engenheiro Paulo Roberto Queiros Guimarães, presidente da Mútua, o engenheiro Jose Sousa dos Reis Filho, o engenheiro Antonio Carlos Albério, todos os conselheiros federais que estão aqui, funcionários do Sistema, e iniciar essa fala, lembrando até a minha juventude, meu início na carreira de engenheiro com a aproximação que lá em Santos, na minha terra natal, os estudantes de engenharia já faziam em relação ao Sistema participando ativamente da associação de engenheiros e arquitetos de Santos, que é onde sempre tivemos também a presença do Crea, o escritório regional do Crea de São Paulo sempre ficou abrigado na própria sede da associação de engenheiros e essa convivência foi sempre muito produtiva para a engenharia da nossa região e como bem o presidente lembrou, eu lembrei agora, já não me recordava desse momento da minha vida, ainda enquanto estudante de engenharia de fato eu tive uma participação como auxiliar de fiscalização do Crea, na época a convite do engenheiro Andre Monteiro Defásio, Santista que muitos dos senhores conhecem, já presidiu o Crea e teve uma participação muito ativa no Sistema, especialmente lá em São Paulo. A ideia desta conversa, não se trata de uma palestra, mas um diálogo com os engenheiros de todo o país aqui representado pelos conselheiros é abordarmos com um pouco mais de profundidade os desafios atuais da área de saneamento do nosso país. Aqui todos os conselheiros conhecem bem a realidade do saneamento, aliás, as dificuldades, as diferenças nessa importante infraestrutura, elas de certa maneira são reflexos das dificuldades e diferenças socioeconômicas das regionais do nosso país. O Brasil vive de fato um cenário muito adverso na área de saneamento, mais da metade da população brasileira não tem acesso, o que é fundamental, que é a coleta dos esgotos gerados, mais da metade, portanto mais de cem milhões de brasileiros convivem diariamente com esgoto e com todas as consequências dos problemas de qualidade de vida e de saúde que essa realidade impõe a nossa população, portanto é uma área que precisa ser encarada com muita responsabilidade e com uma visão nova, com uma visão de quem tem consciência do precisa ser feito e do atraso que já está estabelecido no setor. Nós temos hoje um plano nacional de saneamento que tem previsões e uma delas, a mais importante talvez e desafiadora seja chegarmos a universalização do sistema em 20 anos a partir de 2013, isso significa dizer que em 2033 o Brasil então teria superado essa grande dificuldade que chega a envergonhar o nosso país que é a deficiência no setor de saneamento, por outro lado, nós sabemos e isso está sendo retratado anualmente nos relatórios de produção na área que no ritmo atual, nós não chegaremos a universalizar a área de saneamento no país nem em 2060, o que é de fato uma tragédia e uma vergonha internacionalmente falando, além dos problemas do dia a dia. Esse ano a congregação das igrejas cristãs no Brasil, lideradas pela igreja católica decidiu, o Conselho das Igrejas Cristãs decidiu colocar o tema saneamento como tema central da Campanha da Fraternidade desta vez e já tem sido assim nos últimos anos, uma campanha ecumênica, o que dá uma abrangência ainda maior do esforço do povo cristão em relação a um tema que não se trata de uma instituição técnica, trata-se de instituições religiosas, percebendo a importância do tema para o país, então a ideia aqui foi, primeiro eu estou integrado, engajado na Campanha da Fraternidade, eu sei que o Confea também e os Creas do Brasil inteiro podem fazer muito por essa matéria e decidimos então trazer aqui a convite do Confea o que foi feito no ano passado em 2015 na matéria e o que nós engenheiros do Brasil inteiro podemos fazer em relação a esse tema. Eu gostaria então de iniciar e coloquei as 20 recomendações, porque estamos em um ambiente mais técnico, mostrando aqui o que foi feito. A discussão foi feita no ano passado e as conclusões que elas geraram ao final do ano. Eu sou estrepante, sou engenheiro como já disse e sou estrepante na Câmara dos Deputados e, assim, que cheguei a Câmara procurei

então os espaços que eu entendia mais adequados para poder exercer a minha profissão no âmbito do Parlamento brasileiro. Decidi por duas comissões permanentes, a primeira delas a Comissão De Desenvolvimento Urbano e a segunda comissão que eu escolhi e participo é a Comissão de Aviação e Transporte, entendi que aí seriam os dois espaços mais adequados para poder desenvolver a experiência de vida e profissional na Câmara dos Deputados e a primeira decisão que tomei ao chegar, mesmo com a pouca experiência legislativa foi propor a criação e consegui êxito nesse momento de uma Subcomissão dedicado ao tema Saneamento, ela tem o nome de Universalização do Saneamento Básico e do Uso Racional da Água – Subágua, essa comissão teve uma grande participação nos trabalhos legislativos do ano de 2015. Foram oito meses de trabalho; 12 instituições do setor de saneamento participaram ativamente de todas as audiências; várias atividades realizadas e ao final de muito trabalho ao longo do ano chegamos a 20 recomendações que são na verdade, consensos do setor, acho que nesse ano se nós pudermos contar com a importante participação do Confea também nos trabalhos da comissão, nós ainda teremos muito a enriquecer nessas 20 recomendações e outras que poderão ser apresentadas e discutidas adiante. As principais, o governo esteve presente através da secretaria nacional de saneamento, a AESBE que é a entidade que hoje representa 73% de todos os serviços de saneamento no país que são as grandes companhias estaduais como a SABESP, SANEPAR, enfim, as empresas estaduais de saneamento. A ASSEMAE que é uma entidade também nacional muito importante que representa os serviços municipais, são menores, a participação é menor, mas enriqueceu muito a participação da ASSEMAE, a CNM, ABCON; ABAR; ABES parceira de sempre no setor, a FUNASA que cuida dos pequenos municípios, enfim todas essas instituições participaram, trazendo as suas experiências, discutindo e fazendo propostas para o setor avançar e aí é o final de todo esse processo rico de discussão. Também ouvimos por internet, todas as audiências foram sempre transmitidas como essa e, houve, de fato uma interação muito grande com os interessados no Brasil inteiro e chegamos a 20 recomendações, a primeira delas e que eu considero a mais desafiadora, mas também a mais importante é a questão da reorganização institucional do setor e por que isso é necessário? Hoje, só em termos de Ministérios, nós temos 7 Ministérios brasileiros cuidando de saneamento, sete e quem sete, tem alguma dificuldade, os senhores imaginam para quem vive numa cidade com pouco ou nenhuma infraestrutura na área e ter que começar tudo do zero e ter que se relacionar, não saber exatamente a quem recorrer para poder dar os primeiros passos é uma coisa inadmissível, então a primeira recomendação vai no setor de uma reorganização de uma centralização. Nós queríamos ousar um pouco mais e propor o seguinte para o governo brasileiro, olha, todas as estruturas atuais que cuida do saneamento devem ser reunidas em um Ministério único, no caso, não é Ministério hoje, mas no guarda chuva da secretaria nacional de saneamento, mas percebemos que o momento político, as dificuldades políticas não permitiria um ato tão transformador em matéria de administração e acabamos propondo a centralização efetiva da política nacional de saneamento na secretaria, ainda que a execução possa ser ainda por algum tempo que não é o ideal, mas possa ser dividida por várias outras estruturas no governo. A segunda recomendação foi já efetivada e o resultado concreto do trabalho realizado, que foi criar na Câmara dos Deputados um Espaço permanente de discussão sobre saneamento básico para cuidar do tema saneamento. A comissão a que eu me referi foi a criação de Subcomissão Permanente de Saneamento Ambiental no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de promover debates, realizar estudos e apresentar propostas relacionadas à agenda do saneamento ambiental, em caráter permanente e em diálogo com as instituições do Setor de saneamento. Ela tem um tempo de duração, ela se inicia e inclui exatamente no ano legislativo. Esse espaço está a disposição nesse ano, enfim durante a atual legislatura estará a disposição para que o tema possa ser na Câmara dos Deputados aprofundado e para que ele tenha o peso que merece ter e deve ter. Nós estamos vivendo hoje um impasse institucional na Câmara, na medida em que nenhuma comissão permanente da Câmara foi ainda constituída por conta do impasse que está no supremo tribunal federal nesse momento, a questão da votação da comissão do impeachment gerou uma demanda no supremo, o supremo tomou uma primeira decisão agora nessa semana, mas ainda existem três embargos que serão analisados, segundo informações de ontem, esses embargos do presidente da Câmara serão julgados esta semana até o dia 13 ou 14, ou seja, é possível que a próxima semana o impasse jurídico tenha sido superado aí sim, o presidente vai dar sequência a composição das comissões, portanto é só nesse momento que nós saberemos quem será o presidente dessa subcomissão, eu trabalho intensamente para que possa ser o presidente,

porque presidia a subcomissão especial no ano passado. Eu tive uma boa relação com os colegas deputados. É importante aqui e aproveitando a sua pergunta Daniel, é importante aqui que quando essa comissão especial foi criada na Câmara o tema saneamento estava de fato muito apagado na Câmara dos Deputados. Desde 2007 quando foi aprovado o atual marco regulatório de saneamento que esse tema desapareceu da pauta da Câmara, uma ação ou outra, um projeto de lei ou outro, mas não há de fato um trabalho sistemático voltado para a área, então como nós construímos uma boa agenda nesse ano, eu acho que há chance de eu conseguir a indicação de ser o presidente dessa comissão que está criada, mas não está constituída é grande e tenho procurado também fomentar junto a deputados de todos os estados o interesse pelo tema, acho que é preciso que nós tenhamos uma bancada mínima, mas uma bancada focada nessa matéria. Talvez na próxima semana, no mais tardar em 15 dias nós já sabermos a constituição quem serão os deputados e quem vai coordenar. A questão que eu sei que é de grande interesse aqui do Confea, são os planos municipais de saneamento, tanto os planos municipais quanto os planos estaduais, o número de municípios que ainda não tem primeiro dos documentos, que é um plano básico para a área de saneamento é enorme, mas de 70% dos municípios do país não tem planos de saneamento e o que significa não ter plano de saneamento? Não ter um plano que a lei determina esse município não tem acesso a qualquer linha de financiamento; não tem acesso a recursos nem da FUNASA se for município com menos de 50 mil habitantes e nem da secretaria nacional de saneamento, portanto 70% dos municípios as vezes não tem, 30% apenas tem segundo levantamento que é realizado ainda de forma-, enfim é uma consulta que a secretaria nacional de saneamento realiza e procura atualizar para cada ano, mas o número hoje é esse mais de 70% dos municípios não tem o primeiro documento, o primeiro passo para poder partir para o projetos e ao final poder realizar as obras necessárias da matéria e por que não tem? Porque não tem recursos disponíveis, não há recursos disponíveis hoje a essa área e porque os municípios muitos deles não têm capacitação técnica, não tem engenharia necessária para poder dar conta dessa tarefa, então a recomendação de número 3 para o governo federal e ela já foi apresentada e aprovada por indicação e trata dos Recursos para os Planos de Saneamento Básico e a destinação de recursos financeiros equivalentes a 5% do Orçamento anual destinado ao saneamento recursos não onerosos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental para o financiamento da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e para o financiamento de estudos, projetos de engenharia e assistência técnica correlatos aos Planos. Prioridade para municípios com mananciais importantes destinados à captação de águas. Indicação nº. 1.916/2015, apresentada em 17/12/15 e Enviada ao Ministro Chefe da Casa Civil em 05/02/2016. A ideia é que haja uma parceria através dos estados, o Ministério faça convênios com os estados, repasse e disponibilize recursos para que cada estado individualmente resolva como quer fazer a contratação desses planos, se quer fazer por bacias hidrográficas, por região administrativa, se quer repassar o recurso para o município e como a realidade brasileira é muito diversa em cada estado, eu acho que isso seria um bom mecanismo para avançarmos nessa matéria, mas a ideia era reservar 5% de recurso para fazer e isso não vai afetar o atual ritmo de investimentos que, aliás, é muito baixo, mas não vai causar graves danos a esse ritmo, mas daria de fato um ganho de qualidade muito grande ao setor. A quarta recomendação trata de Assistência Técnica em Saneamento para os municípios, ou seja, a Criação de Programa Nacional de Assistência Técnica em Saneamento destinado a conferir aos titulares dos serviços públicos de saneamento, os municípios brasileiros, capacidade técnica, institucional e de gerenciamento capaz de fazer frente aos desafios da universalização do abastecimento de água, da coleta e do tratamento dos esgotos. São municípios pobres, não tem nenhuma condição técnica de fazer a lição de casa e nem aquilo que já existe, muitas vezes você tem instalações já construídas há muitos anos e que se perde, a qualidade se perde inclusive nos serviços prestados por falta de assistência técnica, então a ideia é que o governo federal crie um programa nacional de Assistência Técnica e mais uma vez uma oportunidade para o Confea, para os Creas, para a engenharia nacional. A quinta recomendação trata do Financiamento para o desenvolvimento operacional dos prestadores de serviços públicos de saneamento visando a redução de perdas de água, hoje, o Brasil perde mais de 40% da água que trata. Em alguns estados a perda de água chega a 80% ou seja, é preciso atacar também não só a questão dos novos sistemas, mas atacar a reabilitação e a Criação de linha de financiamento especificamente dirigida para o desenvolvimento operacional das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento com vistas à execução de programas de redução de perdas de água nos sistemas

de abastecimento. Há questões aí muito importantes relacionadas também a tarifas inadequadas. Em muitas regiões do Brasil a tarifa de saneamento é utilizada de forma inadequada na medida em que ela sequer cobra os custos operacionais, o resultado disso faz-se políticas com a tarifa e deixa-se os sistemas se deteriorando, não se consegue recursos para investimentos e sequer consegue-se garantir via tarifa que seria o mínimo a garantia que a atualização do sistema possa ser garantida pela tarifa. A quinta recomendação é o Aperfeiçoamento das formas de subsídios tarifários e não tarifários. Verificação da efetividade dos atuais modelos de subsídios tarifários e não tarifários e elaboração de instrumentos e critérios capazes de assegurar tanto o acesso aos serviços pela população de baixa renda quanto a sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas, considerando também a necessidade de adoção de metodologia de monitoramento permanente dos subsídios. É necessário um novo modelo de política tarifária, com participação social, sustentabilidade, legitimidade e viabilidade comercial nas decisões regulatórias. A oitava recomendação trata da Política Nacional de Reúso da Água para isso é necessário a criação de duas instâncias destinadas à elaboração de propostas para uma Política Nacional de Reúso da Água. Uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados e um Grupo de Trabalho Interministerial envolvendo todos os órgãos do Executivo Federal que detenham experiências e atribuições nesta área. O contexto da crise hídrica e das mudanças climáticas obriga o uso eficiente e racional dos recursos hídricos e implementação de programas de reúso de água. A nona recomendação diz respeito a Erradicação da fraude e do furto de água, ou seja a Elaboração de Plano Nacional de Erradicação da Fraude e do Furto de Água, considerando a necessidade da sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas e também a necessidade de mudança de cultura em relação à água. Para a melhoria da gestão e do controle de perdas é necessária a criação e implementação de programas e políticas públicas de apoio à estruturação e melhoria da gestão das companhias. A recomendação 10 diz respeito a Prioridade para o Saneamento Rural. O Programa Nacional de Saneamento Rural deve ser impulsionado em face não apenas do objetivo nacional de universalização do saneamento, mas, principalmente, da relevância das áreas rurais e de suas populações para o desenvolvimento do País. Trata-se, também, de assegurar o que é previsto no artigo 48 da Lei de Saneamento – meios adequados para o atendimento da população rural dispersa. Atualmente, cerca de 30 milhões de pessoas residem em áreas rurais no Brasil. a recomendação 11 trata da Alteração na Lei de Licitações. É preciso Conferir, de maneira obrigatória, as modalidades de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” aos serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, relativos à elaboração de estudos e projetos de engenharia, gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras. Propiciar a adoção de metodologias de modelagem de informações com a finalidade de conferir eficiência, eficácia e transparências às obras públicas na área de saneamento. É um pleito da indústria a elaboração de editais com princípios de avaliação técnica e preço, para dar mais confiabilidade e qualidade à obra a ser contratada. A recomendação 12 trata da Promoção da eficiência nos serviços de saneamento. A Criação de Selo de Eficiência em Saneamento Básico para as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento em virtude do alcance progressivo das metas de universalização. Reconhecimento dos níveis de excelência na prestação de serviços públicos de saneamento por parte da Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Um desafio do Saneamento é melhorar a qualidade e eficiência na prestação dos serviços, reduzindo as perdas de água. A recomendação 13 diz respeito ao Princípio da comunicação pública para isso foi criada a Instituição do princípio da comunicação pública na Lei de Saneamento para ampliar a transparência e o controle social sobre os serviços públicos de saneamento e garantir o atendimento do interesse público nas ações de comunicação do Setor. É preciso dar mais foco à comunicação do Setor; a população desconhece a importância dos serviços de saneamento. A recomendação 14 trata dos Indicadores e sistema de informações do Setor de saneamento, ou seja, o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS e implantação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, conforme determinado pelo artigo 53 de Lei de Saneamento, e contemplando a adoção de procedimentos de auditoria dos dados e tem como proposta é o fortalecimento do SINISA com dados consistentes, confiáveis, com abrangência e desagregação suficientes para caracterização e avaliação dos serviços nos aspectos institucionais, regulatórios, econômicos, operacionais e de qualidade. A recomendação 15 é o Atlas do Saneamento, ou seja, a atualização do Atlas do Saneamento, elaborado até 2011 por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mediante retomada da Pesquisa Nacional de

Saneamento Básico, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA. A gestão com claro incentivo a bons indicadores de desempenho é um dos desafios do Setor de Saneamento. Recomendação 16 trata da Criação de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB. Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.290, de 2015, do Sr. José Serra, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – Reisb, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos ao PIS/PASEP e COFINS. A desoneração do PIS/COFINS é uma possibilidade de alavancar recursos necessários para investimentos prioritários das empresas, notadamente os voltados ao combate da crise hídrica. A recomendação 17 trata da Eliminação de restrições para operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de saneamento. É importante a existência de recursos públicos, de modo a facilitar o acesso de populações mais pobres aos serviços de saneamento. A recomendação 18 diz respeito a Medição individualizada de consumo de água em condomínios residenciais e comerciais. Existe a Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 663, de 2015, do Sr. Julio Lopes, que dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial. A medição individualizada em condomínios residenciais é uma medida importante para a melhoria da gestão e do controle de perdas de água. A recomendação 19 trata da Instalação de equipamentos redutores do consumo de água nas moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 7.499, de 2014, do Sr. Heuler Cruvinel, que torna obrigatória a instalação de equipamentos de energia solar e que contribuam para a redução do consumo de água em moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. A ONU afirma que 110 litros de água por habitante por dia são suficientes para o consumo per capita. No Brasil a média é de 166 litros de água por habitante por dia. Por fim, temos a recomendação 20 que diz respeito a Certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água. Existe Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.049, de 2015, do Sr. Marcos Abrão, que institui o Selo Pró-Água, para certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água. A baixa qualidade dos componentes dos sistemas hidráulicos prediais aumenta o desperdício de água. Se nós pudermos fazer uma grande mobilização da engenharia nacional para que o setor de saneamento seja fortalecido, o resultado para o país será entre outros tantos a redução da mortalidade infantil, agora falando, pois falei muita coisa técnica aqui, mas vamos falar dos aspectos sociais do saneamento, avançar, equacionar e resolver definitivamente a questão do saneamento é uma questão de humanidade; uma questão de respeito com a população brasileira, o que nós perdemos de crianças e mesmo adultos com doenças que são perfeitamente evitáveis nos dias de hoje por falta de saneamento é uma coisa absurda, então eu faço aqui um apelo ao Confea, aos Creas, eu sei da preocupação social do Conselho, sei que o engajamento na Campanha da Fraternidade já foi feito desde o primeiro momento, aliás, na próxima sexta feira em São Paulo, na CNBB, na regional sul da CNBB nós teremos uma mobilização que o Confea estará presente, uma mobilização chamada pela Câmara por conta dessa parceria com as igrejas cristãs, porque a nossa preocupação é que esse tema não se esgote ao final da Campanha da Fraternidade e a preocupação com os recursos hídricos não terminem no momento em que as chuvas voltarem a frequência normal. Ainda nessa semana houve uma pequena polêmica em São Paulo, porque a crise está passando e a preocupação é que no momento em que a crise seja superada, o tema não seja superado como algumas vezes ocorreu no passado e, eu tenho absoluta segurança de que a classe dos engenheiros, a nossa classe é a que pode fazer a diferença nessa matéria, se nós não conseguirmos sensibilizar governantes, parlamentos, sociedade civil sobre a importância do saneamento para a vida e para o desenvolvimento das pessoas, os engenheiros não conseguem fazer isso e também parte da classe médica não sei quem fará? Quero concluir aqui, presidente, lembrando que a cidade de Santos, uma cidade que me orgulha muito, pois nasci lá, mas eu acho que é orgulho para São Paulo só é o que é hoje, só chegou ao nível de desenvolvimento que chegou nos dias de hoje e ter um bom nível de desenvolvimento, porque no início do século passado essa cidade perdeu metade da população por doenças transmitidas por veiculação hídrica, metade da população foi perdida em menos de uma década, porque a cidade, é uma cidade plana, um charco e não tinha saneamento e era um porto importante para o Brasil. era um porto na época considerado no mundo todo como um porto maldito, era essa a denominação de porto maldito, porque as populações sabiam o risco que corriam quando aportavam em Santos, diante da crise que era

uma crise nacional já que era o porto mais importante do país, o governo federal aquela época se mobilizou, criou uma comissão de saneamento e foi presidida por um engenheiro como nós todos aqui, o engenheiro Saturnino Sá de Britto que foi a Santos com autoridade de interventor praticamente para implantar o plano de saneamento de Santos. Foi esse plano implantado naquele final de século, do século passado que gerou todo o processo de desenvolvimento que a cidade de Santos consegue manter até hoje. Terminando aqui, dizer que saneamento é uma questão de humanidade; é uma questão de saúde; preservação da vida, de qualidade de vida, mas é também uma questão de desenvolvimento muito clara e acho que ninguém melhor do que a nossa categoria para levar essa mensagem pelo Brasil afora nesse momento de crise, pois não é só a crise hídrica, agora temos a crise dengue, zika e tudo mais, mas também que nós superarmos essa crise, porque ainda há um período longo, um caminho longo até chegarmos ao ponto Idea. Quero mais uma vez agradecer esse espaço e me colocar sempre a disposição desse Conselho que eu tenho a honra de alguma maneira participar. Muito obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – O deputado Paulo Papa é engenheiro, conhece muito bem a nossa legislação, a nossa lei 5.194, ela coloca logo no artigo 1º a luz que vai iluminar todos os demais artigos de uma lei e quando a gente interpreta muito bem o artigo 1º de uma lei, a gente já sabe o que vai vir no bojo dessa lei e a nossa lei 5.194, ela coloca de forma muito clara, muito explícita e está escrito lá: “As profissões de engenheiro, e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos”, portanto isso já mostra o papel social que tem o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, não é apenas um Conselho corporativo para defender a categoria, mas para fiscalizar a categoria e cumprir também com esse papel social, que é o resultado do nosso trabalho, o interesse social e humano, foi por isso que nós ingressamos de imediato, já no carnaval quando já lançaram o tema da Campanha da Fraternidade, o Confea já fez o chamamento a categoria para participar como profissionais da área nessa Campanha, como bem colocou o deputado, a visão que nós tivemos ao ingressar e participar dessa campanha ecumênica de todas as instituições cristãs e as organizações religiosas, elas tem como fundamento a vida humana e nós ficamos também com essa visão de que eles colocaram para a sociedade brasileira a reflexão sobre a importância da água e do saneamento e que no entendimento nosso e do Confea é que não se esgotasse na páscoa, esse tema não deve parar por aí, o tema deve ser permanente como é a comissão permanente e, assim, a gente dê continuidade disso e não temos dúvida nenhuma que o conhecimento, o notório saber dos profissionais, um milhão e meio de profissionais inscritos neste Sistema, trezentas mil empresas. Tem tudo a ver para que essa reflexão e esse chamamento que a CNBB encabeçou e nos chama para a Campanha da Fraternidade, nós não poderíamos estar fora. O deputado citou a cidade de Santos que no século passado a metade da população veio ao óbito em função das doenças por veiculação hídrica, Saturnino de Britto é o nome que esse Plenário deu a esse prédio. Recentemente o vice presidente Albério relatou um processo para que desse o nome e eu falasse do Saturnino como engenheiro, como um grande sanitarista, um dos maiores do Brasil para ter o nome aqui do prédio, haviam outras propostas de outros nomes, mas o Saturnino, ele mereceu, ele foi fundador da FEBRAI, a FEBRAI que eu presido hoje com sede no Rio de Janeiro, na principal avenida da Rio Branco, no prédio do clube de engenharia que foi fundado em 1870 e lá está a sede da FEBRAI e foi o Saturnino que arrumou todo aquele prédio lá para o clube de engenharia, para o Crea do Rio de Janeiro na época foi uma dívida do Saturnino de Britto. Nós sabemos dos canais de Santos, todos projetados lá pelo Saturnino e que veio cumprir esse papel social para a população de Santos, portanto foi um trabalho de engenheiro e quem resolveu esse problema para Santos, lógico participação do governo, da população, mas o cérebro, o notório conhecimento, conhecimento intelectual e o deputado falou na lei de licitações e nós e o Confea estamos participando lá na discussão, tanto na Câmara como no Senado acompanhando que nós entendemos que se pode fazer por pregão eletrônico a compra de canetas BIC ou qualquer outra coisa, pode fazer por pregão eletrônico, mas pregão eletrônico de projetos de engenharia, de serviços de engenharia não dá para ser, tem que ter o mínimo de qualidade, o mínimo de qualificação e a gente conta com a atuação do deputado lá como engenheiro também para nos engajar nessa batalha, cujo resultado do nosso conhecimento, do nosso trabalho, do nosso exercício profissional visa o nosso semelhante, eu sempre digo que Deus quando pegou o mundo, o universo que era um caos e o organizou o planeta, ele ficou muito preocupado, na mão de quem que eu vou por

para cuidar do planeta? Quem vai cuidar? Nós temos aí 30 Conselhos de Profissões, nós temos os médicos que cuida de quem está doente, nós temos os advogados que vivem resolvendo os conflitos nos tribunais, os operadores do direito; os economistas que uma hora o Brasil está em crise e daí a pouco a crise muda, volta de novo, mas cuidar dos recursos naturais e garantir saúde e boa qualidade de vida para todo o ser humano é o resultado do trabalho do engenheiro. É bíblico. Deus olhou para todas essas profissões e falou assim: Os engenheiros, os profissionais da engenharia, agronomia, os agrônomos que produzem os alimentos, são vocês que tem tomar conta disso e colocou na nossa mão e é essa a nossa responsabilidade profissional. Deputado, nós queremos participar e já estamos participando em todas as questões do Congresso Nacional que envolve a área tecnológica, a ciência, a tecnologia, as inovações, porque nós detemos esse conhecimento, neste um milhão e meio de profissionais, nós temos profissionais de alto gabarito que leva conhecimento até para os outros países, nós temos empresas brasileiras que fazem serviços sim em outros países e esse reconhecimento que a gente gostaria de ter dos nossos governantes e nos colocar todo esse exército de profissionais a disposição do Congresso Nacional; a disposição da Câmara Federal e nós gostaríamos que o senhor fosse o portador junto aos seus pares lá, no sentido de quando falar do Confea, falar dos Creas, falar da Mútua, lembrar que nós somos os profissionais do bem, e tivemos essa missão divina para fazer o bem as pessoas, garantir saúde para as pessoas e a gente fala até que o médico, ele cuida quando a pessoa está doente e nós temos que fazer as medidas preventivas, as preventivas envolve saneamento, é a engenharia, não é um pronunciamento corporativista, mas um pronunciamento no sentido de que mostre para aqueles que decidem, aqueles que nomeiam, aqueles que decidem pelo país e qualquer país para ser grande como tem os demais, grandes, fortes e com boa qualidade de vida para a população, 70% do poder de decisão está na mão de engenheiro e no Brasil isso não ocorre, está longe disso. Nós temos um projeto no Senado que reconhece e é do Homero Juca que está relatando lá, deu o relato favorável só falta votar no Senado que institui os profissionais da engenharia como carreira de estado, são os auditores dos tribunais, os auditores fiscais da Receita, são todos carreira de estado. A engenharia diante dessa importância tem que ser carreira de estado também. Pediria que o senhor pedisse o voto favorável a carreira de estado, porque realmente passa a entrar dentro do poder de decisão para ajudar o país a resolver essa questão que o senhor colocou que 70% dos municípios não tem equipes técnicas para poder resolver o problema do saneamento, não tem mágica, não é o vereador, não é o prefeito, não é o secretário, quem vai resolver é o reconhecimento técnico, e para isso tem que ter lá, o secretário de obras tem que ser um engenheiro, o secretário de planejamento, o secretário do meio ambiente, da prefeitura, no governo do estado, enfim. O deputado foi prefeito de Santos, o senhor lembra-se do Murilo? Trabalhou com o senhor lá, engenheiro, trabalhou com o senhor na Associação, meu amigo, o prefeito colocou o presidente da associação lá na secretaria dele em Santos, então deputado, é essa a colocação que nós fazemos, no sentido de que precisamos garantir qualidade de vida e o Conselho, e nós profissionais temos que realmente mostrar a sociedade que nós somos profissionais que quando exercemos a nossa profissão, nós estamos realizando algo de interesse social, interesse público e interesse humano conforme está esculpido na nossa lei que regulamenta a profissão a 5.194. Deputado, nós temos alguns conselheiros inscritos para formular perguntas e o primeiro inscrito é o conselheiro Jolindo e depois nós temos o conselheiro Daniel. O Jolindo é o conselheiro representante do estado de São Paulo nesse Plenário.

JOLINDO RENNÓ COSTA (Conselheiro Federal/SP) – Bom dia, deputado. Eu achei bastante oportuna essa fala e de extrema relevância, uma vez que está sendo conduzido por uma pessoa que conhece bem o assunto, tem uma formação profissional técnica, suficiente para estar embasado e levar avante essa missão nossa de buscar qualidade de vida para a nossa população. A gente bem sabe que hoje a gente está passando por uma crise de valores, isso está bem notório para toda a população nossa, mas cabe ressaltar que a questão de saneamento, é uma questão de saúde pública e de extrema relevância para nossa área de engenharia, porque envolve realmente os engenheiros fazendo serviços até para atender a medicina, que é a busca da eliminação que nós estamos tendo de uma maneira geral e, diante das 20 recomendações que foram feitas, é lógico que tem uma matriz maior que envolve praticamente todo o congresso, que é aquela matriz que foi criada pela CF, na qual um a concentração extremamente exagerada dos recursos na mão da Federação, e essa concentração exagerada dos recursos na mão da Federação, na verdade, pela própria situação

que nós passamos, na verdade, deveria ter havido uma desconcentração, porque não é possível que os municípios fiquem com a fatia menor para o município onde vive o cidadão, onde que os problemas que ocorrem, então quando você tem uma legislação praticamente perfeita ambiental, uma legislação muito bem acomodada em outros segmentos, muito bem também exposta, de nada adianta se você não tem recursos e se você não tem também fundamentalmente a educação. Eu posso falar com tranquilidade nesse sentido, porque eu fui vereador por três mandatos em Mogi das Cruzes pelo PSDB, e a gente observa sim na periferia, aqueles que conhecem a periferia das cidades que Mogi das Cruzes tem meio milhão hoje de habitantes, e quem conhece a periferia sabe perfeitamente do que eu estou falando, os problemas que nós temos lá, tem um problema seriíssimo, que é o problema maior, que é o problema educacional, problema da educação, não adianta a gente estar fazendo todo o trabalho de saneamento, se a população, ela estiver um nível pelo menos do entendimento das necessidades dele, não adianta a gente fazer aqueles recursos que muitas vezes a SABESP vai lá, faz um limpeza no rio e no dia seguinte tem sofá jogado no rio, tem um lixo jogado no rio, então essas situações que a gente observa que nós vivemos de um lado, de um lado Brasília e de outro lado que permite que se faça pela própria constituição com um volume exagerado do orçamento e, no entanto delegando para os municípios municipalização de umas séries de atividades sem o recurso, o que eu acho o maior absurdo conforme foi colocado 5% de orçamento para saneamento ambiental, acho um absurdo a gente ficar trabalhando com um orçamento dessa forma que está sendo levado avante, na verdade deveria ter havia uma desconcentração de Brasília, ou seja, o pessoal deveria retornar para a origem e, fazer os trabalhos na origem, pois a necessidade nossa é na origem, e nós sabemos também, voltando para o saneamento, tem estatística que diz que são 40% de perdas de água, o nosso município de Mogi em torno disso também, mas a gente vê também que o estado, ele não poderia estar presente, ele deveria estar através de agências, mas agências realmente com profissionais balizados para estarem fazendo os trabalhos das agências reguladoras, mas determinadas atividades não deveriam estar nas mãos do estado, não deveriam porque o estado a cada 4 anos muda e muda todo mundo das direções dessas autarquias que nós temos aí e que não tem nenhuma política em longo prazo para você equacionar os problemas que são constantes, principalmente nessa área de saneamento que exige um trabalho a médio e longo prazo para se conseguir superar as dificuldades. Dificilmente uma empresa hoje e até na Europa hoje, o volume de investimento para troca de tubulações que tem problemas de vazamento já é um valor inferior, pelo menos o que tenho conhecimento é um valor pequeno do orçamento e nós temos sempre aqueles programas que não fazem esse índice de quase 40%, ele é difícil de atingir para diminuir bastante, porque exige uma política que deveria ser uma política de médio e longo prazo, na qual a concepção nossa e das próprias empresas de saneamento não serem empresas do próprio governo. Seriam essas as minhas colocações. Deputado, a palestra foi muito boa, mas eu gostaria que o senhor levasse avante essas observações.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Vou pedir que todos façam as colocações bem breves e, em seguida, o deputado responde de uma vez só. Conselheiro Daniel Salati.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – Deputado, tudo bem? Como também sou morador do estado de São Paulo, faço minhas as palavras do colega que me antecedeu, e gostaria de dizer ao senhor que me chamou muita atenção o item 4, assistência técnica, sem corporativismo, eu acho que deveria quando se tratar do item 4 deixar bem claro que essa assistência técnica deveriam ser profissionais de nível superior para comandar, pois caso contrário nós não atingiríamos justamente o que o senhor colocou e como as leis no Congresso Nacional, elas são muito abertas, muitas vezes elas são desvirtuadas e trazem problemas sérios depois, mas eu gostaria de dizer ao senhor que foi neste momento muito importante a vinda do senhor até aqui porque o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia está colaborando com a Campanha da Fraternidade, se o senhor olhar, lá no fundo nós temos limpeza urbana, nós estamos entrando e fazendo um trabalho simples e, inclusive aí tem a mão do presidente ou a cabeça do presidente, no sentido de que seja algo bem simples para que nós consigamos atingir a população de uma maneira geral, mas além disso, ainda na Campanha da Fraternidade nós teremos, essa é uma proposta que nós iremos fazer por esses dias, entre hoje e amanhã no final de junho aqui dentro uma conferência internacional da água, justamente água, saneamento e energia, e nós queremos atingir justamente umas séries de pontos que o senhor colocou, então nós gostaríamos até de

contar já que o senhor vai ser o presidente da comissão, contar com a sua colaboração não só estando presente, mas também na elaboração do nosso programa e até divulgação desse programa. O que nós teremos dentro de dois anos, em 2018, nós teremos aqui um congresso mundial da água e isso será discutido aqui no Brasil, será uma continuidade do que aconteceu na Coréia, então nós aproveitaremos tudo isso e, sem mais delongas, porque outros colegas também querem usar a palavra, eu gostaria de cumprimentar o senhor, tendo em vista que são 20 itens importantes. Eu fui durante quase 10 anos diretor de meio ambiente da SESP em São Paulo e eu conheço o senhor de Santos, lógico que o senhor era muito mais importante do que eu, mas eu ouvi falar muito do senhor pelo trabalho, e acompanhei todas aquelas pequenas cidades ao longo do rio Paraná quando nós estávamos fechando a primavera, e a medida que o senhor foi percorrendo, eu fui me lembrando tanto do lado de São Paulo como lado do Mato Grosso do Sul todo esse cenário que o senhor colocou aí. Meus parabéns e vou torcer pelo senhor ser o presidente da comissão, independentemente disso. Em nome do Conselho eu o convido a fazer parte da elaboração de nosso programa que seria no dia 27, 28 e 29 de julho, onde o principal técnico está aí a sua esquerda, o Rivelino da seleção de 70. Muito obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Temos a inscrição do Paulo Guimarães.

PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua) – Eu gostaria de cumprimentar pela brilhante apresentação, excelentíssimo deputado federal João Paulo Papa que nos brindou esta manhã com todo o conhecimento nessa questão com os 20 itens referentes a questão do saneamento, a sua importância e em comunhão com a Campanha Ecumênica da Fraternidade. Gostaria de ressaltar deputado que a importância do saneamento e a questão na sua apresentação me fez remeter inclusive a toda uma experiência que tivemos quando e eu sou professor na PUC Campinas e lá eu coordenei e criei um escritório técnico de apoio a comunidade, realizamos 32 urbanizações de favelas quando tinha alguns pontos de água e o saneamento era a céu aberto, quer dizer, lá nós fizemos parceria com a prefeitura na época na primeira gestão do ex prefeito Jose Roberto Magalhães Teixeira, e desenvolvemos esse trabalho, além de fazer também a questão da fiscalização nas questões das ligações clandestinas de esgotos que eram ligados nas redes das águas pluviais e que muitas delas se deslocavam até a lagoa do taquaral, que é uma área de lazer e de preservação também. Nesse trabalho todo que nós realizamos foi fundamental a parceria da instituição de ensino com o poder público, acho que esse ponto nós devemos sempre ressaltar e lá no curso de engenharia sanitária, na época engenharia civil, hoje sanitária ambiental, da qual eu tive o prazer de ser o relator neste Plenário das atribuições do engenheiro ambiental, na época representava as escolas de engenharia e hoje que está representando o nosso conselheiro Osmar Barros, e o que eu gostaria de incentivar deputado seria nessa linha, de buscar no poder público e a universidade nesse trabalho de educação como disse o conselheiro Jolindo, preventivo em relação a importância do uso da água e do saneamento básico, e ressaltar ao nosso presidente Jose Tadeu e ao senhor citaram o engenheiro Saturnino Brito que a nossa Mútua, que é o braço assistencial da Caixa de Assistência aos Profissionais, ela foi idealizada pelo engenheiro Saturnino Brito que tinha essa visão humana, um engenheiro humano, essa visão social, e depois foi dada continuidade pelo engenheiro Enildo Barros e outros que participaram e sempre o presidente Jose Tadeu cita essa questão, que é fundamental na história da criação da nossa Mútua Caixa de Assistência aos profissionais. Parabéns deputado, e colocamos a Mútua a disposição nesse projeto também.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – O próximo inscrito é o coordenador do Colégio de Presidentes, o presidente do Crea/RN, Modesto. O Modesto é o coordenador dos 27 Creas, então ele representa aqui os 27 Creas do país. Ele foi eleito no nosso encontro de lideranças, no dia 25 de fevereiro, portanto ele está representando todos os Creas do país. Presidente Modesto.

MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO (Coordenador do Colégio De Presidentes): – Bom dia, presidente Tadeu. Bom dia deputado João Paulo. Eu estava me lembrando aqui que há um tempo atrás quando eu estava aqui nessa casa como conselheiro federal, nós fizemos um convite para o secretário geral da CNBB, João Dimas, ele veio aqui, deu uma palestra para a gente sobre ética e depois da palestra com aquela sapiência dele, a gente descobriu que ele era engenheiro e formado no ITA, engenheiro eletrônico com mestrado e tudo. Como sugestão, acho que a palestra do deputado João Paulo Papa que depois eu vou fazer perguntas

mais técnicas, mas eu gostaria de sugerir a este Plenário e ao senhor que chamasse o secretário geral da CNBB, já que o tema da Campanha da Fraternidade é saneamento para a casa da engenharia e, assim, ele também possa interagir com o nosso Sistema para também referendar o trabalho passado de Dom Dimas que bem honrou a CNBB. Eu sou oriundo do setor elétrico, trabalho ainda no setor elétrico, então vou fazer uma pergunta mais técnica. Eu fiquei estarelecido e aí é verdade pelos índices colocados, principalmente de perdas, quatro vezes mais do que o setor elétrico, pelo menos na empresa que nós trabalhamos. Eu entendi também, pelo menos a minha percepção foi de crítica que existiam 7, 8 órgãos trabalhando em saneamento no Brasil, eu quero dar o exemplo aqui de Creas do Brasil, MG; BA, eles tem convênios com a FUNASA e pratica também através de seus Conselhos regionais que são trabalhos exitosos pela informação que eu tenho MG e BA tem uma política também de Crea e Funasa para fazer a execução de uma política de saneamento, então a minha pergunta é básica, o Brasil fez um programa chamado "Luz para Todos", quais são os gargalos para que se crie o saneamento para todos no Brasil? Obrigado, deputado. Parabéns pela explanação.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Obrigado presidente Modesto. Agora temos a última inscrição que é do conselheiro Alessandro, que representa o estado da Bahia.

ALESSANDRO JOSÉ MACEDO MACHADO (Conselheiro Federal/BA) – Bom dia, Sr. presidente. Bom dia, deputado. Quero parabenizar pela palestra, aproveitando a colocação do presidente Modesto, a Bahia já dispõe de um programa que foi lançado em 1 de abril de 2014 junto com a Funasa de apoio a 50 municípios, então se esse programa puder ser extensivo a todos os estados brasileiros dará um grande aporte para a engenharia e, além desse programa, quero ser breve, e citar que nós temos um projeto de lei que já trata do projeto de infraestrutura para todos os municípios, então esse projeto de lei praticamente está pronto, e gostaríamos de apresentá-lo para dar suporte a engenharia nacional a contornar esse problema que existe em todo o nosso país.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Antes de ter mais inscritos, eu vou passar a palavra ao deputado João Paulo para que ele possa fazer a sua manifestação sobre as colocações já postas pelos 5 primeiros inscritos.

JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal) – Primeiro uma colocação geral, que vale para tudo que foi comentado aqui. O saneamento nunca deu muito ibope, nunca deu muito voto, nunca foi uma coisa que sensibilizou governantes, aliás, se dizia até bem pouco tempo que obra de saneamento era obra enterrada, não gera voto, essa é uma primeira questão. Segunda questão que ainda dentro da área de saneamento e a área de saneamento é muito ampla, não é só água, trata de água, trata de esgoto; trata de lixo; trata de drenagem, dentro desse campo amplo que o saneamento trata, o tema que sempre foi mais sensível foi o fornecimento de água para o abastecimento público, o restante foi literalmente colocado de lado pelo país, vejam a quantidade de lixões apesar da nossa legislação para definir um prazo que já não foi cumprido, agora foi dilatado e também não será cumprido, enfim a quantidade de lixões que as cidades brasileiras continuam mantendo, contaminando solo, criando problemas gravíssimos para a saúde de quem mora no entorno. Vejam os graves problemas de drenagem, de macro drenagem que cidades ricas até as cidades mais pobres do país vivem, como São Paulo, tem o problema de São Paulo capital mais rica do país e vive graves problemas relacionados a macro drenagens, não foi totalmente equacionado, então no guarda chuva de saneamento, o fornecimento de água por uma questão de sobrevivência das pessoas sempre teve o apelo maior, o restante ficou efetivamente de lado, só que o aumento da população brasileira, concentração em regiões metropolitanas, enfim, acabou trazendo o tema a luz efetivamente diante do quadro que nós estamos gerando nessas regiões de alta concentração de pessoas, estamos matando os rios por falta, aí nesse momento enquanto você não vê o esgoto, canaliza, as pessoas não vêem não sensibilizam tanto, não preocupa tanto a quem não é técnico, mas na hora que o rio morre aí a notícia, a gravidade do efeito comove e começa a mobilizar as pessoas, isso aconteceu no Brasil há pouco tempo. Há pouco tempo o Brasil percebeu que o rio Tietê na cidade mais rica do nosso país estava morto e que era uma vergonha, aliás, antes ele já estava morto, mas na hora que ele começou a gerar odores insuportáveis a população próxima, aí é que de fato o assunto passou a ter a relevância que tem hoje, a Bahia de Guanabara, nós vamos agora realizar no Rio de Janeiro, tem conselheiro do Rio de Janeiro sempre fico preocupado quando falo da Bahia de Guanabara, mas mesmo assim é um tema, o Brasil sediar um evento mundial dos maiores eventos, que

são as olimpíadas, parte dos esportes praticados nos jogos olímpicos se dá em água e a Bahia de Guanabara é um espetáculo de tudo aquilo que não se deve ter em matéria de saneamento e nós vamos mostrar isso para o mundo, aliás, algumas matérias já tem mostrado a realidade, porque a maior parte das cidades que estão nas margens da Bahia de Guanabara não tem esgoto tratado, não tem solução para o esgoto, portanto esgoto in natura e as toneladas por minuto chegando naquele espaço tão nobre de uma cidade que tem a marca como cidade turística, enfim, já falei dos lixões, falei também de drenagem, então o tema saneamento ele não empolgou, não pegou no país. A própria engenharia são poucos os cursos focados, agora mais recentemente lá em São Paulo nós temos a faculdade de saúde pública que tinha lá uma especialização dentro do campus de saúde pública o saneamento, mas com poucas inscrições, pouca participação, o setor, portanto, ele não deu ibope como deveria ter dado, por que, que está dando hoje? Porque hoje com crise hídrica, ameaçando São Paulo, por exemplo, aquilo foi um susto para o país, não foi só para o paulistano e para o morador da região metropolitana, o susto grande, inclusive com risco de comprometimento da economia nacional, imaginem se faltasse água em São Paulo em larga escala? O que seria do país com o setor econômico tão forte como nós temos em São Paulo sem água? Morte de rios, poluição de praias e de baías nobres, como mencionei aqui a Bahia de Guanabara, então o tema hoje ele entrou com novo vigor na ordem do dia, mais ou menos como aconteceu em Santos no início do século passado como eu disse que foi uma comoção mesmo, uma questão de sobrevivência também do país já que se tratava do porto tão importante para o país naquela altura como é até hoje. Eu diria senhores para todas as colocações que foram colocadas aqui que nós engenheiros e quero me associar aqui a fala do presidente, nós temos um papel a cumprir nessa matéria. Papel de convencimento dos governantes; um papel de convencimento também de articulação com a sociedade civil, porque esse tema de fato não tinha grande apelo, passou a ter agora, mas essas crises podem ser superadas em algum momento, mas a lição de casa continua aí para ser feita. Esse encontro internacional que será feito aqui, eu com muito prazer vou participar, vou acompanhar para poder aprender um pouco mais a respeito do assunto. De fato, o Brasil vai sediar em 2018 o congresso mundial da água, portanto é uma grande responsabilidade e esse congresso será realizado aqui no Distrito Federal, e aproveito a oportunidade para chamar aqui a atenção do Confea, porque a tarefa de organizar no DF esse encontro mundial da água não é nada fácil, e acho que nós podemos ver um papel determinante, porque eu sei que esse assunto não está muito bem nesse momento equacionado, porque é uma tarefa e a candidatura foi do governo do DF, o governo do DF certamente precisará de ajuda, estímulo, apoio que nós podemos dar e fazer um bom papel aqui em 2018, e também em relação a esse evento, o mais importante não é o momento que ele vai acontecer, talvez uma semana, quinze dias, não sei qual é o tempo total do encontro, o importante quando um país sedia um encontro desses são as ações preparatórias, as alterações conceituais e alterações de legislações que precisam ocorrer desde já e, depois o que ficará na sequência, quer dizer, é a oportunidade do país fazer uma grande mobilização em torno do tema água, portanto nós temos que nos preparar não para um encontro de alguns poucos dias com especialistas do mundo todo, a oportunidade é para o nosso país para poder fazer um bom papel no evento é o país se reorganizar nessa matéria e de fato fazer a lição de casa e ter o que apresentar lá naquele momento do encontro, isso que eu acho que é o sentido maior de recebermos aqui o encontro dessa importância. Nas pequenas cidades, a água não há nenhuma assistência técnica de fato. Seria o Daniel que falou nessa questão da assistência técnica que tem que ser qualificada a nível superior. É muito comum quem aqui já não conhece ou não ouviu falar no Zé da água, o Zé da água é normalmente uns pequenos municípios e eu não estou falando dos pequeninos não, lá na minha região tem dois, três municípios que as pessoas sabem quem é o Zé da água, é o Zé da água, porque é um funcionário operacional que cuida ali do que existe com a experiência que a vida lhe deu de cuidar, ele sabe onde estão os registros, porque não tem cadastro, o Zé da água não pode desaparecer, ele não pode sequer tirar férias, porque qualquer mínimo problema ou esse profissional, e não estou desfazendo das experiências de vida adquiridas no dia a dia, mas ou ele está perto ou as coisas não serão resolvidas, então de fato, nós temos um campo enorme pela frente para promover qualificação profissional e aí como bem colocado pelo Paulo, a participação da academia, das universidades é fundamental e temos que fomentar isso com os cursos de engenharia aqui, a matéria, a temática de saneamento ambiental no conceito mais amplo seja ampliada, seja estimulada. Também respondendo aqui o engenheiro Jolindo que falou da alta concentração de recursos da União, eu fui prefeito e sempre trabalhei em administração e vivenciei isso o tempo inteiro,

infelizmente esse é o modelo de administração pública brasileira, a concentração de recursos aqui e os municípios e estados dependendo o tempo inteiro de recursos, favores para poder conseguir resolver seus problemas. Para se ter uma ideia no caso do saneamento e o quanto esse tema é importante, os dados mundiais mostram no mínimo que para um real investido em saneamento básico, cada um real, nós temos uma economia mínima de R\$ 4,03 em saúde pública, na gestão da saúde pública, a relação da boa infraestrutura do saneamento com qualidade de saúde pública é direta, na proporção mínima de um para quatro vírgula três e tem dados que chega até 17, mas eu fico com esse dado mínimo que é mundial. Ainda em relação a alta concentração de recursos em Brasília, no governo central, no caso da saúde nos últimos 10 anos esses dados são públicos a participação do governo federal no custeio de saúde caiu 10% e, conseqüentemente a participação dos municípios cresceu nos estados, mas principalmente cresceu na mesma proporção, quer dizer, a cada dia aumentam as atribuições locais, dos governos locais e que não tem os recursos adequados direcionados para esse rol de atribuições e responsabilidade e entre as responsabilidades municipais está o saneamento, a titularidade dos serviços de saneamento é por força da constituição municipal. Agora, recentemente o Supremo Tribunal Federal decidindo, julgando uma ação que veio do Rio de Janeiro considera que nas regiões metropolitanas, essa última decisão do Supremo que regiões metropolitanas a gestão, a titularidade deve ser compartilhada entre estado e município e na mesma proporção. Essa é uma decisão, presidente que também terá que ser aperfeiçoada, aprofundada, porque não nenhum caso concreto depois da decisão do Supremo que pudesse definir como deve ser feito o saneamento em regiões metropolitanas com esse novo julgado. O engenheiro Modesto fala do setor elétrico, da energia que avançou e criou uma série de programa e Luz para todos e que tem perdas muito menores, de fato a legislação, não só a legislação, mas também os investimentos privados do setor elétrico tiveram um peso muito maior e decisivo do que ocorre na área de saneamento, e essa é uma questão delicada do saneamento. Há uma questão ideológica, uma disputa ideológica bem forte na área de saneamento existe entidades e movimentos, correntes que não aceitam bem a participação do setor privado na área de saneamento, há por outro lado quem defenda que é preciso estimular mais essa participação. Eu procuro desenvolver o raciocínio do equilíbrio, acho que nós temos que ver em primeiro lugar aquilo que é o necessário para a população, nós não podemos ficar esperando mais 50 anos para levar saneamento básico as pessoas, também não acho o caminho da privatização é a solução para todos os males do país nem nessa matéria e em nenhuma matéria, mas acho que nós temos que trabalhar, buscar um equilíbrio, buscar um meio de mecanismos para que de fato haja a participação saudável do investimento privado, mas com controle, controle do estado, definições do estado em relação a essa matéria, porque aí no caso particular trata-se de um bem que é a água e que não pode ser privatizado, quer dizer, o uso da água não pode simplesmente delegado ao setor privado sem regras, portanto esse é um desafio grande, político debater abertamente, debater com disposição de encontrar as melhores soluções, qual é o tamanho e qual deve ser o papel do setor privado nesse desafio e o que deve ser preservado e que não se pode abrir mão por parte do interesse público e da gestão pública. Esse é um tema que permeia todas as questões relacionadas ao saneamento diferentemente do setor elétrico nunca ninguém questionou, se o setor elétrico vai ter e qual o tamanho da participação do setor privado ou se foi superado, mas é uma questão que está colocada na área de saneamento e é uma questão importante. São muitos gargalos também, por exemplo, em comunidades irregulares, invasões de áreas públicas ou privadas e em muitos locais o saneamento não pode entrar, é interessante isso, o setor elétrico de alguma maneira foi resolvendo essas áreas irregulares, o setor elétrico foi resolvendo e a área de saneamento não, quando muito se chega com a água tratada nesses locais, mas não se consegue avançar em coleta, enfim recolhimento, coleta e afastamento dos esgotos. O engenheiro Alessandro falou da Funasa, a Funasa tem um papel muito importante a cumprir, eu particularmente acho que não é missão direta do Ministério da Saúde cuidar, mas essa é uma visão muito particular, apesar da relação óbvia entre construção na área de saneamento e saúde, a missão principal do Ministério da Saúde, efetivamente não é fazer obra, não é fazer projeto, então essa questão (...), eu acho a Funasa fundamental, talvez ela pudesse estar fortalecida dentro de um guarda chuva mais amplo no setor de saneamento, mas concordando aqui com o presidente, comandado por engenheiro, administrado pela engenharia, que a missão é outra, embora o resultado tenha relação direta com a área de saúde, enfim, acho que o setor não está adequadamente organizado no país para enfrentar o tamanho do desafio. Eu não tenho a solução para tudo, longe disso, mas essas 20 recomendações são o início, o ponto

de partida para resgatarmos e darmos prioridades aquilo que é mais urgente e mais sensível nesse momento, mas nós temos que avançar e construir um arcabouço institucional mais adequado para o setor de saneamento, isso para mim eu tenho clareza que o país não oferece nos dias de hoje. A secretaria nacional do saneamento foi um avanço dentro do Ministério das Cidades, mas tem poucos recursos e é como falamos a pouco, é o recurso concentrado em Brasília, esperando as demandas, muitos municípios sequer conseguem chegar aqui, porque primeiro, a primeira condição é ter plano de saneamento e 70% não tem então 70% não chega nem na ante sala, porque é pré requisito para obtenção de qualquer recurso nessa área os planos, então esse é um ponto que precisa ser destravado, oferecer o mínimo de condição técnica, planejar para permitir na sequência que esse pequeno município possa se credenciar a uma fonte de financiamento, então eu diria assim para concluir a minha parte, que a reorganização do setor é fundamental, é decisivo, porque sem clareza de regra com 7 Ministérios tocando o assunto sem recursos para planos e projetos, nós não vamos sair do lugar, só poucos municípios maiores, mais bem equipados é que terão acesso, o que agrava as desigualdades. O município como São Paulo, vou dar o exemplo de São Paulo, eu atuei na SABESP recentemente, São Paulo, a SABESP conseguiu se credenciar para recursos do parque, porque tem equipe, tem estrutura técnica, se credenciou e foi um dos primeiros estado a conseguir recursos do parque de saneamento foi o nosso estado e do ponto de vista da justiça disso, tem estados brasileiros com condições muito piores do eu o estado de São Paulo e muitas vezes não consegue ter acesso porque não tem a mínima estrutura para se credenciar a esses recursos, e volto a dizer, como disse já e insisto no ponto número 1, a reorganização institucional para o setor é fundamental, é ponto de partida para a gente dar um novo arranque e a criação, o fortalecimento de uma cultura na área, o saneamento está diretamente relacionado com educação e está diretamente relacionado com saúde, é preciso construir essa rede de conhecimento, de mobilização, de informação para as pessoas também para que a gente possa de fato colocar nos trilhos novamente uma política nacional para a área de saneamento.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Nós estamos com problema aqui operacional, o deputado tem que sair daqui a 5 minutos e voltar ao Congresso Nacional, senão toma falta lá. Já chegou o aviso aqui da assessoria que o deputado tem mais 5 minutos aqui ainda para participar e ter que sair. Dos inscritos, só o Nei Britto não colocou, pediria que você fosse breve, porque o deputado tem apenas 5 minutos, senão nem dá tempo para ele falar sobre o que você colocar.

JORGE NEI BRITO (Coordenador do Colégio de Entidades Nacionais – CDEN) – Então eu já vou cumprimentando o presidente, o deputado João Paulo. Aquela fala que o saneamento não dá ibope, isso realmente nos preocupa, me preocupa muito mais porque o grande problema que nós temos está soterrado, que são as tubulações, nós temos as tubulações hoje que são muito antigas, muitas delas ainda com tubo de ferro fundido que tem uma péssima (inaudível) interna e mesmo que tivesse um material mais nobre ainda assim a substância que tem nas águas vão trazer infiltrações até os tubérculos, então no curso que eu também ministro nessa área já chegamos lá com tubulação que tinha menos de 5% de área útil, então as técnicas que são usadas hoje ainda aqui no Brasil, o colega nosso, o nosso profissional mais antigo, ele com a sua experiência e com sua sensibilidade, ele procura detectar algum ponto que já esteja com problema, só que ele deveria estar detectando isso quando esses problemas estivessem recipientes, o Japão já está começando a fazer isso, pois lá também eles tem problemas, porque aquele outro dado que foi citado, realmente o que incomoda é a gente ver em torno de 40% de a água potável ser desperdiçada em função de redutores estourarem e naquele auge daqueles apelos para a economia da água, vamos pegar São Paulo, nós vimos lá toda semana em vários pontos de São Paulo a água sendo desperdiçada, então aí vem duas preocupações, a primeira é realmente conseguir ver para que a gente possa modernizar essas tubulações e, segundo, ter tecnologias de ponta e, assim, deixe de ser uma coisa pessoal, subjetiva e seja uma coisa que realmente nós tenhamos condições de detectar, lógico que nos oleodutos nós temos até (inaudível) para fazer isso, mas nesse sentido, nós não temos e aí vem essa preocupação, como está enterrado e ninguém está vendo, então isso não dá voto e vamos deixar como está. Muito obrigado e parabéns pela palestra.

JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal) – O que o engenheiro Nei Brito coloca é a realidade do setor. O setor não tem recursos para investimentos, e muito menos para boas

técnicas de gestão. O uso de novas tecnologias, tecnologias já disseminadas em várias partes do mundo e no Brasil é muito baixa, talvez São Paulo, Paraná, Minas Gerais e aqui, DF ainda incorporem um pouco dessa tecnologia, mas é pouco, reconheço que é pouco e a própria SABEP, eu atuei na diretoria de tecnologia e meio ambiente as SABESP, e reconheço que quando nós reconhecemos o que o mundo está fazendo nessa matéria e comparamos o que fazemos, nós estamos em um atraso muito grande e temos inclusive universidades, instituições brasileiras que podem facilmente desenvolver ou adaptar essas tecnologias nas condições brasileiras, mas de fato é muito pouco utilizado, e também esse alerta que você coloca é isso mesmo, como não é aparente essa deterioração dos equipamentos, das instalações quase nunca é aparente na área de saneamento, e também um acidente não gera, pode até gerar graves conseqüências, mas de um modo geral os acidentes, os rompimentos não geram os riscos que outros setores, como o setor de energia, como o petróleo e gás causam, então essa é uma outra razão, quer dizer, vai se resolvendo com baixa tecnologia. A tubulação enterrada no Brasil, lá em São Paulo, por exemplo, em Santos, na minha cidade nós temos redes lá com mais de 100 anos de uso, e eu arriscaria dizer que praticamente com nenhuma inspeção ao longo desse período todo. Eu durante o período que estive na prefeitura de Santos, forcei bastante por força da poluição dos canais, Santos tem 100% de coleta de esgoto, portanto não devia ter poluição nenhuma nos canais, a rede é separada e todo o sistema é tratado, então não devíamos ter nada de poluição, nem em praia e nem nos canais, mas a poluição persiste. Eu insisti tanto que acabamos fazendo um piloto, um programa piloto de inspeção através de um robô que foi filmando toda a rede de esgoto e a rede de drenagem também, fotografou e filmou em tempo real, e aí nós vimos nesse programa a quantidade de defeitos que essas redes, tanto de drenagem quanto de esgotamento sanitário tinham consolidados esses defeitos e o quanto isso criava de problema de poluição para os canais e, conseqüentemente para as praias, mesmo sendo um estado rico e uma cidade rica, a aplicação dessa tecnologia foi restrita a um bairro. Nós vimos lá que dá certo, que funciona e é o que se faz no mundo inteiro, mas não conseguimos avançar de forma sistemática, porque o tema saneamento ainda não tem o apelo necessário, enquanto a rede vai aguentando, enquanto o sistema vai tolerando toda essa ineficiência, as coisas efetivamente não acontecem. Mais uma vez eu acho que a área de engenharia é que pode dar uma grande contribuição na matéria com tecnologias preventivas que devem ser aplicadas e até para que esse recurso todo aonde já foi aplicado não seja perdido precocemente, que é o que acaba acontecendo em muitos casos, sem falar na utilização de novos materiais e aí a utilização de novos materiais na área de saneamento no Brasil passa muito também pelas normas técnicas e os nossos sistemas e as nossas instruções normativas também não são muito ágeis, aqui não é uma crítica a ninguém, enfim, mas é sempre um processo longo e eu sei disso, porque vivi situações semelhantes, certificar no Brasil determinadas tecnologias de determinados materiais e muitas vezes acaba sendo desperdiçadas, enfim, há um campo enorme de desenvolvimento tecnológico na área de saneamento que ainda não está adequadamente explorado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Nós sabemos que esse assunto é bastante importante, e nós poderíamos ficar aqui uma tarde toda, porque é realmente importante para a população e para o país, mas nós vamos ter que encerrar então a participação aqui a presença do deputado João Paulo Papa no seu pronunciamento, na sua palestra. Colocamos três questões, pedindo a sensibilidade do deputado sobre o que nós do Confea gostaríamos, a gente já vem debatendo, três coisas vou colocar aqui. Uma é a participação do Confea na comissão permanente de deputado que está conduzindo, participação permanente nessa comissão permanente no Senado de saneamento, que é um tema importante da engenharia, o Conselho Federal está a disposição para participar lá de todas as reuniões, audiências públicas, enfim, o que o deputado precisar lá do Conselho Federal, nós estamos a disposição para colaborar, essa é uma questão. A outra é com relação a recomposição da Frente Parlamentar da Engenharia, na minha primeira gestão, uma das propostas na participação nossa no Congresso Nacional era a Frente Parlamentar que foi criada, mas agora, ela não foi recomposta e ela tem um vencimento anual e agora no início do ano é que são recompostas essas frentes parlamentares, pediria ao deputado o empenho para nos ajudar nessa recomposição e o deputado como engenheiro, obviamente participar dessa Frente Parlamentar, nós temos vários colegas da engenharia, da agronomia, da área tecnológica, tecnólogos, todos esses deputados também virem a participar conosco na Frente Parlamentar, e por fim, com relação a tudo o que foi dito aqui e o deputado tem um bom relacionamento

com a Campanha da Fraternidade, vem dialogando, participando com as igrejas evangélicas, com as igrejas cristãs, com as igrejas católicas e mais esse movimento ecumênico e com a CNBB e vai ter uma reunião agora em São Paulo, dia 11, o Conselho Federal terá representação lá, eu vou estar aqui na Plenária, mas nós teremos técnicos nossos junto nesse movimento, essa aproximação nesse engajamento nosso junto com a Campanha da Fraternidade, o Modesto sugeriu e nós vamos convidar o secretário geral da CNBB para vir aqui e todos aqueles que estão no movimento para virem aqui nesse Plenário para a gente fazer a devida articulação, nós temos que articular com a sociedade civil, e fazer esse engajamento com as instituições religiosas, porque essas instituições religiosas, eu sou católico e tenho amigos de todas as demais religiões, isso é muito importante, mas a gente tem uma leitura deputado e o senhor também como prefeito sabe muito bem que a maioria da população tem uma religião e frequenta alguma igreja e a igreja lá no bairro, ela tem toda a massa da população, principalmente a leitura que a gente faz, que são os segmentos mais carentes, os segmentos mais necessitados da sociedade, que é uma base da pirâmide muito grande, e nessa articulação com o Movimento da Campanha da Fraternidade, nós podemos ter um engajamento muito grande com toda a população e ver esse movimento crescer, no sentido de conscientizar e de educar a população. Costuma-se dizer que não se prioriza o saneamento, porque peixe não vota e a gente tem que mostrar para a sociedade que mesmo o peixe não votando, nós votamos e queremos garantir a nossa saúde. Eu acho que através dessas instituições que iniciou esse movimento, nós temos uma grande oportunidade de criar a musculatura necessária para a gente introduzir a engenharia junto a essa população que não sabem nem o que, que é a engenharia, mas entrar com a engenharia e mostrar as equipes técnicas, mostras que as pessoas que não tem para fazer esses planos e os recursos venham e há toda essa controvérsia dos recursos no governo federal, mas a verdade é que esses recursos saem do bolso do contribuinte e o contribuinte mora lá no município, ele não mora aqui no governo federal e nós precisamos trabalhar isso para mostrar para os governantes que a carga tributária já é enorme, senão é uma boca muito grande para engolir, arrecadar tributos e é um saco sem fundo que cada hora que precisa, vamos aumentar, vamos criar mais isso, vamos criar mais aquilo e uma tributação exorbitante em algo que é de fundamental importância para a saúde do cidadão que está lá no município precisando e nem sabe lá no bairro dele atravessando por esgoto a céu aberto e que aquilo ali vai causar a doença dele e ele vai para o hospital e a gente visita o hospital 70% de quem está nos leitos dos hospitais é por veiculação hídrica e nós não conseguimos passar isso para a população, eu acho que nós temos que pegar esse movimento que não pare na páscoa conforme já dissemos aqui e junto com a comissão permanente que certamente o senhor irá presidir, junto com o Confea, junto com as instituições religiosas na campanha da fraternidade, mas principalmente com a sociedade civil organizada, nós temos condições de criar um movimento muito forte e, assim, darmos essa contribuição. O Conselho Federal está a disposição e eu gostaria de agradecer o deputado João Paulo Papa, passando as mãos dele o certificado de que ele proferiu essa palestra aqui com as 20 recomendações para a universalização do saneamento para o país. É um reconhecimento singelo da sua participação.

ANEXO II – APRESENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FEDERAL MARCOS MOTTA FERREIRA SOBRE O TRABALHO REALIZADO PELA COMISSÃO TEMÁTICA INDICADORES DE GESTÃO E GOVERNANÇA.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Bom dia, presidente. Bom dia, senhor vice presidente, senhores conselheiros. Nós fizemos, na Comissão Temática Indicadores de Gestão e Governança, nós concluímos a nossa primeira fase, das nossas análises e cálculos. E nós preparamos uma apresentação para os senhores terem uma ideia de até onde conseguimos avançar com isso, da participação de Creas. Vou aguardar a projeção. São indicadores que tem um potencial muito forte para auxiliar os Creas na governança, na gestão, na análise de pontos importantes para tomada de decisão. Bom, o estudo de indicador e desempenho de gestão e governança, sistema Confea/Crea, na Comissão Temática Indicadores. Bom, os objetivos são esses: Enfatizar a importância e conceitos dos indicadores de gestão; Informar como foram definidos e calculados os indicadores; Tecer considerações sobre o desempenho do sistema Confea/Creas; Salientar as expertises individualizadas dos Creas; Demonstrar as fugas de receitas do sistema; Apresentar diagnósticos de ordem econômica; Propor sugestões que otimizem o sistema. Nós temos os Creas que contribuíram, esses foram os Creas que nos ajudaram a fazer essa análise, nós fizemos um estudo, um pré estudo, uma brochura, onde fizemos a formulação matemática de como seriam calculados esses índices. Isso foi apresentado na reunião do ano passado, do Colégio de Presidentes, que ocorreu em Rondônia, lá nós pedimos o auxílio de Creas e esses Creas responderam participando com informações. Aí é a definição, eu vou apresentar a definição dos conceitos com relação a esses indicadores, muitos dos senhores já conhecem isso, mas é um texto para que a gente possa uniformizar nosso conceito e ideacom relação a isso. Os indicadores de desempenho são ferramentas básicas para o gerenciamento do sistema organizacional. As informações que fornecem, são fundamentais para o processo de tomada de decisão e análise de problemas. O indicador em si, é definido como um valor quantitativo que permite a percepção sobre as características e resultados de um serviço, produto, sistema ou processo específico. Nós temos os principais requisitos para os indicadores de gestão: representatividade, homogeneidade, confiabilidade, praticidade e acessibilidade. E aqui do lado de cá, os objetivos dos indicadores: Possibilitar uma avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da organização; Comparar o desempenho entre exercícios e o planejado; Comparar a eficiência de ações similares entre congêneres; Permitir a troca de informações de procedimentos melhorando qualidade; Possibilitar a incorporação de sistemas de reconhecimento de bons desempenhos; Formular políticas de médio e longo prazos. Como se tratam de indicadores de gestão e governança, ele objetiva análises prévias para tomada de decisão de médio e longo prazo, para se identificar possíveis correções de procedimentos. Nas nossas análises, nós fizemos essas classificações dos indicadores. Indicadores Estratégicos, que informam o quanto a instituição se encontram na direção de sua missão. Indicadores da Qualidade, que informam o grau de satisfação ou participação dos usuários em relação a produtos e serviços. Indicadores de Capacidade, que medem a capacidade de resposta dos processos finalísticos de uma organização. Indicadores de Produtividade, que permitem uma avaliação dos resultados em função dos insumos utilizados para gerar produtos ou serviços. Então, a nossa modelagem está caracterizada nesses 4 tipos de indicadores. Então, na formulação matemática, nós temos lá, dos indicadores de resultado, nós retiramos 6 indicadores. O IR significa indicador de resultado. IR. 01 – Receita média por profissional. Aqui temos a formulação matemática desse indicador. IR. 02 – Valor médio da ART, também a formulação matemática dele. IR.03 – Quantificação da atividade profissional. IR.04 – Desempenho da arrecadação com empresas. IR.05 – Participação das empresas no sistema. IR.06 – Perfil da arrecadação com ARTs. Pois não.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – Olha, eu vou dizer uma coisa para você, durante todo o tempo que eu administrei, uma das coisas mais difíceis que tinha era encontrar indicadores. Eu perdi o comecinho da sua apresentação, mas gostaria de saber, isso é por Crea?

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - A análise que foi feita foi de buscar uma formulação matemática de indicadores que pudessem ser aplicados no sistema Confea/Creas. Essa modelagem, ela pode ser aplicada no Confea e nos Creas. É uma proposta

da nossa Comissão Temática, no sentido de buscar adesão dos Creas e do Confea a esse sistema de modelagem, porque dá uma forma de uniformizar os procedimentos. Na primeira análise que fizemos do processo, nós identificamos que existem procedimentos variados dentro do nosso sistema, uns excelentes e outros precisando de melhorias. Então, a ideia é que esses indicadores tragam a uniformidade de procedimentos para o avanço do sistema. Ele tem um potencial muito significativo, porque ele demonstra isso com bastante antecedência, então te dá a possibilidade de reagir ao processo. Os indicadores de qualidade são 3. O código IQ é indicador de qualidade. IQ.01 – participação dos profissionais no sistema. IQ.02 – incidência de autuações. IQ.03 – valor médio da anuidade do profissional. E os indicadores de produtividade. IP.01 – mensuração da atividade de fiscalização. IP. 02 – eficiência na tramitação processual dos autos de infração. IP. 03 – desempenho no resgate da dívida ativa. E os indicadores estratégicos. IE. 01 - potencialidade de expansão da instituição; IE. 02 – participação dos profissionais na atividade econômica local. IE.03 - representatividade do Crea em relação ao PIB estadual. IE.04 - potencial de trabalho da região. Eu vou disponibilizar essa apresentação para os senhores poderem dar uma olhada com mais propriedade. Então, esses foram os pontos, que na análise que fizemos, identificamos como que podem ser indicadores. Aí foi a estratégia que nós utilizamos para buscar esses indicadores, para fazer os cálculos matemáticos. Foi baseado no exercício de 2014, que havia o maior número de informações já finalizadas e definidas. Receitas realizadas por Crea, total de profissionais do sistema, total de empresas registradas, autos de infração lavrados, emitidos e inscritos, atividades de fiscalização, dados relativos à emissão de ARTs, estatísticas do IBGE e do Confea e Sec. Planejamento. Foram os setores onde buscamos informações para definição desses indicadores. Então, nós temos, com base na Resolução 1058, de 26 de setembro de 2014, porque como fizemos a modelagem de 2014, pegamos os números de 2014. Então, nós tínhamos 3 faixas de ART. Faixa 1, R\$ 67,68. Faixa 2, R\$ 118,45. Faixa 3, R\$ 178,34. Então, aqui nós fizemos um fichamento e nesse fichamento fizemos um cálculo baseado nos valores médios dos Creas que nos forneceram a informação. Aqui nós chegamos no valor ideal para ser atingido, dentro dessas médias, o valor médio ideal. Quando os senhores veem meta: 78, significa o valor médio de arrecadação por ART durante o ano, somando todas as faixas. Esse indicador é correlacionado, sempre que a gente define um indicador, nós fazemos correlação com outros indicadores. Aí também é a formulação e fichamento do modelo matemático que define a produtividade da fiscalização. E aí nós identificamos um valor muito interessante, a fiscalização varia de 0,6 a 7. Então, uma faixa significativa de variação. Aí baseado em todas as informações que tivemos nos Creas que nos auxiliaram nesse trabalho, nós chegamos a uma meta, a um fator, um número que define a régua de comparação, antigamente era 78, aqui é 4,5. Agora a definição de representatividade desses, nós colocamos em um gráfico todas as arrecadações, o que os senhores estão vendo é a receita líquida por profissional, média anual de ART. Nós podemos ver aqui, existe um que a ART média anual dá R\$ 1644,00. E existem outros que dá R\$ 357,00. Então, há uma variação muito grande nesses pontos. Baseados nessa análise, também identificamos uma coisa interessante, nem sempre a região que tem o desenvolvimento econômico mais significativo resulta em uma arrecadação de ART maior, esses números não se falam.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Aí é a receita total dividida pelo número de profissionais, não é nem o valor da ART média. Se eu tiver 30 mil profissionais e tiver uma receita de tanto de ART, eu divido o valor da receita, que eu tive com a ART, pelo número de profissionais. Então, esse estado que tem R\$ 1644,00, os profissionais de lá estão sendo mais eficientes, estão realizando mais trabalho e registrando mais ARTs do que os de R\$ 357,00.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - É mais ou menos isso, não é bem isso. Quando você pega o valor total arrecadado e divide pelos profissionais, você tem a média de ART naquele estado, baseado nisso você faz sua inferência, por que está menos ou mais. Aqui, nesse caso, está havendo uma discrepância muito grande nesse valor, que nós não conseguimos identificar a motivação disso. O curioso é que quando você tem um estado onde a força dos investimentos públicos são muito significativos, a tendência da ART é subir, o valor médio da ART sobe, porque é uma exigência legal de se apresentar ART na assinatura do contrato, no engenheiro responsável, isso dá uma arrecadação melhor. Já quando o estado tem um desenvolvimento privado mais significativo, a impressão que se tem é que o setor

privado não tem essa exigência tão forte em cima das empresas profissionais quanto o setor público. Então, isso faz com que a ART caia. Pois não, Pablo.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS) – Você está baseando que ele está informando o valor real de contrato, não é? E ele não tem, em tese, ele necessariamente deveria constar o valor exato do contrato, mas nem sempre ele faz isso, daqui a pouco o subterfúgio para abaixar o valor da ART. Mas outro dado que no Rio Grande do Sul é muito importante de considerar a receita média por profissional, que apenas 32% dos profissionais registrados no Rio Grande do Sul eles fazer ART. Então, se você dividir esses 100% pelos 32, obviamente você vai ter uma distorção muito grande em relação a média.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Exato. (intervenção feita fora do microfone)

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – O indicador tem a característica de permitir a comparação entre pequenos e grandes, entre desiguais. Na verdade, essa característica que você diz que nem todos emitem ART (intervensões simultâneas).

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Aqui eu queria interferir, por favor. A potência do indicador é justamente mostrar isso para você. Aqui nós não estamos querendo, calculando esse indicador, demonstrar que o Crea está arrecadando mal, está querendo demonstrar que existe um potencial de profissionais que ou não estão exercendo a profissão de engenharia, estão fora da engenharia, ou estão exercendo a profissão de maneira ilegal, não emitindo ART. Então, isso é um ponto onde o Crea vai analisar isso, identificar o modelo de fiscalização para isso ou uma forma de como melhorar o (ininteligível) nesse setor. Por favor. Valor médio de ART, é o valor que em cada Crea ele está identificando e recebendo naquela tabela que mostramos, a faixa 1, 2 e 3.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Tem Crea que arrecada 144 e tem outro que arrecada 67. Era aquilo que estávamos conversando ontem. O que existe em um, existe no outro, não justifica uma discrepância do dobro, nada justifica. Então, existe um potencial reprimido de receita, se assim a gente caracterizar, mas na verdade, de fiscalização e a receita é apenas consequência da fiscalização, muito grande. O que caracteriza isso, provavelmente é procedimento, capacitação de pessoal, infraestrutura física, tecnologia. O que é que o de 144, que foi muito oportuno não colocarmos o nome dos Creas, porque isso não é o objetivo, está fazendo para obter esse resultando em detrimento do que não está fazendo. Então, nos eventos de fiscalização nosso, que é coordenado pela CEEP, provavelmente vocês vão indicar algumas diretrizes para que esses treinamentos sejam repassados e identificados quais são esses Creas, infelizmente não foram os 27, a gente pode, inclusive, pensar em linhas de financiamento para que esses Creas obtenham uma melhora no resultado.

PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua) – Conselheiro Marcos, esse valor, essa discrepância não seria que esses profissionais estejam recolhendo pelo valor mínimo?

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Sim, o que a gente identifica aqui é isso também, o que demonstra esse indicador. Muitos profissionais, porque alguns Creas o sistema de emissão de ART não tem travamento, então o cara pode fazer uma descrição do serviço e colocar o valor baixo. (intervenção feita fora do microfone) Então, ocorre isso, um profissional emite tudo por um valor mínimo.

FRANCISCO SOARES DA SILVA (Conselheiro Federal/MA) – A minha leitura é a seguinte: eu vejo que quem arrecada 67 não significa que ele tenha baixa produtividade, eu vejo que é porque as obras são pequenas e quem arrecada 144 são de grandes obras.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Ele pode indicar isso também. Pode indicar que os profissionais só estão arrecadando pelo menor valor, pode indicar que a potência econômica da engenharia está caindo e está tendo serviço de pequena monta. Como também pode indicar que o potencial de investimento daquele lugar é público, quando ele é público você tem um aumento. (intervenção feita fora do microfone) Só te explicando por que não temos. A Comissão Temática determinou etapas de trabalho, a primeira etapa foi o

diagnóstico, a segunda etapa foi formulação matemática, a terceira etapa foram os resultados. Agora vamos entrar em outra fase, que seria essa abertura.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – Até o nosso coordenador nacional está presente aqui, ele está presente. A nossa agronomia reclama muito que a nossa área não é fiscalizada. Então, eu gostaria que esse trabalho fosse um pouco mais detalhado, porque isso vai comprovar o que reclamamos dentro do sistema, que o sistema, os Creas acabam, por uma razão qualquer, por comodidade, sempre tem uma justificativa. Como o nosso grupo trabalha na área rural, nós acabamos não tendo fiscalização, nós reclamamos muito disso. É a maior queixa que temos dentro da categoria é a falta de fiscalização e acaba não sendo culpa do nosso grupo, acaba sendo uma certa estratégia por qualquer razão do sistema. Eu gostaria que você detalhasse isso, mesmo porque nosso coordenador nacional está aqui, tenho certeza que ele gostaria que ainda esse não fosse feito alguma coisa nesse sentido e depois nós discutiríamos as razões pelas quais nossa arrecadação é baixa.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - A proposta da Comissão é justamente fazer essa apresentação, fazer uma apresentação no Colégio de Presidentes, disponibilizar ferramentas que os Creas desejarem, para que eles façam essas inferências e identifiquem suas regiões, qual é a fuga que está havendo, o potencial. A fase seguinte da Comissão é justamente avançar para identificar as modalidades. Nós sabemos que no nosso país, as modalidades são regionalizadas, nós temos regiões com potencial agrícola muito grande, temos regiões com potencial pesqueiro grande, regiões com potencial industrial grande e regiões com potencial de construção civil é generalizada, ela é pulverizada no Brasil. Baseado na característica econômica da região, que são dados que a gente retira de informações de estatísticas do IBGE, a gente tem condições de fazer essa definição. Por que um lugar a agronomia não arrecada nada se ela tem um potencial agrícola forte? É em outra fase, ok? Bom, aqui é uma coisa que nos chama atenção, o número de ARTs anuais que os profissionais arrecadam em cada região. Olha só, tem lugar em que o profissional emite uma ART e meia por ano. Ou ele não é engenheiro, está fora do mercado e esporadicamente assina alguma coisa para o parente dele, ou ele é funcionário de uma empresa que não exige dele a emissão de ART, que nós identificamos que muitas empresas, especialmente empresas do setor público, eles fazem concurso, na lista do concurso exige que você seja engenheiro, mas a partir do momento que você passou do concurso, dentro já não mais exige que você pague anuidade dos Creas, que você emita ART das suas atividades na engenharia. Então, isso faz com que o número de ART caia bastante.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Esse gráfico é interessante, porque ele já traça a linha média e o que está muito abaixo e muito acima estaria relativamente fora da média, a gente verifica que a média está entorno de 7 ARTs por profissional. Na verdade, depois vai ficar muito fácil vocês fazerem o exercício de transformar isso em dinheiro. Na hora em que você transforma isso em dinheiro e você verifica que esse Crea que está com 8, pode ser um Crea muito pequeno, mas o que está com 1,5 pode ser um Crea muito grande, o potencial de perda de arrecadação é estupidamente grande. Imaginem se forem Creas grandes, esses 1,5, 1,9, 2,3 e 3,0. Quanto não está se perdendo de arrecadação? A gente vê um prédio pequeno e acha que é um Crea pequeno, mas as vezes não é. Se você transformar isso em recurso financeiro, são milhões que estamos perdendo (intervenções simultâneas).

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Fiscalização. Produtividade da fiscalização. Nós temos 0,7 a 7. A fiscalização não está atuando.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – Um comentário que eu acho importante, a respeito dos dois últimos, o penúltimo.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Eu vou pedir desculpa aos senhores, porque vou mostrar mais um quadro e vou direto para a parte financeira porque estou sentido que estamos (...).

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – O meu comentário é um elogio ao presidente da casa, mas não tem como. É muito interessante isso aí, o Tadeu fez uma política de fiscalização no estado de São Paulo, ele ampliou o número

de fiscais. Ele pulou de 400 mil ARTs ano para mais de 1 milhão. Esses dois tem muita relação. Eu tenho dito aos meus amigos que chegam a presidentes de Crea, essa questão de total de ARTs e fiscalização. É um triângulo que funciona de uma maneira sensacional.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Aqui é onde a gente faz a tabela com gráfico de tendência. Então, nós temos a setinha verde que significa qual é a tendência reserva para o indicador ou que o indicador suba, ou que o indicador desça, significa isso. As cores significam como está a relação do indicador no Crea ou no Confea, no setor analisado. Aqui, nessa faixa aqui nós temos calculamos algumas demonstrações anteriores, são as faixas médias de cada indicador calculado. Isso é o ideal, aquilo que se busca cada indicador calculado. Aqui nessa faixa foi um cálculo esporádico de um dos Creas que nos auxiliaram nisso, que fizemos a análise dele, como estava, e analisamos com relação a régua. Nós vemos, onde está vermelho precisa de melhorar, onde está verde já é um benchmarking, está acima. Onde ele está azul é que ele está na média. Isso também é para fazer uma análise, depois que você faz todo cálculo, você tem a ficha que dá o retrato do que você está analisando, como ele está. Então, o ideal é que depois que se possa analisar todos aqueles que participam disso, pegas os benchmarkings para que eles façam transferência do conhecimento, do que fez ele atingir esses valores, para que isso seja uniformizado.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Por exemplo, o IR1 está vermelho, que é receita líquida anual pelo total dos profissionais registrados, ele está abaixo porque está com R\$ 773,50 e a média dos 14 pesquisados deu R\$ 470,00. Então, dá uma visão panorâmica da situação e colorida do que você precisa focar.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - É isso. Aqui é a tendência, tem que estar sempre subindo, se está para baixo, ele tem que ser diminuído, a tendência que o indicador tem que ter. Os que estão verdes, que são os que caracterizamos como benchmarking, que estão com números muito bons, a ideia é que os verdes dos Creas possam auxiliar os que não estão a ficar.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS) – O censo do IBGE, até onde eu sei o último é de 2010. Por que foi usada a base de dados do IBGE, uma vez que ela remete a 2010. Não seria mais fidedigno usar uma base de dados da junta comercial, por exemplo?

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Veja bem, boa pergunta. A dificuldade de se ter informações, do IBGE a gente consegue informações online, de todas as regiões do Brasil. A junta, você tem que mandar uma correspondência, solicitar informação, aguardar eles tabularem a informação para esperar eles devolverem. Então, a dificuldade de buscar informação que fez com que tomássemos algumas ações no sentido de finalizar o processo, não que isso não possa ser feito, porque a Comissão Temática de Sustentabilidade do Sistema, que é outra Comissão Temática que pertence a CCSS, ela já fez um pedido que o Confea está providenciando, de criar uma forma de convênio com o Ministério de Pequenas e Médias Empresas, que lida com o setor, como você falou, de todas as juntas comerciais do Brasil, para que haja troca de informação, porque um dos Creas que nos auxiliou nos deu a informação que achamos muito fortes, ele conseguiu informações da junta comercial do estado dele e comparou com as empresas de engenharia registradas no Crea, a variação foi um número absurdo de empresas que atuavam na engenharia, mas não estavam registradas, nem a empresa e nem os profissionais, ou pelo menos não pagavam anuidade ou ART. Aí são continuidades da régua de cálculo. Aqui também vou avançar porque é só uma teoria. Aqui é um gráfico de receitas, mas o que eu gostaria de mostrar aos senhores, eu queria mostrar o quadro, a gente tem números. Os 14 que contribuíram com o processo. Aqui é como deve ser o processo de análise dos indicadores, tem que ter abrangência, tem que ser um cálculo balanceado, tem que ser sistêmico e tem que ser significativo para que haja precisão, para que você possa aplicar aquilo que você definiu no exercício da melhoria dos seus processos. Esse número, o que eu queria mostrar aos senhores, aqui está uma coisa significativa. Então, na primeira coluna nós temos valores financeiros o total de ART emitido. Na segunda nós temos o valor bruto, na terceira nós temos o valor bruto considerando as melhorias que os indicadores podem trazer em sendo aplicado. Aí nós vamos ver, da primeira para essa faixa, quando você utiliza os indicadores e ele te dá, identifica o procedimento e você pode ter ações corretivas, a avaliação dá 82 milhões de reais. Quando você passa a fazer uma análise com valor médio do que foi calculado, vamos supor que o Crea esteja na média que os indicadores indicaram, nós

vamos para uma diferença entre o primeiro, que é o indicador máximo com o indicador médio, de 15 milhões de reais. Quando nós passamos para fazer a comparação do potencial econômico da região, que é com o PIB da região, na área da engenharia, todas as modalidades, com o que ele poderia arrecadar com a atividade da engenharia, nós vamos para uma diferença de 57 milhões. Essas diferenças são perdas de arrecadação, é um incremento de arrecadação que poderia acontecer naquele Crea, naquela região se ele tivesse essa modelagem matemática, se estivesse utilizando a modelagem para fazer correções dos seus processos, é o que ele poderia avançar. Então, esse número que eu acho bastante significativo do potencial dessa ferramenta. Eu vou encerrar aqui porque é só continuidade de tabela. É isso que eu tinha para trazer para os senhores. Agradeço a atenção.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Conselheiro, primeiro parabéns pelo trabalho realizado, pela qualidade do trabalho realizado, pela apresentação de excelente qualidade, clara e cristalina. Existem outras informações que eu não sei por que vocês optaram por não apresentar, que é o diagnóstico individual de cada um desses 14 regionais.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Veja bem, a nossa proposta é justamente não demonstrar isso a princípio, a ideia é que esse demonstrativo seja (ininteligível) a cada um dos que contribuíram.

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Claro, mas só para ilustrar e facilitar o entendimento, porque o número e o gráfico são uma fotografia, a análise é um filme e esse filme existe, eu tive acesso com vocês naquela reunião, conversamos bastante. Então, já que não foi apresentado, é preciso que seja dito aos conselheiros que para cada Crea e para cada índice que está em amarelo, que estava verde, azul e vermelho, já existe uma análise, logicamente que precisa ser aprofundada e refinada com o próprio presidente do Crea, mas já existe uma análise do por que dele estar vermelho ou verde. Inclusive, com proposta de sugestão de correção ou de que esse Crea repasse a informação do verde para o vermelho ou o do vermelho, o que ele precisa fazer para melhorar. Então, poderia ter retirado o nome do Crea e ter feito uma apresentação só para ilustrar. Eu achei só que ficou faltando. E na apresentação para o Colégio de Presidentes, acho que deveria ser incluído na apresentação, porque vai facilitar o entendimento, sempre que vem o número surgem os questionamentos: mas no meu Crea tem tal característica, tem mais ou menos técnico, tem mais indústria, mais agricultura. A inclusão dessa informação na apresentação da Comissão Temática vai demonstrar que tudo isso também foi considerado e o número foi analisado com sua regionalidade e com sua característica. Então, eu queria parabenizar, isso foi um momento de se conceber os indicadores, nós vamos ter um segundo momento, que é dá publicidade desses indicadores aos presidentes e isso precisa ver como será essa apresentação, porque haverá uma apresentação geral, mas precisa haver um momento onde cada presidente sente com vocês para, no modelo de dar publicidade a isso cada presidente sente com vocês e diga: eu concordo com esse índice, eu discordo, o que você está dizendo é verdade. E vocês pensem como isso vai na prática ser implantado nos regionais, porque provavelmente vocês vão propor de a Comissão Temática algumas ações para esse plenário, como treinamento, abertura de linha de crédito específica para aquisição de tecnologia, mas aí não mais um Prodesu solto, onde se manda o recurso e não tem o IO para comparar com o (ininteligível). Agora você vai dizer: seu indicador é esse, nós vamos fazer uma linha de financiamento específica para você corrigir esses dados e você será avaliado daqui a 180 dias para a gente ver se aportamos mais recursos, se não aportamos mais recursos. Eu já vou encerrar, eu sou entusiasta, nasceu isso de conversas que tivemos. Outra coisa, verificar se vocês sentirão necessidade na Comissão Temática de ter uma estrutura permanente no Confea para esse serviço, porque a Comissão Temática se reúne 8 vezes por ano, não tem nem reunião em todos os meses e, na verdade, para o monitoramento talvez precise ser destacado, de repente não no primeiro momento a exclusividade, mas alguém que tenha função de fazer esse acompanhamento. Porque hoje, logicamente está acabando a ART e a gente cai por terra. (intervencões simultâneas) Mas em sendo mantida a conjuntura atual de ART, o que a gente pode fazer frente a crise econômica e a crise da engenharia, que ela está sofrendo as duas, econômica, mas a da engenharia, com essa operação anticorrupção, as grandes empresas foram afetadas diretamente. O que eu vislumbro como conselheiro federal e ex vice presidente de Crea por vários anos cuidando de gestão, é que vocês chegaram ao ponto de quantificar e o

que é fácil, porque se você tem número de ART e determinado Crea se ele está muito abaixo da média de arrecadação de ART, você multiplica essa diferença do valor dele pela média, pelo número de ART e você sabe quanto ele está deixando de arrecadar. Então, é isso. Eu acho que vocês tem que pensar em como interagir, como será a interação dessa Comissão Temática com o Colégio de Presidentes, com os Creas e ver se há necessidade de uma estrutura fixa aqui para dar o suporte. Isso tem sido cobrado demais e vai atender uma demanda do TCU. O TCU veio aqui, convidado pelo senhor, e 2014, e falou que o TCU hoje, muito mais do que as vírgulas da execução contratual, ele está olhando a governança, livres da organização, estão sendo atingidos. Isso eu acho, queria mais uma vez parabenizar você, ao Romildo, que foi um entusiasta nisso aí, ao presidente por ter a sensibilidade, a própria CCSS, que era coordenada por você e que tem a manutenção do Lúcio, eu geralmente sou muito seco, mas esse assunto para mim é o que podemos fazer e que depende da gente, o que depende dos outros a gente não tem como garantir que será feito, mas isso não depende de ninguém, só depende da gente, a organização é nossa. Parabéns e muito obrigado pela oportunidade.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Próximo inscrito é o conselheiro Mário Amorim.

MÁRIO VARELA AMORIM (Conselheiro Federal/RN) – Senhor presidente Tadeu, vice presidente Albério, senhores conselheiros federais, senhor coordenador do Colégio de Presidentes, presidente Modesto, coordenador nacional das Câmaras de Agronomia, José Reis, coordenador nacional do CDEN, professor Jorge Nei, lideranças, internautas, conselheiro Marcos Motta. Queremos inaugurar esse nosso pronunciamento, que imaginamos que seja essencialmente técnico. Primeiro agradecendo a concessão que a Comissão Temática de Indicadores oferece a este douto plenário e a governança do sistema. Primeiras palavras são de agradecimento pela riqueza de informações que são incluídas nesse relatório. Depois parabenizá-lo, conselheiro Marcos Motta, integrantes da Comissão de Indicadores e ao colega Ronildo, que auxiliou. Está em nossas mãos, está sendo entregue nas nossas mãos um rico instrumento para governança. Sob o ponto de vista dos números, que você nos apresenta, conselheiro Marcos, você mostrou números de limites inferiores e limites superiores, de diversos indicadores. O *gap* entre tais limites no preocupa, daí a riqueza do relatório. Nós observamos que mais a frente vocês tiveram o cuidado técnico de não só utilizar médias aritméticas nessa amplitude que deforma qualquer média, vocês foram em busca de equações de regressão para sanear eventuais *outliers* para que vocês não nos apresentasse aqui uma média que não representa a realidade dos fatos, daí a regressão, ela oferece essa oportunidade de sanear esses números. Mais uma vez, parabéns pela apropriação da técnica correta, a técnica matemática correta, estatística através de modelos matemáticos e particularmente ficamos muito felizes com essa concessão que essa Comissão Temática oferece aos gestores e a nós todos que militamos nesse sistema. Na sua abertura você foi claro, era um relatório da Comissão Temática de Indicadores, tecnicamente indicador é aquilo que se quer medir, compreendemos que só podemos melhorar a governança se nós medirmos, para poder compararmos, você não tem como melhorar se você não tem um indicador inicial. Certamente, a CCSS deve propor, aí nós queremos solidarizar e encaminhar o prosseguimento desse trabalho, que está se iniciando, mas ele precisa se alongar. Certamente que a CT Indicadores queria apresentar hoje os índices, mas o tempo não permitiu, o trabalho está muito rico, ele tem que prosseguir. Nós temos os indicadores e temos que prosseguir para os índices. Em cima de cada índice, em outra etapa, aplicarmos o 5w e 2h para encontrarmos as respostas que o conselheiro Leonides, de forma muito adequada, colocou aqui. Presidente Tadeu, presidente Modesto, o CT Indicadores está nos concedendo informações técnicas, precisas, algumas informações cirúrgicas na governança do sistema. Então, nos sentimos engrandecidos neste momento, neste plenário, com a possibilidade que estamos tendo de seriamente e com dados reais discutirmos governança, algo que temos procurado colocar juntamente com outros conselheiros federais nesse egrégio plenário. Nós temos a responsabilidade da governança desse sistema. Conselheiro Marcos Motta, vamos prosseguir com esse trabalho, ele está se iniciando. Vamos prosseguir através das equações matemáticas de regressão múltipla, que vai permitir sanear esses dados e encontrarmos as respostas através de índices, em cima dos índices aplicarmos o 5w e 2h, aí vamos ter o Crea "a", Crea "b" ou Crea "x", você poderá aperfeiçoar a sua gestão através de tais procedimentos. Vejam a grandeza do trabalho dessa equipe do CT Indicadores, que vai influenciar diretamente no conteúdo programático de um possível treinamento de fiscalização que a CEEP vai fazer, ele tem uma ligação direta, não só os treinamentos da CEEP, mas todos os demais treinamentos

que dizem respeito a governança do sistema. Parabéns, conselheiro Marcos Motta. Parabéns a este douto plenário por estar tendo o privilégio de estar recebendo informações tão ricas para aperfeiçoarmos nossa governança. Obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Conselheiro Daniel Salati.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia) – Senhor presidente, senhores conselheiros, antes de mais nada cumprimentar o conselheiro Marcos e todos os outros conselheiros que participaram do trabalho. Eu vou, meu comentário vai mais ou menos na linha do Leonides e do Mário. Eu sempre fui um entusiasta de indicadores e também sei que é uma dificuldade muito grande achá-los e na hora de aplicá-los conseguir resultados objetivos. Mas temos que tentar e, se necessário, aperfeiçoá-los. Fiquei satisfeito, porque vi que é um trabalho sério e bastante objetivo, o que vai nos levar a falar menos e fazer mais, isso é muito importante, sem grandes discursos, você pega, aplica e conclui. Se este trabalho, senhor presidente, for aproveitado dentro do sistema, nós teremos uma linha de ação para aplicação do Prodesu, isso é fundamental, nós saberemos analisar as solicitações e verificar se deverá ser atendida ou não. Se necessário, com o tempo vamos aperfeiçoando os indicadores que forem sugeridos, é uma coisa natural. Conselheiro Marcos, o senhor e todos que participaram desse trabalho estão de parabéns e espero que ele seja aproveitado integralmente.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Conselheiro Paulo Viana.

PAULO ROBERTO LUCAS VIANA (Conselheiro Federal/GO) - Obrigado, senhor presidente, caros colegas conselheiros. Marcos, eu não vou elogiar mais, se não você vai ficar convencido. A CCSS e vocês estão de parabéns. Eu acho que a moleza acabou, então começamos com uma visão empresarial e uma visão de engenheiro, a trabalhar, se vocês continuarem dando andamento e nos passando a responsabilidade de ajudá-los nesse processo. Para isso, a CEEP já faz o convite inicial e não aceita negativa, nos dias 18 e 19 de abril apresentar na reunião dos gerentes de fiscalização, para com eles dividir essa responsabilidade de fazer crescer esse trabalho junto com todos nós. Muito obrigado pelo trabalho.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Temos também a inscrição do presidente da Mútua, Paulo Guimarães. E depois eu gostaria de saber se o presidente Modesto, do Colégio de Presidentes, se ele vai querer usar a palavra, em função de que o assunto abrange os Creas. Passo a palavra ao Paulo Guimarães, presidente da Mútua.

PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua) – Muito obrigado, presidente Tadeu. Senhores conselheiros, eu gostaria de cumprimentar o conselheiro Marcos Motta, todos os integrantes da Comissão Temática, inclusive por terem nos convidado a acompanhar o trabalho, o que nos levou, enquanto Mútua, a já iniciar o desenvolvimento dos indicadores diante de constatarmos que para nós é muito interessante também, incentivados pelo conselheiro Marcos Motta, pelo conselheiro Lúcio, por toda comissão e CCSS, que nós, em relação a ART, as nossas Mútuas em cada unidade da federação e os Creas, temos uma questão que para a gestão é fundamental ter esses indicadores. Inclusive, eu gostaria de salientar que nós apresentamos ontem a carta de serviços, que lá contemplava essa questão dos indicadores e estava conversando com o conselheiro Leonides que nós, na questão da Mútua ideal, que são as Mútuas que tem arrecadação muito pequena, os Creas onde essas Mútuas estão inseridas, os estados, nós vamos realizar um projeto piloto e vamos encaminhar a esta casa para análise, a criação de um programa fundamentado, para análise jurídica, avaliação e aprovação dos conselheiros federais, a criação de um programa Prodafisc da Mútua, para que ajude nessa questão e possa auxiliar na ampliação da fiscalização da questão da ART. Os dados apresentados pelo conselheiro Marcos Motta mostrou essa questão que um dos fatores pode ser, inclusive, a questão de ter uma análise de risco maior em cada, em alguns Creas, que possibilite essa questão, inclusive de recuperação de alguns passivos que existem lá. Acompanhando a apresentação na Comissão, nós constatamos esses aspectos todos, então, conselheiro Marcos Motta, parabéns e obrigado pelo convite, por ter participado, que nos levou a essa questão, além dos indicadores que temos, dando continuidade, graças a essa oportunidade que o conselheiro Marcos Motta nos possibilitou, estamos lá com um especialista também, engenheiro Romildo, que de fato a competência dele vai possibilitar essa continuidade, para que possamos integrar tudo depois e ter indicadores possibilitando uma

governança melhor do nosso sistema Confea/Crea/Mútua. Em conjunto, estamos estabelecendo um planejamento estratégico para que possam todos esses indicadores e fatores auxiliarem nossa governança e nossa gestão. Parabéns, conselheiro Marcos Motta. Parabéns, presidente Tadeu, senhores conselheiros, Confea. Agradeço pela oportunidade, muito obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Obrigado, Paulo Guimarães. Modesto, deseja fazer alguma manifestação? Por favor

MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO (Coordenador do Colégio De Presidentes) – Bom dia, senhor presidente. Bom dia, conselheiros. Bom dia a todos. Na esteira das palavras antecessoras, eu gostaria de parabenizar o Marcos, dizer que o Crea RN foi um dos Creas que encaminharam os dados e aí já colocando a disposição, se possível, para já darmos esse início de feedback. Eu vou estar aqui até sexta-feira, eu estou falando pelo Crea RN, a gente já poderia dar o início do intercâmbio entre a Comissão e o Crea, sendo primeiro o Crea RN, eu estaria a disposição. Aí sim a gente colocaria na pauta do Colégio de Presidentes, para na reunião de Curitiba você apresentar esses dados e também já convocando aqueles presidentes de Crea que queiram e que encaminharam os dados, que tenham também essa relação com a Comissão, acho que seria interessante você estar lá com a equipe para fazer essa conversa com os presidentes. Eu quero parabenizar, dizer que o Crea RN está a disposição para darmos início, começando pelo Crea RN. Parabéns para você e para a Comissão.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Agradeço a participação de todos os conselheiros, da Mútua e do Colégio de Presidentes, também parabenizar o conselheiro Marcos e todos os integrantes da Comissão Temática. Eu queria perguntar ao conselheiro Marcos, para deixar claro para o plenário. Quantos Creas participaram? (intervenção feita fora do microfone) 13, um a menos da metade, se tivesse 14 daria até quorum, todos foram solicitados. Essas duas informações são importantes para nos mostrar, porque a importância do que foi levantado aqui para a gestão do sistema é indiscutível, todos que se manifestaram deixaram isso claro. Agora, importante a gente mostrar esses trabalhos para os presidentes, presidente Modesto, para que a gente consiga envolver os 27 Creas. É importante e vou dizer o motivo. O Tribunal de Contas da União, que é nosso controle externo, em 2002 ele passou esse controle externo, ele deixou sob a responsabilidade dos Conselhos Federais de profissões, porque não temos recurso da União, não temos repasse da União, não participamos do orçamento da União, mas temos a arrecadação pública dos profissionais e das empresas. Então, o TCU, independentemente de estarmos vinculados ou não a União, ele é o órgão que faz o controle externo de todos os recursos públicos, inclusive das (ininteligível) também. Aí, o que eles fizeram? Como eles tem um número limitado de auditores, esses auditores tinham que privilegiar para auditar o dinheiro da União, dos tributos, ocupava parte de tempo desses auditores para auditar esses Conselhos, que não são com dinheiro dos tributos públicos, da população, eles entenderam que os conselhos federais poderiam fazer esse trabalho de auditoria, dos levantamentos e fazer um consolidado geral. O Conselho Federal auditava todos seus regionais, vinha para o plenário, tomava uma decisão, fazia o consolidado e entregava para a Secex, se o Conselho Federal aprovou, para ele estava ok, se houvesse alguma denúncia eles iriam verificar e até fazer uma tomada de contas especial. Ou se não houvesse denúncia e o Conselho Federal ao consolidar tivesse algum Crea irregular, qualquer dos conselhos federais, se tivesse um dos regionais irregular, ele não colocava no consolidado, já mandava separado para o TCU, para o TCU tomar as providências. Isso foi até 2013, só que nesse período de 2002 a 2013, que eles deram essa atribuição para os Conselhos Federais fazerem esse trabalho, até como uma ajuda para diminuir a carga deles, houve muitas denúncias. Em 2013, então, o TCU tomou uma decisão de que ele retornaria a fazer as auditorias nos conselhos de profissões. A decisão que ele tomou foi da seguinte forma: eles não iam auditar 780 conselhos regionais de profissões e 30 Conselhos Federais, eles iriam anualmente sortear alguns conselhos de profissões e fariam específico para aqueles. Na impede que os demais que não fossem auditados, havendo denúncia eles poderiam vir e fazer a tomada de contas especial, até porque é atribuição deles fazer esse controle. Em 2014 eles escolheram conselhos de profissões menores, porque era uma nova atividade que estariam fazendo, depois pegaram os médios em 2015, agora em 2016 eles pegaram os conselhos maiores, inclusive o maior, que é o Confea, vai ser auditado pelo TCU esse ano. Dentro dos conselhos de profissões está o Conselho Federal de Engenharia, o Crea BA, na esfera da engenharia, parece que o Conselho da Odontologia, tem mais

(intervenção feita fora do microfone). Então, são 4 ou 5, um federal e um regional, são 4, não são os 30 e não são os 700. Então, esse ano eles vão fazer do Confea e do Crea BA, nada impede que eles possam ir em outros regionais, é aquele negócio, havendo alguma coisa eles tem que fazer tomada de conta especial. Eles reduziram, tipo uma amostragem. Por que estou colocando isso? É importante para os Creas dentro dos trabalhos que vocês fizeram. O então presidente na época, o presidente Augusto Nardes, ele até editou um livro chamado "Governança Pública", eu até recebi um dele na palestra que ele fez para os corretores de imóveis, tem uma fotografia, ele me entregando o livro dele sobre governança, ele fez várias palestras nos conselhos de profissões e fez aqui no Confea também. Se a gente pegar o manual do TCU, a gente percebe que a prioridade deles é ver essa questão que vocês acabam de apresentar aqui, isso é bastante salutar porque o TCU está entendendo, pelo o que acompanhamos no manual, em todas essas palestras que eles fazem, eles vão olhar mais a questão do ato de gestão e como está ocorrendo a administração daquela autarquia. Eles não vão chegar aqui para pegar um processo licitatório e ver onde está a vírgula fora do lugar, como era antigamente, vão fazer também esse trabalho de auditoria, mas eles vão ver o planejamento, a gestão, eles deixaram isso claro em várias palestras, não estou dizendo nenhuma novidade. Então, esse trabalho, é importante que alimente nossos conselhos regionais, os 27 Creas, para que eles entrem nessa linha. Primeiro porque é uma ferramenta boa, segundo que será bom para o sistema, falaram da crise, melhorar a performance dos conselhos, é uma ferramenta que é boa mesmo, não se discute. Por outro lado também, a gente demonstra para nosso órgão de controle externo, no caso o TCU, de que estamos tomando medidas para que atenda melhor até quando eles necessitarem, mesmo que não tenha vindo auditar, mas se necessitar, eles solicitam e todos os Creas tem esse conteúdo para fornecer para o órgão de controle externo. Acho que é bastante positivo, acho que a Comissão tem que dar prosseguimento nesse trabalho, verificar com os Creas que não participaram, que participem, até porque os que participaram levaram uma vantagem, em um primeiro momento eles vieram contribuindo com a Comissão, por outro lado, agora, eles vão ter um raio-x do Crea dele. Esses 13 que conseguiram, eles vão ter um raio-x. E o presidente coloca para essa Comissão Temática, não só na correria do Colégio de Presidentes, a gente sabe que é pauta, mas se a Comissão Temática entender de fazer um chamamento Crea por Crea, desses 13, aqui, para cada um vir em um determinado dia, para a Comissão dar todos esse raio-x com mais detalhes, eu vejo que seria importante. Mas aí é apenas uma sugestão, se a sugestão entender de assim agir, a gente está de acordo, porque isso é bom para o sistema Confea/Crea. Mas com relação aos 13, depois os outros que vierem a aderir, mas como vocês já tem esse levantamento feito, passar para eles e até auxiliá-los para que a performance deles melhore, isso é bom para eles e para nós também. Parabéns, muito obrigado. O senhor quer fazer alguma consideração final?

LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE) – Antes da consideração, um aparte. Sobre os outros 13 ou 14 que não forneceram os dados, porque a radiografia regional, pelos 14, 13, dos 13 que forneceram, a gente já consegue fazer a radiografia, mas o diagnóstico individualizado só com os dados de cada um. Então, acho que essa agenda de dois, três presidentes de Creas em cada reunião ou ampliar o período dessas reuniões para que faça um atendimento personalizado, como o presidente colocou, é indispensável. Agora, nós temos que pensar nos outros 14, que não forneceram os elementos. Na verdade, presidente, conselheiros, o próprio Governo Federal, hoje, ele tem regras de edital para você se habilitar ao recurso que você vai buscar. Então, se você vai buscar saneamento, como bem colocou o deputado ontem, você tem que ter o PMSB. Em alguns estados, você tem que ter ICMS Ecológico, que é outra realidade. No âmbito, ainda no Ministério das Cidades, você tem que ter plano diretor, isso é condição para que você se habilite a recurso. Em um segundo momento, é importante que seja dito, através do Colégio de Presidentes, porque a tendência, pelo menos do meu discurso, do discurso do Daniel Salati, do Mário Amorim e do próprio coordenador da CEEP, é que isso faça parte do planejamento e da disponibilização do recurso. Então, se o Crea não forneceu o dado, eu não tenho o ponto de partida, o IO, para repassar o recurso, eu simplesmente não vou repassar o recurso, porque eu não vou ter como mensurar e quantificar a área técnica, se realmente a necessidade dele é para aquilo que ele está pedindo, porque a gente não tem os dados. Então, não como medida de opressão, mas é uma tendência, em evoluindo esse trabalho de gestão, de governança, que os recursos sejam abertos em linhas extraordinárias, diferentes até das existentes, para que a gente consiga

atingir esses objetivos. Esses Creas que não participaram provavelmente vão ficar fora desses recursos porque não teremos elementos para saber se realmente aquele pleito é a necessidade dele. Então, que faça isso e que estimule, isso é um trabalho contínuo, como colocou o Mário Amorim, inicial, que estimule os outros 14, inclusive o meu Crea, que não participou, não sei informar por que, que informe esses dados. Obrigado.

MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES): - Bem, senhor presidente, senhores conselheiros. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer todos os integrantes da Comissão Temática, que foi composta pelo Romildo, pelo Vinicius, pelo Jorge, por mim e também teve a participação do conselheiro Lúcio, que nos auxiliou muito nesse trabalho. Agradecer aos Creas que se despertaram para a potência desse trabalho e contribuíram, se dispuseram a nos fornecer os dados. Agradecer aos colaboradores do Confea, que nos auxiliaram bastante nisso, ao presidente Tadeu, que deu todo apoio para que esse trabalho fosse desenvolvido. Contar com a ajuda dos senhores para que juntos possamos estimular os outros Creas a participarem disso e que façamos dos indicadores uma realidade no nosso sistema, uma ferramenta de gestão e que possamos avançar no alcance dos objetivos do sistema, de melhoria da fiscalização, de melhoria dos processos, de melhoria da qualidade dos profissionais que pertencem a esse sistema. Obrigado a todos. Dizer aos senhores que essa apresentação está disponibilizada no sistema, em comunicações, já está disponibilizada. Obrigado, presidente.

ANEXO III – PROCESSO: CF 3310/2015. INTERESSADO: CONFEA. ASSUNTO: SUSPENDE OS EFEITOS DA DECISÃO PLENÁRIA 1748/2015. PORTARIA AD Nº 090, DE 2 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Aprovados os pedidos de vista do conselheiro Raul nos processos: 2506/2013 e 0637/2014. Vamos à extra pauta; Ad referendum, nós temos três processos de ad referendum. O primeiro é a Portaria AD nº 090, de 2 de março de 2016; PC CF 3310/2015; Suspende os efeitos da Decisão Plenária 1748/2015. **R E S O L V E:** Art. 1º **Ad referendum** do Plenário do Confea suspender os efeitos do Processo Administrativo CF 3310/2015, bem como da Decisão PL 1748/2015, proferida em seu âmbito, enquanto não for reformada a decisão judicial em questão. Art. 2º - Que a Procuradoria Jurídica do Confea – PROJ, atue no sentido de reverter à suspensão dos efeitos da Decisão PL 1748/2015. Art. 3º Levar esta Portaria ao conhecimento da Comissão de Exercício e Ética Profissional – CEEP e ao Plenário do Confea para homologação, devendo após ser anexada cópia desta ao processo CF 3310/2015. Art. 4º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua assinatura. Art. 5º Dê-se ciência e cumpra-se. Brasília-DF, 02 de março de 2016. Em discussão. Conselheiro Pablo.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Presidente, dessa vez eu acho que temos que tecer elogios a uma postura em relação a publicidade desse ad referendum, ao contrário de todos os outros ad referendum que citamos até agora nos outros dias, dessa vez houve a publicidade, uma vez que no momento do ad referendum todos os Creas foram notificados e cientificados do teor dessa Portaria, por outro lado, infelizmente a CEEP não foi, assim como nós conselheiros, não fomos cientificados dessa Portaria que suspende uma Decisão Plenária que foi aprovada por nós, então eu elogio e faço uma crítica no mesmo comentário e gostaria que a primeira parte desse comentário seguisse acontecendo com a publicidade para nós principalmente em relação aos ads referenduns que são revogatórios em relação a Decisão Plenária. Essa Decisão Plenária 1748 especificamente, ela estava na pauta da CEEP para ser relatada nesta Sessão Plenária, acontece que como o senhor bem frisou por uma medida judicial o ad referendum suspende a Decisão Plenária 1748, que era o mesmo motivo do encaminhamento que a CEEP atual estava dando a essa Decisão Plenária, junto dessa Decisão Plenária 1748 a CEEP propunha a sua revogação, porque dentre diversos vícios de legalidade um sobressaía ao nosso entendimento, essa Decisão Plenária, ela cita que uma determinada atribuição profissional, ela é de exclusividade de uma formação profissional dentre todas as que abarcam o nosso Sistema e é isso o nosso entendimento, é inadmissível, não existe a possibilidade de uma de nossas profissões ter exclusividade sobre determinada atividade, isso por si só a CEEP já entendeu na sua última reunião que já seria o suficiente para propor a revogação dessa Decisão Plenária, infelizmente ou felizmente a decisão judicial, ela vem ao encontro da deliberação da CEEP, porque no meu entendimento é muito bom, uma vez que a gente viu que uma Decisão Plenária, ela tinha vícios nesse processo, a gente reformou o que é pertinente a CEEP, infelizmente isso foi feito por medida judicial. Agora quanto o teor do deliberando, eu queria tecer o seguinte comentário em relação ao segundo e eu vou ler aqui para explicar o que, que eu quero frisar: "Que a Procuradoria Jurídica do Confea – PROJ, atue no sentido de reverter à suspensão dos efeitos da Decisão PL 1748/2015," no momento que essa é uma decisão judicial de caráter liminar e o próprio artigo 1º diz: Enquanto não for reformada a decisão judicial em questão a gente vai se abster de fazer qualquer juízo de mérito, a gente não pode dizer que a Proj tem que atuar no sentido de reverter a suspensão, a gente tem que dizer que a Proj tem que atuar no sentido de verificar qual é o posicionamento que a gente tem que levar adiante, no momento que a gente diz que a gente tem que reverter a suspensão, a gente já está tecendo um mérito sobre o fato que a liminar ainda não determinou, então eu gostaria que fosse reformado esse artigo, esse segundo considerando para um sentido mais amplo de defesa em relação a Proj. Eu gostaria de, por favor, dentro dos considerandos, colocar mais um que é muito importante no meu entendimento. A Decisão Plenária 1748 se refere ao relatório anual de lavra, esse é um documento que o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral a todo ano pede para todos os empreendimentos de mineração que tenha o seu cadastro junto ao DNPM apresentar no prazo do dia 15 de março, esse prazo 15 de março como o senhor sabe é na próxima terça feira, então muito a contento vem a divulgação desse fato do ad referendum do dia 2 de março, mas eu gostaria que mesmo no artigo 5º onde diz: Dê ciência e cumpra-se, que ele

tenha uma redação parecida com o teor original da Decisão Plenária 1748/1741, dando ciência não só aos regionais dos Conselhos, mas como também ao Departamento Nacional de Produção Mineral, uma vez que o entendimento dele hoje é pelo atendimento da 1748 que no momento se encontra em suspensão, portanto eu proporia uma nova redação para aquele item: "Dê ciência aos regionais e ao Departamento Nacional de Produção Mineral". É isso, presidente. Obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – A Portaria da Presidência vai ser o presidente que sempre que chegar aqui a decisão judicial, eu não vou vacilar em assinar, porque senão eu vou responder por isso, e eu não estou aqui para ser pego e ser levado as barbas de nenhum judiciário por não atender o que a justiça determina, então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de dizer. O segundo com a questão novamente dessa polêmica de publicidade em ad referendum aqui: Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua assinatura, está exatamente igual as demais, também não houve nenhuma modificação na forma da redação da Portaria. A terceira questão que é da procuradoria jurídica, a procuradoria jurídica do Confea existe para defender as decisões desse Plenário e essa decisão está em vigor, se ela ainda vai ser analisada pela CEEP, a CEEP não tem o poder decisório, as comissões deliberam, o poder decisório é desse Plenário e as decisões desse Plenário sejam boas ou sejam ruins, questionadas judicialmente e vindo liminar a obrigatoriedade do jurídico desse Conselho é defender as decisões proferidas por este Plenário, então por isso que está aí que a Proj tem que atuar no sentido de reverter, se a decisão é boa, se ela é ruim ou não, uma vez que o Plenário aqui soberanamente decidiu, o papel do jurídico no Conselho é defender a posição de vocês, e não fazer o contrário. Foi para a CEEP sim, está aqui logo aqui no assunto, Assunto: Suspende os efeitos da Decisão Plenária 1748/2015; Portaria AD 09 e aqui na redação vejam aqui o que, que **RESOLVE:** Art. 1º **Ad referendum** do Plenário do Confea suspender os efeitos do Processo Administrativo CF 3310/2015, bem como da Decisão PL 1748/2015, proferida em seu âmbito, enquanto não for reformada a decisão judicial em questão. Art. 2º - Que a Procuradoria Jurídica do Confea – PROJ, atue no sentido de reverter à suspensão dos efeitos da Decisão PL 1748/2015. Art. 3º Levantar esta Portaria ao conhecimento, está aqui no artigo 3º, o presidente determinou aqui na Portaria que deveria levar a Portaria ao conhecimento da Comissão de Exercício e Ética Profissional – CEEP e ao Plenário do Confea para homologação, essa Portaria, o Ad referendum dela, então o presidente agiu estritamente dentro do que teria que fazer diante dessa determinação judicial, portanto é isso que precisa ficar claro aqui para os senhores conselheiros entenderem que o presidente não tomou nenhuma atitude aqui diferente das outras Portarias que vieram para referendar na mesma linha cumprindo a decisão judicial, e continuo afirmando, vou continuar todas as vezes que chegar um mandato judicial, decisão judicial não se discute, cumpre-se, agora, se o Plenário quiser entender de outra forma, não há problema nenhum, o conselheiro aqui ele pode votar sim, não, pode se abster, o que der maioria é o resultado, não referenda a Portaria? Não tem problema. Referenda a Portaria. Ok. O presidente não interfere, até porque o presidente não vota aqui, se o presidente quisesse votar, logicamente que ele tinha que votar a favor da Portaria que ele assinou. Está claro? Continua em discussão. Conselheiro Albério.

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO (Conselheiro Federal/PA) – Pelo o que o conselheiro Pablo falou, parece que já há uma iniciativa da CEEP no sentido de revogar essa Decisão Plenária, é isso conselheiro Pablo? Bom, no momento em que a CEEP trouxe para cá essa proposta, essa deliberação, ela for revogada, evidentemente a minha maneira de ver, o processo inicial fica extinto, porque será comunicado a justiça que ela foi revogada, que ela não existe mais e aí acho que fica resolvido todo o problema ou não? Esse é o meu entendimento.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Não fica, Albério, e vou dizer por que, a questão administrativa já aconteceu, a decisão judicial é maior do que a decisão administrativa, se a CEEP trouxe e nós já estamos cumprindo o que a justiça mandou aqui, cumprido isso aqui até essa Portaria aqui já foi comunicada para o juiz, dizendo: Olha, o senhor determinou isso, Sr. juiz e nós já cumprimos o seu mandato, se amanhã no mérito nós ganharmos, vai sair uma sentença que pode ser recorrida as instâncias superiores até transitar e julgado, mas o assunto não está mais na esfera administrativa, ele já está no judiciário, então se a CEEP disser que suspende ou não suspende, ela nesse momento enquanto tiver em trânsito para julgamento na instância judiciária, ela não pode fazer nada e depois que transitar e julgado e a justiça manter ela eliminada, ela já está, já cumprimos e se ao contrário o Confea ganhar para

valer a Decisão Plenária 1748 se transitar e julgado e der favorável ao Confea de que vale a Decisão Plenária 1748 aí sim, a CEEP pode vir e propor a suspensão dela, mas nós não podemos agora atropelar o poder judiciário. Só isso.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Atropelar o judiciário de forma nenhuma eu disse isso. eu não disse atropelar o judiciário em nenhum momento. O que eu falei, foi que a deliberação da CEEP, ela é anterior a medida judicial, então ela foi dado dentro do prazo legal, seguiu o processo, infelizmente ou felizmente no decorrer do processo e antes da deliberação da CEEP chegar ao Plenário, ele foi (inaudível) pela decisão judicial, a CEEP de maneira nenhuma quer atropelar a justiça tanto quanto as posições que o senhor colocou até agora. Só quero deixar claro que a manifestação da CEEP hoje é pela revogação da PL, e ela foi tomada anteriormente a decisão liminar citada no ad referendum, assim sendo, é isso que eu quero deixar claro. E de novo, eu gostaria de reforçar que entendi perfeitamente o encaminhamento do senhor, acho que ele está de acordo, os comentários que eu teçi, de forma nenhuma denigre ao que o senhor deliberou, eu só estou tentando ajudar a melhorar o processo de informação como o senhor vem fazendo junto a nós nessas reuniões que a gente faz entre as Plenárias, mas eu realmente acharia de bom tom não o que está escrito aqui, mas acho que a gente deveria e como o conselheiro Mario frisa, talvez reverter um pouquinho da condição da escrita para a gente não deixar que a gente já está tecendo no sentido de mérito em relação a liminar que pode ser ou não ser em relação a Decisão Plenária 1748 a nosso favor ou desfavor. Eu acho que a gente poderia deixar de forma mais ampla, colocando a PROJ a disposição do Confea, mas não necessariamente tecendo juízo dizendo que no meu entendimento esta frase diz que a gente taxa que a PL 1748, ela sim legal e a gente vai levar até o fim quaisquer consequências judiciais. Eu só gostaria de uma reformulação naquela frase para que fique mais abrangente o sentido da colocação da PROJ, do Confea junto à decisão judicial. Obrigado.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – O que acontece conselheiro Pablo que aqui agora a gente não está discutindo mais tecnicamente o conteúdo dessa Decisão Plenária 1748, o que está aqui é o fato jurídico que aconteceu. Tanto que eu coloco aqui “Levar esta Portaria ao conhecimento da Comissão de Exercício e Ética Profissional – CEEP, eu não mandei: Leva ao conhecimento para a CEEP deliberar, não, perdeu o objeto. Quando vem a decisão maior do poder judiciário, perdeu o objeto, enquanto tiver vigendo essa liminar, o Confea não pode fazer nada, tem que cumprir. Eu gostando ou não, eu tinha que assinar esse ad referendum e o Plenário aqui, gostando ou não vai estar suspensa a Decisão Plenária 1748, agora, existe um conceito de que se o Plenário decidiu, se a CEEP já estivesse deliberado, já tivesse vindo ao Plenário e o Plenário já estivesse suspenso na forma proposta pela CEEP, essa liminar a hora que chegasse aqui tinha perdido o objeto e poderíamos falar: Não existe mais isso que o cara está questionando no judiciário, mas ele questionou no judiciário uma PL em vigor, e estando em vigor e o nosso procedimento é esse, é informar a comissão, dar conhecimento como demos conhecimento, cumprir a decisão judicial como está cumprida aqui, e obviamente colocar para a procuradoria jurídica e falar para ela e a procuradoria, ela tem obrigação de defender até que se faça o contrário, se estivesse ocorrido o contrário. Esgotada a discussão vamos para votação da Portaria 099. 4h24

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO (Conselheiro Federal/PA) – Presidindo: - Tendo em vista que essa Portaria foi por mim exarada no exercício da presidência, eu peço permissão a presidência de não me manifestar no voto nessa Portaria.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – O Albério pode votar se houver empate.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Vista.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Pode ter a vista em mesa. Pode ser dada a vista, mas a matéria tem que ser votada hoje.

RETORNO DO PROCESSO...

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Portaria AD 0960, de 2 de março de 2016; Processo 3310/2015; Interessado: Confea; Assunto: Suspende os efeitos da Decisão

Plenária 1748/2015. **Portaria AD 090, de 2 de março de 2016;** Portaria AD-Nº 090, de 02 de Março de 2016; Suspende os efeitos da Decisão Plenária 1748/2015. Presidente, eu mantive basicamente os considerandos e o último considerando eu achei pertinente incluí-lo, uma vez que ocorreu uma reunião da CEEP anterior ao conhecimento da decisão judicial, a reunião da CEEP ocorreu no dia 19 de fevereiro, ela gerou uma deliberação nº 61/2016 que está apensada ao processo 7310 e que vem ao encontro da medida liminar, então achei de bom tom constar esse considerando para a nossa salva guarda junto a representação judicial. **Portaria AD 090, de 2 de março de 2016; VOTO:** A) Manter o **Ad referendum** do presidente junto do Plenário do Confea a fim suspender os efeitos do Processo Administrativo CF 3310/2015, bem como da Decisão PL 1748/2015, proferida em seu âmbito, enquanto não for reformada a decisão judicial em questão. B) Levar esta Portaria ao conhecimento da Comissão de Exercício e Ética Profissional – CEEP e ao Plenário do Confea para homologação, devendo após ser anexada cópia desta ao processo CF 3310/2015. C) Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua assinatura. D) Dê-se ciência aos interessados e cumpra-se. Brasília-DF, 11 de março de 2016. Conselheiro Federal Pablo Souto Palma; Relator. É o voto, presidente.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Está aqui o relato do conselheiro Pablo em pedido de vista da Portaria Ad 090, e eu até fico em dúvida aqui com relação a essa possibilidade, mas como somos democráticos, demos a vista de forma que serão duas propostas: a Proposta 1: Portaria do Presidente; Proposta 2: Relato em pedido de vista do conselheiro Pablo. Deixo registrado aqui que eu não tenho suficientemente segurança jurídica se isso poderia ser, mas de toda forma, nós concedemos vista. Conselheiro Albério.

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO (Conselheiro Federal/PA) – Sr. Presidente e senhores conselheiros, eu confesso que nessa Sessão Plenária foi a primeira vez que aconteceu e daí a minha surpresa. Confesso que nunca presenciei pedido de vista em Portaria Ad referendum, então nesta Plenária nós tivemos dois pedidos de vista de Portaria de Ad referendum até porque no meu modesto entendimento essas Portarias vêm para cá não para você decidir se aprova ou não aprova, vem para você homologar ou referenda ou não referenda, então eu não sei se nesse caso específico pode haver alteração da Portaria até porque ela já foi cumprida, já foi encaminhada para todos os Creas, foi encaminhada para a justiça, então eu confesso que eu tenho muitas dúvidas nisso aí, a procedência dessa ação até porque, confesso que eu nunca na minha vida em 9 anos como presidente de Crea e terceiro mandato de conselheiro, eu confesso que nunca me defrontei com uma situação dessas que para mim eu considero uma situação inusitada na minha de Conselho. Eu não sei se poderia consultar a PROJ para esclarecer essa questão até por eu ter assinado a Portaria.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Eu até ia ressaltar que a Portaria é da lavra do conselheiro Albério, ele estava no exercício da presidência quando chegou esse documento da justiça, e ele deu o Ad referendum. Eu estava comentando com a secretária da mesa que atua aqui há muitos anos e eu disse que precisávamos conversar sobre esse assunto depois da Plenária. Dr. João Lima.

JOÃO AUGUSTO LIMA (Advogado - Confea) - Sr. Presidente e senhores conselheiros, certamente trata-se de uma situação inusitada, a Portaria Ad referendum, ela não pode ser modificada, o teor de sua decisão não pode ser modificado, eventualmente o voto pode ser pela não aprovação dessa Portaria ou eventualmente aprovação, tendo em vista outros fundamentos, agora modificação do conteúdo dessa Portaria, realmente não pode acontecer. Na verdade, o conselheiro pode trazer novos argumentos em seu voto pela aprovação ou pela desaprovação, mas mudança no conteúdo, o jurídico entende não ser possível, Sr. presidente.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Ou seja, no ato referendado, nos considerandos poderia até ter uma (...)

JOÃO AUGUSTO LIMA (Advogado - Confea) – A Decisão Plenária que aprova e que referenda a Portaria, ela pode adotar eventualmente outros fundamentos, mas o conteúdo decisório, ele deve permanecer o mesmo.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Até porque ela já gerou efeito antecipado.

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO (Conselheiro Federal/PA) – Se bem eu entendi, nada impede que na Decisão Plenária que homologou constem as observações que são colocadas pelo conselheiro Pablo, mas na decisão, e não no texto da Portaria, é isso?

JOÃO AUGUSTO LIMA (Advogado - Confea) – Perfeitamente.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Preciso saber se eu tenho proposta 1 e 2 para poder colocar em votação.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Ok. Eu entendo e eu Acato a decisão.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Coloca como observações.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Eu faço a proposta da consideração do conselheiro Albério e coloco essa observação que eu acho pertinente, uma vez que ela é importante para nós no decorrer do processo, ela pode constar então na Decisão Plenária e eu consulto o conselheiro Albério se ele poderia atender esse meu pedido já que foi ele o autor da Portaria.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Entendeu Clécia o que o Albério colocou e o conselheiro Pablo concordou? A Portaria (intervenções simultâneas)

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Já que não haverá duas propostas, eu proponho que o considerando, que é o adendo de nexos processual que ela conste então do considerando da Decisão Plenária.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Não mudaria a Portaria, nós estaríamos respeitando a Portaria, porque senão nós vamos abrir um precedente que muda a Portaria.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Albério, eu só pedi a inclusão desse considerando novo e se você está de acordo com a inclusão do considerando?

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Ele está colocando os pontos que ele acrescentou fossem colocados nos considerandos.

ANTONIO CARLOS ALBÉRIO (Conselheiro Federal/PA) – Eu não sei se pode, porque os considerandos fazem parte da Portaria. É um texto completo os considerandos e a decisão da presidência no caso. Eu acho que o texto dela na íntegra não pode ser mexido, penso eu, mas se for possível, por mim não há nenhum problema.

JOÃO AUGUSTO LIMA (Advogado - Confea) – Sr. presidente e senhores conselheiros, existe a necessidade de manter o que foi decidido na Portaria, eventualmente a motivação que levou aprovação ou desaprovação, ela pode sim ter alguma variação, agora, ela tem que ser aprovada na íntegra ou rejeitada, então nos considerandos da Decisão Plenária podem constar motivos pelos quais ela foi aprovada ou rejeitada, não vejo problema nesse sentido.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – A Portaria já foi assinada e como um ato administrado ela foi cumprida, já surtiu os efeitos administrativos, jurídicos, e cabe ao Plenário homologar ou não a Portaria, portanto nada impede que homologando a Portaria que constem essas demais observações que o conselheiro está colocando, mas não na Portaria, é isso Dr. João?

JOÃO AUGUSTO LIMA (Advogado - Confea) - Perfeitamente presidente. Nos considerandos Decisão Plenária podem constar tantos os motivos pelos quais a Portaria foi editada, como os motivos pelos quais, ela foi aprovada e referendada no Plenário também.

PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS): - Nos considerando eu aceito.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Vai fazer parte na Decisão Plenária, mas a Decisão Plenária homologa a Portaria na forma como ela está. Está claro? Então que seja feita dessa forma, assim, temos uma só proposta. Encerrada a discussão, preparar para votação.

CLÉCIA MARIA DE ABRANTES MOREIRA (Assistente da Mesa Diretora do Plenário) – Preparada.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Em votação. Encerrada a votação, peço que a secretaria da mesa anuncie o resultado.

CLÉCIA MARIA DE ABRANTES MOREIRA (Assistente da Mesa Diretora do Plenário) - Unanimidade 12 com votos favoráveis e 06 ausentes.

JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente) – Aprovada a Portaria AD 090, de 2 de março de 2016.

ANEXO IV –

ANEXO V –

ANEXO VI –

ANEXO VII –

ANEXO VIII –

ANEXO IX –

ANEXO X –